

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico - CSE
Departamento de Economia e Relações Internacionais
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

THIAGO CESAR RIBEIRO

Novo Padrão de Reprodução do Capital: O Padrão Exportador de Especialização Produtiva na
América Latina

Florianópolis, 2018

THIAGO CESAR RIBEIRO

NOVO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL: O PADRÃO EXPORTADOR DE
ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA AMÉRICA LATINA

Monografia apresentada ao Departamento de
Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito obrigatório para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Nildo Domingos Ouriques

Florianópolis, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 ao aluno Thiago Cesar Ribeiro na disciplina CNM 7101 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Nildo Domingos Ouriques (Orientador)

Prof. Daniel da Cunda Correa da Silva

Prof. Márcio Moraes Rutkoski

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, Elio Cesar Ribeiro e Marileide de Fátima Luckmann, os principais responsáveis pela minha trajetória até aqui, que sempre dedicaram muita importância e incentivo aos meus estudos. Foram eles que possibilitaram minha graduação em outra cidade, dando todo tipo de apoio necessário, ao qual sou extremamente grato.

Aos amigos que acumulei ao longo desta trajetória: Ruan, Willyan, Gabriela, Fugaus, Luciano, Jefferson, Lucas, Arthur, Heuzmat, Matheus, Venezuela, Karina, Segir, Isadora, Paula, Tamara, Cinthia, Henrique, Adriana, Tainam, Victor, entre tantos outros.

Ao CALE que inspirou meu pensamento crítico e foi um dos principais responsáveis pela minha formação enquanto economista e militante socialista. Aos companheiros que tive o prazer de militar ao lado e com quem passei horas discutindo economia e política.

Ao meu professor e orientador Nildo Ouriques, que ao me ensinar economia clássica me permitiu superá-la. E por ter me apresentado à TMD, sem o qual este trabalho não existiria.

Aos demais bons professores que tive ao longo da graduação e que contribuíram valorosamente com minha formação, em especial José Martins e Lauro Mattei.

À classe trabalhadora brasileira que subsidiou meus estudos e cujos interesses históricos sempre defenderei.

E então, que quereis?...

*Fiz ranger as folhas de jornal
abrindo-lhes as pálpebras piscantes.*

*E logo
de cada fronteira distante
subiu um cheiro de pólvora
perseguindo-me até em casa.*

*Nestes últimos vinte anos
nada de novo há
no rugir das tempestades.
Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?*

*O mar da história
é agitado.
As ameaças
e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta
as ondas.*

Vladimir Vladimirovich Mayakovsky

RESUMO

Este trabalho busca analisar as grandes transformações que ocorreram no capitalismo nas últimas décadas, destacando as ocorridas na América Latina. Essas transformações representaram um novo padrão de reprodução do capital, categoria também teoricamente estudada através do estudo do ciclo do capital, cujas principais características são uma reestruturação do processo produtivo, uma nova divisão internacional do trabalho, aumento da exploração da força de trabalho, menores taxas de lucro e crescimento, aumento do capital fictício e uma maior mundialização do capital. Na América Latina se estabeleceu um padrão exportador de especialização produtiva que representou uma regressão em relação ao padrão anteriormente estabelecido. A pesquisa foi realizada a partir da obra de Marx e da Teoria Marxista da Dependência, principalmente através de Ruy Mauro Marini e Jaime Osório.

Palavras-chave: Padrão de Reprodução do Capital; Padrão Exportador de Especialização Produtiva; Ciclo do Capital; Teoria Marxista da Dependência.

RESUMEN

Este trabajo busca analizar las grandes transformaciones que ocurrieron en el capitalismo en las últimas décadas, destacando las ocurridas en América Latina. Las transformaciones representaron un nuevo patrón de reproducción del capital, categoría también teóricamente estudiada a través del estudio del ciclo del capital, cuyas principales características son una reestructuración del proceso productivo, una nueva división internacional del trabajo, aumento de la explotación de la fuerza de trabajo, menores tasas de ganancia y crecimiento, aumento del capital ficticio y una mayor mundialización del capital. En América Latina se estableció un patrón exportador de especialización productiva que representó una regresión en relación con el patrón anteriormente establecido. La investigación fue realizada a partir de la obra de Marx y de la Teoría Marxista de la Dependencia, principalmente a través de Ruy Mauro Marini y Jaime Osório.

Palabras clave: Patrón de Reproducción del Capital; Patrón Exportador de Especialización Productiva; Ciclo del Capital; Teoría Marxista de la Dependencia.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de crescimento da economia mundial (%).....	40
Gráfico 2 – Taxa média de lucro em países centrais selecionados.....	41
Gráfico 3 – Gráfico 3: Participação do Setor Industrial no PIB (%).....	43
Gráfico 4 – PIB (US\$) e Participação da Indústria (%) da China.....	44
Gráfico 5 – Investimento Estrangeiro Direto (US\$ correntes em milhões).....	46
Gráfico 6 – Evolução da população urbana (%).....	50
Gráfico 7 – Desempregados EUA (milhares).....	51
Gráfico 8 – Desigualdade da renda nos países anglo-saxões – participação 1% mais ricos.....	52
Gráfico 9 – A desigualdade da renda: Europa versus Estados Unidos – participação 10% mais ricos.....	53
Gráfico 10 – Desigualdade da renda nos países “emergentes”.....	54
Gráfico 11 – Riqueza fictícia (estoque mundial de ativos financeiros) e renda mundial (PNB) US\$ trilhões.....	58
Gráfico 12 – Índice de Produção Industrial dos Estados Unidos.....	61
Gráfico 13 – Lucro das Corporações Não Financeiras dos EUA (US\$ bilhões).....	62
Gráfico 14 – Salário Real da Indústria Privada dos EUA.....	63
Gráfico 15 – Valor das Exportações – América Latina e Caribe.....	74
Gráfico 16 – Investimento Estrangeiro Direto (IED) – América Latina e Caribe.....	75
Gráfico 17 – Destino das exportações brasileiras por região.....	78
Gráfico 18 – Comércio inter-regional da América Latina.....	79
Gráfico 19 – Evolução dos preços dos bens primários (%).....	80
Gráfico 20 – Salário mínimo real brasileiro.....	81
Gráfico 21 – PIB América Latina.....	83
Gráfico 22 – Balança de Bens e Serviços da América Latina (US\$ milhões).....	84
Gráfico 23 – Índice de Volume do Comércio Exterior.....	84
Gráfico 24 – Taxa de Desemprego (%).....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Taxa de crescimento anual médio por continente.....	47
Quadro 2 – Ocupação da população empregada por setor da economia – países centrais selecionados (%).....	55
Quadro 3 – Padrões de reprodução do capital na América Latina.....	72
Quadro 4 – Coeficiente das exportações de bens e serviços - América Latina (PIB preços constantes).....	74
Quadro 5 – Percentual do crescimento das exportações de bens e serviços 1994-2006.....	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reprodução Simples.....	22
Figura 2 – O Ciclo do Capital.....	26

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	13
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
1.4 A QUESTÃO DO MÉTODO.....	15
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	18
CAPÍTULO 2: PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL.....	19
2.1 A CATEGORIA DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL.....	19
2.2 REPRODUÇÃO DO CAPITAL.....	21
2.2.1 Reprodução simples.....	22
2.2.2 Reprodução Ampliada.....	23
2.2.3 Esquemas de reprodução	24
2.3 AS METAMORFOSES DO CAPITAL E SEU CICLO.....	25
2.4 O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL DA PERSPECTIVA DO CICLO DO CAPITAL MONETÁRIO.....	27
2.4.1 Primeira Fase da Circulação (D-M).....	27
2.4.1.1 <i>D-Mp</i>	29
2.4.1.2 <i>D-Ft</i>	29
2.4.2 Fase do Capital Produtivo (...P...)	30
2.4.3 Segunda Fase da Circulação (M'-D')	32
2.5 CRISE E TRANSIÇÃO.....	32
CAPÍTULO 3: O NOVO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL.....	36
3.1 O PADRÃO ANTERIOR.....	36

3.2 CRISE E TRANSIÇÃO.....	38
3.3 TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA E A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	42
3.4 CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DA CLASSE TRABALHADORA.....	47
3.5 MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA.....	55
3.6 O PAPEL DO ESTADO E A POLÍTICA ECONÔMICA.....	58
3.7 A CRISE DE 2008 E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	60
CAPÍTULO 4: AMÉRICA LATINA: PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA.....	65
4.1 O CICLO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE.....	65
4.1.1 Primeira Fase da Circulação (D-M)	65
4.1.2 Fase do Capital Produtivo (...P...)	67
4.1.3 Segunda Fase da Circulação (M'-D')	69
4.2 O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA.....	71
4.2.1 A Condição Exportadora e o Padrão de Especialização Produtiva.....	72
4.3 CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DA CLASSE TRABALHADORA.....	80
4.4 A CRISE LATINO-AMERICANA.....	82
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	90

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

São grandes as transformações da economia mundial nas últimas décadas do século XX. A crise do início dos anos 70, cujos primeiros sinais já aparecem na década de 60, exigiu uma reestruturação da economia mundial, marcada por profundas mudanças tecnológicas, o crescimento do capital fictício, uma maior internacionalização do capital e conseqüentemente uma nova divisão internacional do trabalho (OSÓRIO, 2010, p. 103).

Associado as modificações da estrutura produtiva, em virtude de uma revolução científico-técnica, se estabelece uma nova divisão internacional do trabalho, que representou a transferência de parte da produção industrial para os países do Leste Asiático (China em especial), principalmente das etapas inferiores, reservando para o centro as etapas mais avançadas. Na América Latina se finde o projeto de industrialização vigente, processo conhecido como desindustrialização, através da destruição de parcelas importantes das indústrias estabelecidas. Significou uma regressão do papel ocupado pela América Latina na divisão internacional do trabalho e um aprofundamento da condição exportadora historicamente ocupada.

Essas transformações resultam em profundos impactos na vida da classe trabalhadora. Precarização, terceirização, redução salarial e desemprego estrutural são as marcas do mercado de trabalho, que aumentam o abismo social e pioram as condições de vida e trabalho da população. O papel destinado ao Estado na reprodução do capital também se modifica, diminuindo sua atuação na economia e reduzindo direitos sociais e trabalhistas não mais compatíveis com as necessidades de acumulação do capital. O crescimento do capital fictício¹ e da esfera financeira é outra característica que emerge.

A crise da década de 70, os choques do petróleo, o fim do regime de Bretton Woods, a dissolução da União Soviética, a restauração capitalista na China e uma nova revolução científico-técnica são alguns dos acontecimentos que alteraram qualitativamente a maneira com que o capital se reproduz. Para a análise desse fenômeno diversas são as abordagens existentes: neoliberalismo, mundialização, globalização, reestruturação produtiva, financeirização, são

¹ O capital fictício é o desenvolvimento dialético do capital portador de juros.

apenas alguns dos conceitos criados para tal fim. Por se tratar de um fenômeno complexo e multifacetado, cada interpretação tende a destacar determinado aspecto, resultando muitas vezes em explicações monocausais. A abordagem do Padrão de Reprodução do Capital utilizada neste trabalho, que tem como base a Teoria Marxista da Dependência busca uma interpretação mais totalizante do fenômeno, defendendo a tese de que a partir desse período se iniciou um novo padrão de reprodução do capital.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho podem ser divididos em Geral e Específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é estudar as transformações no capitalismo contemporâneo que se realizaram a partir da década de 70.

1.2.2 Objetivos Específicos

a) Introduzir a categoria do padrão de reprodução do capital desenvolvida por Ruy Mauro Marini e Jaime Osório;

b) Utilizar a categoria do padrão de reprodução do capital para o estudo das transformações ocorridas na economia mundial.

c) Analisar as especificidades da reprodução do capital nas economias dependentes latino-americanas e o novo padrão que se estabelece.

1.3 JUSTIFICATIVA

Entender a forma com que o capital se reproduz, a maneira como a economia mundial se organiza e o papel destinado à região em que vivemos na divisão internacional do trabalho é fundamental tanto para um processo de desenvolvimento capitalista quanto para um projeto de ruptura radical. Sem um estudo aprofundado das relações capitalistas de produção, circulação e dominação qualquer projeto de transformação se torna infecundo. Esse trabalho é parte de um estudo necessário para entender a realidade econômica e social em que estamos inseridos, mas não tem um objetivo puramente escolástico, busca contribuir na construção do programa

político da classe trabalhadora que tenha como estratégia o fim de todas as formas de exploração e opressão.

Utilizar essa linha de análise para estudar as formações sociais concretas da América Latina, orientar esse estudo no sentido de definir as determinações que se encontram na base da luta de classes que ali se desenvolve e abrir assim perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente: este é o desafio teórico que se coloca hoje em dia para os marxistas latino-americanos. A resposta que lhe dermos influirá sem dúvida de maneira não desprezível no resultado a que chegarão finalmente os processos políticos que estamos vivendo. (MARINI, 2000).

Além disso, existe uma grande dificuldade entre os marxistas de, partindo da análise do modo de produção capitalista realizada por Karl Marx em O Capital (ou seja, em elevado nível de abstração), se conseguir fazer uma análise da realidade concreta por essa mesma perspectiva. Em geral se apela para o ecletismo, para o keynesianismo e outras escolas do pensamento econômico, ou seja, não se realiza uma análise marxista da realidade. É para contribuir nessa elaboração, através da utilização da categoria do padrão de reprodução do capital, que este trabalho se dedica.

1.4 A QUESTÃO DO MÉTODO

O método utilizado para a elaboração deste trabalho é o desenvolvido por Marx em sua análise da sociedade burguesa, aqui denominado método crítico dialético, que reconhece a realidade como uma totalidade concreta. O método científico é o meio com o qual se pode reconhecer a realidade, decifrar seus fatos. Porém, esta realidade não é a que imediatamente observamos, aquela que prontamente se manifesta; a essência das coisas não é imediatamente capturada. O que os homens acessam de imediato é o fenômeno das coisas, sua aparência, não a coisa em si.

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediada ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno. (KOSIK, 1995, p. 15).

A essência se manifesta no fenômeno, este não é radicalmente diferente da essência, se assim o fosse ela seria inatingível. O fenômeno manifesta a essência ao mesmo tempo que a

esconde, sua compreensão significa atingir a essência. Como a essência não se manifesta diretamente, a tarefa da ciência e da filosofia é a descoberta da estrutura da coisa, a coisa em si, pois se “a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis” (ibid., p.17).

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de *destruir* a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência (KOSIK, 1995, p. 20).

O método dialético parte e retorna formalmente do mesmo ponto, mas nesse movimento em espiral se chega a um resultado que não era conhecido no ponto de partida. Partindo do todo caótico o “pensamento chega aos conceitos, às abstratas determinações conceituais, mediante cuja formação se opera o retorno ao ponto de partida” (ibid., p. 36), mas desta vez de um todo ricamente articulado e compreendido. A compreensão da realidade se dá através do caminho entre o todo caótico até uma rica totalidade de determinações e relações diversas, do abstrato ao concreto, da parte para o todo e do todo para a parte, do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno.

O concreto é o concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2011, p. 54).

Para se chegar aos fatos concretos cabe ao pesquisador a tarefa de investigar os fenômenos através do reconhecimento da realidade como uma totalidade concreta. A dialética da totalidade concreta não é um método que tem a pretensão de conhecer todos os aspectos da realidade, com seus infinitos aspectos e propriedades, mas significa reconhecer que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. A realidade é um todo estruturado, no qual qualquer fato pode ser racionalmente compreendido (KOSIK, 1995, p. 44).

Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de *concretização* que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para

a essências e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento *recíproco* e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade. O conhecimento dialético da realidade não deixa intactos os conceitos no ulterior caminho do conhecer, não é uma sistematização dos conceitos que procede por soma, sistematização essa fundada sobre uma base imutável e encontrada uma vez por todas: é um processo em espiral de mútua compenetração e elucidação dos conceitos, no qual a abstratividade (unilateralidade e isolamento) dos aspectos é superada em uma correlação dialética, quantitativo-qualitativa, regressivo-progressiva. (KOSIK, 1995, p. 50).

Ao se analisar a economia latino-americana se deve entender a relação entre esta parte e o todo do sistema capitalista mundial, a relação do o centro com a periferia. Antes disso se faz necessário uma análise desse todo, de quais suas características e tendências principais e por fim como essas se expressam nas economias dependentes. Segundo Marini, os autores marxistas ao analisarem a realidade latino-americana incorrem em dois erros distintos. Os considerados “ortodoxos”, que na realidade são dogmáticos (normalmente influenciados pelo stalinismo), substituíam a realidade pelos conceitos abstratos; e os autores “heterodoxos”, “eccléticos”, que alteravam os conceitos e apelavam para outras correntes burguesas de pensamento para melhor se adequarem as suas análises.

Em sua análise da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura. No primeiro caso, o resultado tem sido os estudos marxistas chamados de ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se volta para uma formalização que é incapaz de reconstruí-la no âmbito da exposição, e nos que a relação entre o concreto e o abstrato se rompe para dar lugar a descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isso tem ocorrido, sobretudo, no campo da história Econômica. O segundo tipo de desvio tem sido mais frequente no campo da sociologia, no qual, frente à dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela, os estudiosos de formação marxista recorrem simultaneamente a outros enfoques metodológicos e teóricos; a consequência necessária desse procedimento é o ecletismo, a falta de rigor conceitual e metodológico e um pretense enriquecimento do marxismo, que é na realidade sua negação. (MARINI, 2000, p. 137)

Neste trabalho se buscou realizar uma pesquisa ortodoxa, ortodoxa no sentido exclusivo de respeito ao método crítico dialético², considerado o único método possível de se ir cabalmente para além do mundo dos fenômenos e se investigar a realidade concreta.

² “Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido dos seus fundadores, mas que todas as

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. Esta introdução é o primeiro deles e tem como objetivo uma breve apresentação da problemática do trabalho, dos objetivos a serem perseguidos e do método utilizada na sua elaboração.

O segundo capítulo se destina ao estudo teórico da reprodução do capital, tendo como referência principal o estudo dos ciclos do capital e dos esquemas de reprodução desenvolvidos por Karl Marx. Partindo disso se apresenta a categoria do Padrão de Reprodução do Capital, utilizando os estudos de Ruy Mauro Marini e Jaime Osório.

O terceiro capítulo é destinado ao estudo do novo padrão de reprodução do capital que se organiza a partir da década de 70 na economia mundial, as mudanças na estrutura produtiva, a nova divisão internacional do trabalho que se constitui, o crescimento do capital fictício, a alteração do papel do Estado e os impactos nas condições de vida e trabalho da população. As principais referências aqui são David Harvey e Ricardo Antunes.

O quarto capítulo é dedicado ao estudo das especificidades da reprodução do capital na economia latino-americana, de como ocorre o ciclo do capital nas economias dependentes e o novo padrão exportador de especialização produtiva que se estabelece na região. O referencial teórico é o da Teoria Marxista da Dependência, mais especificamente as obras de Ruy Mauro Marini e Jaime Osório.

No quinto e último capítulo apresentam-se as considerações finais acerca deste trabalho e se discute as possibilidades da continuidade de um programa de pesquisa sobre este tema, ainda pouco desenvolvido.

tentativas para superá-lo ou “aperfeiçoa-lo” conduziram somente à banalização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente de conduzir a isso.” (LUKÁCS, 2003, p. 64).

CAPÍTULO 2: PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Este capítulo se dedica a apresentação da categoria do padrão de reprodução do capital desenvolvida por Ruy Mauro Marini e Jaime Osório, realizado através do estudo da reprodução do capital realizado por Marx.

2.1 A CATEGORIA DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Formulado inicialmente por Ruy Mauro Marini e desenvolvido por Jaime Osório a categoria do padrão de reprodução do capital permite uma análise materialista do movimento do capital³ no tempo e no espaço. Tendo como principal referência o estudo dos ciclos do capital e os esquemas de reprodução do capital presentes no Livro II de O Capital (MARX, 2014), a categoria do padrão de reprodução de capital se apresenta como um nível intermediário de abstração, entre os mais abstratos, como modo de produção e sistema mundial, e os mais concretos, como formação econômico-social e conjuntura.

A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, *mediações* entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis mais abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios (OSÓRIO, 2012a, p. 41)

A maneira como o capital se reproduz assume diferentes formas⁴ e a categoria do padrão de reprodução do capital surge para explicar essas formas em determinados espaços geográficos e períodos históricos específicos, ou seja, historicizar a reprodução do capital e identificar as diferenças entre as regiões. Se estabelecem ao longo da história transformações produtivas, diferentes divisões internacionais do trabalho e diferentes ramos e setores (produtores de diferentes valores de uso) se tornam o eixo dinâmico da acumulação e reprodução do capital. A noção de padrão de reprodução do capital torna possível avaliar as regularidades históricas e geográficas na reprodução do capital e desta forma identificar os padrões que se estabelecem,

³ “O capital, como valor que valoriza a si mesmo, não encerra apenas relações de classe, um caráter social determinado e que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado. Ele é um movimento, um processo cíclico que percorre diferentes estágios e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico. Por isso, ele só pode ser compreendido como movimento, e não como coisa imóvel.” (MARX, 2014, p. 184).

⁴ “Para resumir: para todos os estágios da produção há determinações comuns que são fixadas pelo pensamento como determinações universais; mas as assim chamadas *condições universais* de toda produção nada mais são do que esses momentos abstratos, com os quais nenhum estágio histórico efetivo da produção pode ser compreendido.” (MARX, 2011, p. 44).

assim como as razões que explicam essas transformações, o auge e o declínio do padrão (ibid., p. 41).

Outras abordagens também buscaram identificar o movimento do capital no tempo e no espaço, como a da escola regulacionista francesa⁵ com seu regime de acumulação, a da economia política dos sistemas mundo (ciclos sistêmicos de acumulação)⁶ e a realizada por Maria da Conceição Tavares e autores próximos de sua linha de pensamento (padrão de acumulação) (FERREIRA, 2012, pg. 9).

David Harvey é um dos autores que utilizam a categoria de regime de acumulação da escola francesa de acumulação para explicar as transformações que aconteceram no capitalismo contemporâneo. Segundo ele um regime de acumulação

[...] “descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados” Um sistema particular de acumulação pode existir porque “seu esquema de reprodução é coerente.” (HARVEY, 2012, p. 117).

Associado a esse regime de acumulação é necessário existir um modo de regulamentação, que materializa o regime de acumulação em normas, hábitos, leis e redes de regulamentação. É utilizando essa categoria que Harvey explica a transição do que ele chama de regime de acumulação fordista-keynesiano para um regime de acumulação flexível, processo conhecido como reestruturação produtiva. Esse fenômeno será analisado no capítulo três desse trabalho, cabe aqui apresentar a categoria utilizada e sua relação com a categoria de padrão de reprodução de capital.

Embora existam similaridades entre as duas categorias e imensa possibilidade de diálogo, o padrão é uma categoria mais sofisticada, que busca analisar o processo em sua totalidade, já que a acumulação é apenas uma fase da reprodução do capital, como aponta Marini “Atualmente, tende-se incorretamente a substituir o conceito de reprodução do capital, que engloba o conjunto do ciclo do capital, pelo de acumulação, que é muito mais restrito e não compreende sequer integralmente a fase de produção” (MARINI, 2012, p. 18). Enquanto a reprodução do capital engloba todo o ciclo do capital, a mera acumulação engloba somente a última parte do ciclo, a transformação do mais-valor em capital: “A aplicação de mais-valor como capital ou a reconversão de mais valor em capital se chama acumulação de capital”

⁵ Michel Aglietta é o principal autor desta escola.

⁶ Ver por exemplo Giovanni Arrighi: O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo (1996).

(MARX, 2013, p. 655). O regime de acumulação se foca na distribuição entre o mais-valor acumulado e o mais-valor consumido pelos capitalistas, ou em suas palavras, entre consumo e acumulação. É por isso que se faz necessário a complementariedade do conceito de modo de regulamentação, pois a categoria de regime de acumulação não engloba a circulação e nem a produção em sua totalidade.

Realizada esta introdução da categoria do padrão de reprodução do capital, o próximo passo é o estudo da reprodução do capital, das características principais do ciclo do capital. É através desse estudo, que tem em Marx o principal referencial teórico, que se fundamenta a categoria do padrão de reprodução do capital.

2.2 REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A produção do capital é um processo cíclico, que percorre periodicamente os mesmos estágios em um constante fluxo de renovação. Assim, todo “processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (ibid., p. 641), cuja função é a valorização contínua do capital. Durante seu ciclo o capital percorre três estágios e assume três formas distintas. O capital monetário é uma dessas formas e será aqui ponto de partida para apresentação do ciclo. A fórmula do ciclo do capital monetário é $D-M...P...M'-D'^7$, dinheiro (D) que ao final de seu ciclo se torna mais-dinheiro, dinheiro acrescido de mais-valor (D'). Ao longo desse capítulo iremos destrinchar o ciclo, mas por enquanto basta essa primeira apresentação. As outras formas que o capital assume durante seu ciclo são a de capital produtivo e capital mercadoria.

A transformação de uma quantia de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento realizado pela quantidade de valor que deve funcionar como capital. Ela age no mercado, na esfera de circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, é concluída assim que os meios de produção estão convertidos em mercadorias cujo valor supera o valor de suas partes constitutivas e, portando, contém o capital originalmente adiantado acrescido de um mais-valor. Em seguida, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas novamente na esfera da circulação. O objetivo é vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, converter esse dinheiro novamente em capital, e assim consecutivamente. Esse ciclo, percorrendo sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital.(MARX, 2013, p. 639).

⁷ “[...] sendo que os pontos significam que o processo de circulação foi interrompido, e M' e D' indicam M e D aumentados pelo mais-valor.” (MARX, 2014, p. 107).

Nesse ciclo, cuja fórmula correspondente a forma funcional do capital monetário pode ser resumida em D...D', estão presentes suas três fases, a produção e suas duas fases de circulação.

O processo de reprodução do capital abarca tanto o processo direto de produção como as duas fases do processo de circulação propriamente dito, isto é, o ciclo inteiro, que, como processo periódico – processo que se repete sempre de novo em determinados períodos -, constitui a rotação do capital (MARX, 2014, p. 449).

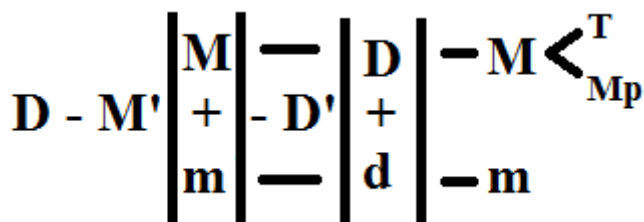
O capitalista primeiramente compra no mercado de mercadorias meios de produção (Mp) e força de trabalho (Ft) no mercado de trabalho, convertendo seu dinheiro em mercadorias (M). Essa é a primeira fase de circulação, D-M. A seguir se inicia o processo de produção (...P...), onde ocorre o consumo produtivo das mercadorias e cujo resultado final é o capital originalmente adiantado acrescido de mais-valor. O próximo estágio é a segunda fase da circulação, onde ocorre a realização da mercadoria, ou seja, o capitalista vende sua mercadoria e a converte novamente em dinheiro, dessa vez acrescido de mais-valor (M' - D').

É baseado nesse ciclo que o padrão de reprodução do capital busca identificar as similaridades históricas, correspondentes a determinado padrão, dando concretude a rotação do capital e seus elementos.

2.2.1 Reprodução simples

Quando o mais-valor (m) gerado pelo processo produtivo é consumido inteiramente de modo improdutivo pelo capitalista, sem que parte alguma retorne ao processo produtivo, estamos diante da simples repetição do processo de produção na mesma escala. A esse processo damos o nome de reprodução simples.

Figura 1: Reprodução Simples



Fonte: Elaboração própria.

A reprodução simples em escala constante aparece, nesse sentido, como uma abstração, na medida em que, por um lado, a ausência de toda acumulação ou reprodução em escala ampliada é uma suposição estranha sobre a base capitalista e, por outro, as condições nas quais se produz não permanecem

absolutamente inalteradas (o que aqui se pressupôs) no decorrer dos anos. O pressuposto é que um capital social de valor dado, neste ano tal como no ano anterior, fornecerá a mesma massa de valores-mercadorias e satisfará a mesma quantidade de necessidades, ainda que as formas das mercadorias possam se alterar no processo de produção. Porém, na medida em que há uma acumulação, a reprodução simples é sempre uma parte dela; ela pode, portanto, ser examinada em si mesma e constitui um fator real de acumulação. (MARX, 2014, p. 498).

A reprodução é um meio para reproduzir como capital o valor adiantado, ou seja, como valor que se valoriza. Na reprodução simples o mais-valor assume uma forma de renda proveniente do capital para o capitalista. A continuidade desse processo transforma todo capital em capital acumulado ou mais-valor capitalizado, em materialização de trabalho alheio não pago. A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho é o ponto de partida do processo capitalista de produção e por meio da reprodução simples perpetua-se como resultado da produção capitalista.

Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de valorização e fruição para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si. [...] Por conseguinte, o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder que lhe é estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e efetivação, abstrata, existente na mera corporeidade do trabalhador; numa palavra, produz o trabalhador como assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a condição sine qua non da produção capitalista. (MARX, 2013, p. 645).

Ou seja, a reprodução de capital produz e reproduz tanto as mercadorias quanto a própria relação entre capitalista e trabalhador assalariado.⁸

2.2.2 Reprodução Ampliada

A reprodução ampliada ocorre quando parte do mais-valor deixa de ser consumido pelo capitalista e passa a ser reconvertido em capital. A este processo chamamos de acumulação de capital. “Concretamente considerada, a acumulação não é mais do que a reprodução do capital em escala progressiva. O ciclo da reprodução simples se modifica e se transforma, segundo a expressão de Sismondi, perfazendo uma espiral.” (ibid., p. 657).

⁸ “O capital pressupõe o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Ambos se condicionam reciprocamente. Um trabalhador numa fábrica de algodão produz apenas tecidos de algodão? Não, ele produz capital. Ele produz valores que servem novamente para comandar seu trabalho e, por meio dele, criar novos valores” (MARX, 2013, p. 653).

O mais-valor é tanto fundo de consumo individual do capitalista quanto de acumulação. Enquanto uma parte do mais-valor é consumida pelo capitalista como renda, outra é acumulada ou aplicada como capital. O capitalista encontra-se então dividido entre acumular e consumir, dependendo em parte de sua vontade o que vai dedicar para cada, mas é também uma necessidade própria do modo de produção capitalista a progressiva acumulação. Pelas leis internas do modo de produção ele necessita ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo e essa ampliação se dá através da acumulação.⁹

Os elementos que determinam o volume da acumulação (independente da divisão do mais-valor entre capital e renda) são o grau da exploração da força de trabalho, o grau de produtividade do trabalho, uma diferença crescente entre capital aplicado e capital consumido e a grandeza do capital adiantado. Um maior grau de exploração da força de trabalho representa uma maior taxa de mais-valor e conseqüentemente uma maior acumulação.¹⁰

2.2.3 Esquemas de reprodução

Na análise dos esquemas de reprodução presentes na III Seção do volume II de O capital Marx (2014) abandona a perspectiva do capital individual para analisar o capital social total.

Cada capital singular, no entanto, forma apenas uma fração autonomizada do capital social total – uma fração dotada, por assim dizer, de vida individual –, assim como cada capitalista singular não é mais que um elemento individual da classe capitalista. O movimento do capital social consiste da totalidade dos movimentos de suas frações autonomizadas, das rotações dos capitais individuais. Do mesmo modo como a metamorfose das mercadorias singulares é um elo da cadeia de metamorfoses do mundo das mercadorias – da circulação de mercadorias –, assim também a metamorfose do capital individual, sua rotação, é um elo no ciclo do capital social. (MARX, 2014, p. 449).

Nessa seção Marx divide o produto global em dois grandes setores:

1. Meios de produção: mercadorias que, dada a sua forma, têm de entrar no consumo produtivo, ou pelo menos podem fazê-lo.

⁹ “Acumulai, acumulai! Eis Moisés e os profetas!” (MARX, 2013, p. 670).

¹⁰ “Suponha que, numa fábrica, 100 trabalhadores forneçam, trabalhando 8 horas, 800 horas de trabalho. Se o capitalista quer aumentar essa soma em 50% ele pode empregar mais 50 trabalhadores, mas então terá de adiantar um novo capital não só para salários, mas também para meios de trabalho. No entanto, ele pode fazer com que os 100 trabalhadores antigos trabalhem 12 horas em vez de 8; nesse caso, os meios de trabalho existentes serão suficientes, ocorrendo apenas sua depreciação mais rápida. Desse modo, o trabalho adicional, produzido por uma maior distensão da força de trabalho, pode aumentar o mais-produto e o mais-valor, a substância da acumulação, sem um aumento proporcional da parte constante do capital” (ibid., p. 678).

2. Meios de consumo: mercadorias que, dada a sua forma, entram no consumo individual da classe capitalista e da classe trabalhadora (MARX, 2014, p. 499).

Este último setor de meios de consumo é por sua vez dividido em dois subsetores: o de meios de consumo necessários, meios de subsistência que entram no consumo da classe trabalhadora (e também em parte do consumo da classe capitalista); e o de artigos de consumo de luxo, que entram apenas no consumo da classe capitalista (ibid., p. 507). Em cada setor o capital se decompõe em duas partes:

1. Capital Variável: força de trabalho ativa ou seu valor empregado nesse ramo de produção.
2. Capital Constante: meios de produção empregados ou seu valor, decompondo-se por sua vez em capital fixo (máquinas, ferramentas de trabalho, edifícios, etc.) e em capital circulante (matérias primas, materiais auxiliares, produtos sem fabricados, etc.) (ibid., p. 499).

2.3 AS METAMORFOSES DO CAPITAL E SEU CICLO

O capital em seu processo cíclico assume três formas, a de capital monetário, capital-mercadoria e capital produtivo, cada qual com seu ciclo. Ao longo do seu percurso o capital assume e abandona essas formas, não sendo tipos autônomos de capital, mas formas funcionais específicas do capital industrial¹¹ (ibid., p. 131). O capital só pode ser entendido como movimento, um processo cíclico que acontece sucessivamente, de uma forma funcional a outra¹².

Cada forma funcional apresenta seu próprio ciclo, mas o ciclo do capital industrial é unidade de todos os seus três ciclos, que como totalidade ocorrem simultaneamente. A fórmula dos três ciclos integrados é a seguinte:

¹¹ “[...] industrial, aqui, no sentido de que abrange todo ramo de produção explorado de modo capitalista” (MARX, 2014, p. 131).

¹² “O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (MARX, 2011, p. 53).

Figura 2: O Ciclo do Capital

$$\begin{array}{c}
 \mathbf{Ft} \qquad \qquad \mathbf{Ft} \\
 \mathbf{D - M} \quad \dots \mathbf{P} \dots \mathbf{M}' - \mathbf{D}' - \mathbf{M} \quad \dots \mathbf{P} \dots \mathbf{M}' - \mathbf{D}' \dots \\
 \mathbf{Mp} \qquad \qquad \mathbf{Mp}
 \end{array}$$

Fonte: Elaboração própria.

Onde:

D = dinheiro

M = mercadoria

Ft = força de trabalho

Mp = meios de produção

P = produção

M' = mercadoria aumentada pelo mais-valor

D' = dinheiro aumento pelo mais-valor

... = o processo de circulação foi interrompido

Nesta fórmula estão os três ciclos das formas funcionais do capital, sendo eles:

1. D-M...P...M'-D' (ciclo do capital monetário)
2. P...M'-D' -M...P (ciclo do capital produtivo)
3. M'-D'-M...P...M' (ciclo do capital-mercadoria)

O processo cíclico do capital é unidade do processo de produção e de duas fases do processo de circulação, onde cada ponto é ao mesmo tempo ponto de partida e de retorno.

Resumindo as três formas, todos os pressupostos do processo aparecem como seu resultado, como um pressuposto produzido pelo próprio processo. Cada momento aparece como ponto de partida, ponto de transição e ponto de retorno. O processo inteiro apresenta-se como unidade do processo de produção e do processo de circulação; o processo de produção torna-se mediador do processo de circulação, e vice-versa.

Os três ciclos têm em comum a valorização do valor como seu escopo determinado como mola propulsora. Em I, isto está expresso na forma. A forma II começa com P, com o próprio processo de valorização. Em III, o ciclo começa com o valor valorizado e termina com o valor novamente valorizado, ainda que o movimento se repita na mesma fase. (MARX, 2014, p. 179).

2.4 O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL DA PERSPECTIVA DO CICLO DO CAPITAL MONETÁRIO

Poderíamos assumir a perspectiva do ciclo de qualquer forma funcional, pois embora não englobem o ciclo do capital industrial em sua totalidade, em todas ocorrem o processo de valorização, assumindo o capital todas as formas funcionais do valor. Porém, para o estudo pormenorizado do ciclo do capital assumiremos a perspectiva do ciclo do capital monetário (D-M-D', que Marx (2013, p. 231) chama de fórmula geral do capital), pois:

O ciclo do capital monetário é, assim, a forma de manifestação mais unilateral e, por isso, a mais palpável e mais característica do ciclo do capital industrial, cuja finalidade e motivo propulsor – a valorização do valor, o ato de fazer dinheiro e a acumulação – apresentam-se aqui numa forma evidente (comprar para vender mais caro). (MARX, 2014, p. 138).

O ciclo do capital monetário traz consigo um possível caráter ilusório, pois a fórmula D-D' pode fazer com que a ênfase se recaia sobre a forma-dinheiro, sendo a valorização uma consequência simplesmente do comércio, dinheiro que cria dinheiro, em detrimento do processo da valorização do valor ocorrido no processo produtivo.

No ciclo do capital monetário (D-M...P...M'-D') estão presentes três estágios. No primeiro o capitalista aparece como comprador de mercadorias (força de trabalho e meios de produção), transformando dinheiro em mercadoria, a fase de circulação D-M. O segundo estágio é onde o capitalista consome produtivamente suas mercadorias adquiridas, o processo produtivo (...P...) em si, cujo resultado é uma mercadoria de maior valor do que as inseridas inicialmente no processo produtivo. A terceira fase é quando o capitalista retorna ao mercado como vendedor de suas mercadorias valorizadas, uma segunda fase de circulação, de realização do valor¹³, agora M'-D' (ibid., p. 107).

2.4.1 Primeira Fase da Circulação (D-M)

Essa primeira fase representa a transformação de uma quantia de dinheiro em uma quantidade de mercadorias¹⁴, mais especificamente nas mercadorias força de trabalho (T) e

¹³ “A troca só aparece independente ao lado da produção e indiferente em relação a ela no último estágio, no qual o produto é trocado imediatamente para o consumo. Porém, 1) não há troca sem divisão do trabalho, seja esta espontânea e natural [*naturwuchsig*], seja já um resultado histórico; 2) troca privada pressupõe propriedade privada; 3) a intensidade da troca, assim como sua extensão e seu modo, são determinados pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção. P. ex., troca entre cidade e campo; troca no campo, na cidade etc. Desse modo, a troca aparece em todos os seus momentos ou diretamente contida na produção, ou determinada por ela.” (MARX, 2011, p. 53).

¹⁴ “Para o comprador, é a transformação de seu dinheiro em mercadoria; para o vendedor, a transformação de sua mercadoria em dinheiro” (MARX, 2014, p. 108).

meios de produção (Mp) (respectivamente capital variável e capital constante). Sendo $M = T + Mp$, $D-M$ se decompõe em $D-T$ e $D-Mp$. Ocorre nessa fase a transformação do capital monetário em capital produtivo.

Em D as questões relevantes para o Padrão dizem respeito ao investimento. Quem investe, o quanto investe e em que investe são as questões que devem ser respondidas. Quem investe diz respeito a origem do capital, em relação a isso Marini (2012) distingue três aspectos que devem ser considerados. O primeiro diz respeito ao capital privado interno ou o investimento privado interno gerado internamente na economia nacional (mais-valor gerado no interior da economia) que se acumula sobre a forma de meios de produção e força de trabalho, independentemente do fato desse capital ser nacional ou estrangeiro.

O segundo aspecto diz respeito ao investimento público, deduzidos os gastos estatais improdutivos (que não levam a acumulação de capital). O investimento público é em geral parte do mais-valor gerado transferido ao Estado por meio de impostos. “Em síntese, o investimento público depende da proporção, no gasto público, das despesas destinadas ao investimento produtivo e daquelas que se destinam aos investimentos chamados improdutivos” (MARINI, 2012, p. 24). Importante destacar que gastos que podem ser considerados à primeira vista improdutivos, como gastos com saúde e educação, são na realidade produtivos, pois contribuem para a reprodução e qualificação da força de trabalho. Gastos improdutivos são os que financiam a burocracia estatal (civil e militar).

O terceiro aspecto a ser considerado é o capital estrangeiro, que assume duas principais formas, investimento direto ou indireto (empréstimos e financiamentos). Não se pode perder de vista o processo inverso, especialmente em economias dependentes, de saída de capital, ou seja, de transferências de mais-valor ao exterior. Em resumo, esses aspectos fazem a distinção da origem do capital entre público ou privado e entre nacional ou estrangeiro.

Já em relação ao quanto e em que o que deve ser analisado são os principais destinos desses investimentos, os ramos e setores principais que ocupam um lugar central na reprodução do capital, além dos valores de uso produzidos. Trata-se de pesquisar os eixos da acumulação e sua a capacidade de indução da demanda e de outros investimentos (OSÓRIO, 2012a, p. 48).

2.4.1.1 D-Mp

Em relação a compra dos meios de produção por dinheiro¹⁵, o enfoque deve ser a origem do maquinário, dos equipamentos e tecnologias tanto do setor I de meios de produção quanto do setor II de meios de consumo, ou seja, se são produzidos internamente ou em outros países. É um claro indicador da dependência tecnológica e científica do país, e mostra “o débil desenvolvimento interno do setor I e, por outro, que uma parte substantiva de D, apenas iniciado o processo, sairá imediatamente ao exterior como forma de pagamento para compra desses bens (ibid., p. 50).

2.4.1.2 D-Ft

Para a valorização do capital a compra da força de trabalho¹⁶ é um dos processos mais importantes. Para realizar essa compra o capitalista necessita encontrar no mercado o trabalhador livre, livre para vender sua força de trabalho e livre dos meios de produção, tendo como única mercadoria disponível para venda sua própria força de trabalho.

O valor dessa força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua reprodução, ou seja, o valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção de seu possuidor em condições normais de vida, além da sua reprodução, incluindo portanto os filhos dos trabalhadores que no futuro os substituirão (MARX, 2013, p. 245). Elementos históricos, morais e geográficos também devem ser considerados. Elementos geográficos/climáticos modificam as necessidades de alimentação, vestuário e habitação. Os meios de subsistência necessários contêm elementos históricos e morais, no sentido de que conforme o “desenvolvimento material da sociedade e a generalização de novos bens vão convertendo estes em bens necessários em épocas determinadas” (OSÓRIO, 2012a, p. 53).

Questões como a quantidade de trabalhadores necessários, os principais ramos e indústrias que demandam força de trabalho, sua distribuição geográfica, o nível de qualificação e os tipos de relações trabalhistas que assumem são outros componentes necessários para análise do padrão de reprodução do capital.

¹⁵ “Portanto, a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão denomino-a parte constante do capital, ou mais sucintamente: capital constante.” (MARX, 2013, p. 286).

¹⁶ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.” (MARX, 2013, p. 242).

2.4.2 Fase do Capital Produtivo (...P...)

O resultado da fase anterior é a transformação do capital monetário em capital produtivo, que agora na forma de meios de produção e força de trabalho não pode mais circular e necessita ser consumido produtivamente. A maneira como a primeira fase de circulação ocorre condiciona o processo de produção¹⁷, principalmente em relação aos meios de produção adquiridos e seu nível tecnológico. O capital sai da esfera da circulação e entra na esfera da produção, é nessa fase que ocorre o processo de valorização do capital, a criação de um mais-valor.

A transformação do valor em capital, valor que se valoriza, é realizada pela única mercadoria que tem a capacidade de criar um novo valor, a força de trabalho. O trabalho adiciona um novo valor aos meios de produção consumidos, estes por sua vez tem seus valores conservados na mercadoria¹⁸. Assim, enquanto os valores de uso dos meios de produção são consumidos e seus valores conservados, a força de trabalho reproduz não apenas seu próprio valor, mas também um valor excedente, um mais-valor. O mais-valor é produzido durante o tempo em que o trabalhador trabalha além do tempo de trabalho necessário para reproduzir seu próprio valor, o tempo de trabalho excedente cujo trabalho é denominado de mais-trabalho.

O capital C , que se decompõe em capital constante c (meios de produção) e capital variável v (força de trabalho), se transforma ao final do processo produtivo em $c + v + m$, sendo m o mais-valor, $C' = c + v + m$. A taxa de mais-valor é $m/v = \text{mais-trabalho/trabalho necessário}$, ou mais-valor sobre capital variável.

Para o padrão de reprodução do capital importa aqui principalmente a relação entre capital e força de trabalho, a forma como o capital consome a força de trabalho. O capitalista busca permanentemente a redução do valor de suas mercadorias através do aumento da taxa de exploração, a taxa de mais-valor. Osório (ibid., p. 54) distingue quatro formas de aumento da taxa de mais-valor, sendo elas: a compra do valor da força de trabalho abaixo de seu valor (tema

¹⁷ “Nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido. O capital, entre outras coisas, é também instrumento de produção, também trabalho passado, objetivado” (MARX, 2011, p. 41).

¹⁸ “Por meio da adição meramente quantitativa de trabalho, um valor novo é adicionado; por meio da qualidade do trabalho adicionado, os valores antigos dos meios de produção são conservados no produto. Esse efeito duplo do mesmo trabalho, decorrência de seu caráter duplo, pode ser detectado em vários fenômenos. (MARX, 2012, p. 278).

discutido no capítulo 4 deste trabalho); prolongamento da jornada de trabalho; incremento da produtividade do trabalho; e intensificação do trabalho.

O mais-valor obtido pela extensão da jornada de trabalho consiste no mais-valor absoluto¹⁹. É a base para a produção de mais-valor, sendo limitada pela limitação física da força de trabalho, pois o trabalhador necessita repor suas energias, e por aspectos sociais, pois também necessita de tempo para satisfação de suas necessidades sociais e intelectuais (MARX, 2013, p. 306). A duração da jornada de trabalho é determinada em última instância pela luta de classes²⁰.

O mais-valor relativo é aquele que deriva da redução do tempo de trabalho necessário, que corresponde na alteração da proporção entre o trabalho necessário e o sobretalho na jornada de trabalho. A redução do valor da força do trabalho ocorre com o aumento da força produtiva nos ramos da indústria que produzem os meios de subsistência, cujos produtos determinam o valor da força de trabalho (ibid., p. 390). A outra forma existente de mais-valor é a elevação da intensidade do trabalho, onde o capital acelera o ritmo da produção, exigindo um desgaste maior dos trabalhadores.

Por fim, um importante aspecto a ser analisado é a forma como o capital organiza sua produção. É possível identificar e historizar certas formas de organização do processo de trabalho, embora essas se combinem com outras formas de organização, como faz a escola regulacionista e boa parte da sociologia do trabalho. Disso se resulta em noções como fordismo, pós-fordismo, toyotismo, acumulação flexível, entre outras, que serão discutidas no capítulo 3 desse trabalho.

Porém, a atenção se reduz a aspectos limitados do processo geral de reprodução do capital. Daí as limitações da chamada escola regulacionista ao tentar estender seu foco nas noções antes assinaladas. Dar conta do processo de reprodução do capital requer categorias e uma capacidade integradora da análise que ultrapassa o que aquelas categorias permitem captar. (OSÓRIO, 2012a, p. 59).

¹⁹ “A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da redução da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (MARX, 2013, p. 578).

²⁰ “Entre direitos iguais, quem decide é a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, *i.e.*, a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, *i.e.*, a classe trabalhadora. (ibid., p. 309).

2.4.3 Segunda Fase da Circulação (M'-D')

Finalizado o processo produtivo a mercadoria já valorizada se torna capital-mercadoria e precisa ser vendida no mercado para voltar a assumir a forma de dinheiro, “M'-D', transformação do capital-mercadoria de sua forma-mercadoria em forma-dinheiro” (MARX, 2014, p. 122). M' (M + m) se metamorfoseia em D' (D + d), e ao fim o capital se realiza como valor na mesma forma em que entrou, mas agora valorizado, pronto para ser novamente investido e o ciclo reiniciado.

Uma vez transformada M' em D', o ciclo está em condições de continuar, mas recriando as contradições que lhe são inerentes. A lógica capitalista não permite que o ciclo se reproduza de maneira contínua sob as mesmas condições técnicas. A elevação da composição orgânica, com gastos crescentes em capital constante e novas tecnologias, equipamentos e maquinarias mais avançados eleva a produtividade, porém às custas de ir gerando uma massa de superpopulação relativa como resultado da diminuição relativa em capital variável. O fortalecimento do polo de riqueza é seguido, assim, pelo aumento do polo da miséria e da pobreza (OSÓRIO, 2012, p. 63).

A questão a ser colocada nessa fase do ciclo é para quais mercados essas mercadorias se dirigem, para o consumo de qual classe e fração de classe elas são destinadas, se são bens de luxo, bens de subsistência ou bens de capital. Também está colocado a questão sobre para quais países a produção se destina, a respectiva divisão internacional do trabalho, a quantidade e o tipo de valor de uso produzido. O tipo de valor de uso produzido revela o nível de desenvolvimento, seu nível tecnológico e os setores principais da economia. Outro importante aspecto a ser considerado é em relação ao destino do mais-valor gerado, se é extraído para o mercado externo através de diversos mecanismos ou se permanece no mercado nacional (ibid., p. 60).

2.5 CRISE E TRANSIÇÃO

As crises econômicas são fenômenos recorrentes no modo de produção capitalista. De tempos em tempos a economia mundial é abalada por uma nova crise, fenômeno que é inerente ao modo de produção. A crise é uma consequência do próprio processo de reprodução do capital, que ao levar a acumulação a níveis superiores aos limites do modo de produção, resulta em crises cíclicas e periódicas.

O caráter cíclico e periódico das crises gerou diversas interpretações, nem mesmo a economia burguesa pôde negar a necessidade de seu estudo (embora entre a Segunda Guerra e

a crise da década de 70 se difundia a ideia de que se vivia uma economia pós-cíclica). São várias as teorias econômicas que buscam interpretar esse fenômeno, mas em geral não conseguem ir além de sua aparência. As crises econômicas, suas causas e consequências, são fruto de polêmica mesmo entre os autores que reivindicam o marxismo. Isso se deve principalmente, mas não exclusivamente, por não existir em Marx uma teoria das crises pronta. Porém, toda sua magnum opus, *O Capital*, é uma explicitação das contradições internas do modo de produção capitalista. Em sua obra existem vários elementos dispersos que permitem uma interpretação marxista da crise. Nesta seção iremos abordar brevemente essa interpretação e sua relação com a categoria do padrão de reprodução do capital.

A primeira contradição já pode ser apontada na própria análise da mercadoria, em sua unidade contraditória de valor e valor de uso. Esta contradição, ao não garantir que o produtor consiga encontrar um comprador para seu produto, resultando em uma cisão entre produção e realização, já torna a crise uma possibilidade.

É a lei da queda tendencial da taxa de lucro, presente no Livro III de *O Capital* (MARX, 2017), o aporte principal de Marx à análise das crises. Esta lei tendencial é uma expressão do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho, que ao elevar a composição orgânica do capital, ou seja, a diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante, resulta em uma tendência de progressiva queda da taxa geral de lucro²¹. Isso ocorre pela própria natureza do capital, que busca constantemente elevar a produtividade do trabalho e faz isso com o emprego crescente de maquinaria e capital fixo em geral. Progressivamente menos trabalho, tanto pago quanto não pago, transforma mais matérias-primas e materiais auxiliares em mercadorias, resultando em um crescente barateamento do produto.

Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa de lucro sempre decrescente [...] A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas *uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. (MARX, 2017, p. 250).

²¹ “O lucro de que falamos aqui não é mais que um nome distinto para designar o próprio mais-valor, que só se apresenta em relação com o capital total, e não em relação com o capital variável do qual emana. A queda da taxa de lucro expressa, pois, a proporção decrescente entre o próprio mais-valor e o capital total adiantado, razão pela qual é independente de toda e qualquer distribuição desse mais-valor entre diversas categorias.” (MARX, 2017, p. 252).

O caráter tendencial da lei se deve ao fato de que a dinâmica do capital também tem suas contratendências à queda da taxa de lucro, neutralizando parcialmente seus efeitos. Marx aponta seis contratendências, sendo elas: aumento do grau de exploração do trabalho; compressão do salário abaixo de seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; superpopulação relativa (aumento do exército industrial de reserva); comércio exterior; e aumento do capital em ações (ibid., p. 271).

A conclusão de muitos autores é de que a queda da taxa de lucro é a causa da crise, mas isso é resultado de uma confusão entre causa e forma de manifestação. A queda da taxa de lucro é na verdade uma manifestação da crise, “já é um reflexo de um problema anterior de realização, isto é, a taxa de lucro, na fase descendente do ciclo, cai justamente porque a economia já está em crise, e não o contrário.” (CARCANHOLO, 1996, p. 169). Isso não invalida a lei da queda tendencial da taxa de lucro, mas aponta que ela é uma consequência da crise. Diversas outras interpretações marxistas da crise caíram no mesmo erro de confundir formas particulares de manifestação da crise como a sua causa, como a teoria do subconsumo, superprodução e das desproporções²².

A crise é uma consequência do caráter contraditório inerente ao modo de produção capitalista, da contradição entre as condições de produção e as condições de realização, que quando exacerbadas resultam na crise.

A crise nada mais é do que a consequência violenta da contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista. **A causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra.** Esta contradição, que se encontra na essência do modo de produção capitalista, é o que explica a irrupção de crises no processo de acumulação de capital. (CARCANHOLO, 1996, p. 182).

São as crises cíclicas, que de forma violenta resolvem momentaneamente as contradições do modo de produção capitalista. Esta irrupção violenta e restauradora da unidade entre os polos de produção e consumo é que repõem as condições para uma nova acumulação, reproduzindo de maneira ampliada suas contradições. A crise é uma condição necessária para o funcionamento do modo de produção capitalista.

As crises aceleram a morte de capitais. Mas também propiciam a desvalorização de capitais e salários, elementos que constituem um incentivo para uma recuperação da taxa de lucro e o início de um novo período de

²² Para uma discussão mais aprofundada sobre as crises econômicas e suas diferentes interpretações marxistas, ver Carcanholo (1996).

reativação da reprodução capitalista. Neste sentido, as crises são condição de morte e potencial ressurreição do capital (OSÓRIO, 2012a, p. 66).

As crises têm o potencial de esgotar um padrão de reprodução, ou pelo menos de ser uma manifestação de seu esgotamento, criando as condições para o surgimento de um novo padrão, precedido por um período de transição em que o velho já morreu mas o novo ainda não nasceu. Isto não significa dizer que toda crise resulta em um novo padrão de reprodução do capital, outros elementos precisam se somar a isto, isto só ocorre quando o capital necessita de mudanças qualitativas para continuar a se reproduzir. Quando isto ocorre um novo padrão se estabelece.

CAPÍTULO 3: O NOVO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A partir da década de 70 a economia mundial passa por grandes transformações, entendidas aqui como a consolidação de um novo padrão de reprodução do capital. Este capítulo se dedica ao estudo do esgotamento do padrão anterior e das principais características desse novo padrão, destacando principalmente as mudanças ocorridas nos países centrais, já que o capítulo posterior se dedica a análise das economias dependentes latino-americanas, mas sem perder de vista a totalidade da economia mundial.

3.1 O PADRÃO ANTERIOR

Antes de discutirmos o novo padrão de reprodução do capital, vamos abordar sucintamente as principais características do padrão anterior. Se utilizarmos como base a abordagem do regime de acumulação do capital realizada por David Harvey (2012) brevemente apresentada no capítulo anterior, reconhecendo suas limitações, mas destacando as similaridades das abordagens, o regime vigente do pós-guerra até crise da década de 70 pode ser chamado de fordista-keynesiano, ou como prefere Antunes (2009), um binômio taylorismo/fordismo. Para fins de simplificação, e também pela ausência de uma terminologia/categoria mais adequada e própria da Teoria Marxista da Dependência, iremos chamar nesse trabalho esse padrão de reprodução de Fordismo. Podemos considerar o período entre 1945 e 1973 como uma aproximação do tempo em que esse padrão esteve vigente, sem fixá-las formalmente, mas reconhecendo um período de transição, que como dito anteriormente, o antigo morreu mas o novo ainda não nasceu.

O padrão de reprodução fordista era baseado na “produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada” (ANTUNES, 2009, p. 38) e na economia de escala. As empresas trabalhavam com grandes estoques e inventários e os bens produzidos eram relativamente uniformes e padronizados. Padronização do produto e consumo de massa (restringido é claro pelos próprios limites do modo de produção capitalista) eram duas das principais características da produção.

Em relação ao processo de trabalho, era realizado de forma parcelar e fragmentado, organizado verticalmente, onde o trabalho era altamente especializado, realizado por operários

pouco qualificados que executavam uma única tarefa de maneira repetitiva. O mais-valor dominante era o absoluto, extraído através do aumento da jornada de trabalho²³.

Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela *mescla da produção em série fordista com o cronometro taylorista*, além da vigência de uma separação nítida entre *elaboração e execução*. (ANTUNES, 2009, p. 39).

O Estado ocupava um papel essencial na regulação do modo de produção, controlando os ciclos econômicos para garantir as condições de demanda; estabilidade necessária para garantir a lucratividade dos elevados investimentos em capital fixo requisitados pela produção em massa. O Estado realizava altos investimentos, principalmente em infraestrutura e transporte e o desemprego se mantinha baixo, próximo ao pleno emprego (HARVEY, 2012, p. 129).

O problema da configuração e uso próprios dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Como tal, ele veio formar a base de um longo período de expansão pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973. Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas. (HARVEY, 2012, p. 125).

Esse padrão de reprodução onde o Estado ocupava um papel importante de regulador e mediador entre capital e trabalho foi uma resposta à crise de 29 e a necessidade de se estabilizar o capitalismo, além de impedir com que os trabalhadores, inspirados pela União Soviética, fizessem novas revoluções. Foi o período do Estado de bem-estar social, embora limitado a alguns países capitalistas centrais, principalmente na Europa, onde o socialismo tinha força crescente e era motivo de preocupação da burguesia internacional. Uma revolução vitoriosa em um país capitalista avançado seria um grande risco para a estabilidade do capitalismo, impactando fortemente a correlação de forças. O maior perigo já tinha sido brutalmente esmagado pelo fascismo, mas desta vez a saída foi conciliadora: a burguesia preferiu entregar os anéis para não perder os dedos.

²³ “Á mais-valia extraída *extensivamente*, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão *absoluta*, intensificava-se de *modo prevalecente* a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A *subsunção real do trabalho ao capital*, própria da fase da maquinaria, estava consolidada.” (ANTUNES, 2010, p. 39).

O Welfare State é na realidade resultado da correlação de forças entre a burguesia e o proletariado, “onde se buscava a obtenção dos elementos constitutivos do Welfare State em troca do abandono, pelos trabalhadores, do seu projeto histórico-societal” (ANTUNES, 2009, p. 40). Na vigência da Guerra Fria o Plano Marshall permitiu a reconstrução da Europa. Pressionados pela URSS e pela força do socialismo, a burguesia realizou um pacto de classes que de fato concedeu diversos direitos aos trabalhadores para evitar novas revoluções. Já os países da periferia capitalista foram excluídos desse pacto, pois era a superexploração da força de trabalho nos países periféricos que o sustentava.

O padrão monetário era o estabelecido em Bretton Woods em 1944, que transformou o dólar em moeda-reserva internacional. Os Estados Unidos exerciam sua hegemonia econômica e financeira sobre o mundo, fundamentada no domínio militar, agindo “como banqueiro do mundo em troca de uma abertura de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações” (HARVEY, 2012, p. 131). O câmbio fixo era a modalidade dominante e a movimentação de capitais era mais restrita do que em relação ao padrão posterior.

Conhecido como a “era de ouro do capitalismo”, as características gerais desse período foram altas taxas de crescimento, elevadas taxas de lucro, políticas sociais para os trabalhadores, elevação salarial²⁴, crescente intervenção estatal, produção homogênea e verticalizada e consumo de massa. Na época do imperialismo tais características só podem ser transitórias; a crise dos anos 70 anunciou o fim da festa.

3.2 CRISE E TRANSIÇÃO

A passagem para um novo padrão de reprodução do capital se deu a partir da crise que se manifestou no início da década de 70, mas que já mostrava seus sinais no final da década de 60. Antunes (2009, p. 31) e Carcanholo (2010, p. 2) enumeram algumas características dessa crise:

- 1) queda da taxa de lucro, principalmente em virtude do aumento do preço da força de trabalho;
- 2) esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, aqui descrito como padrão de reprodução fordista;

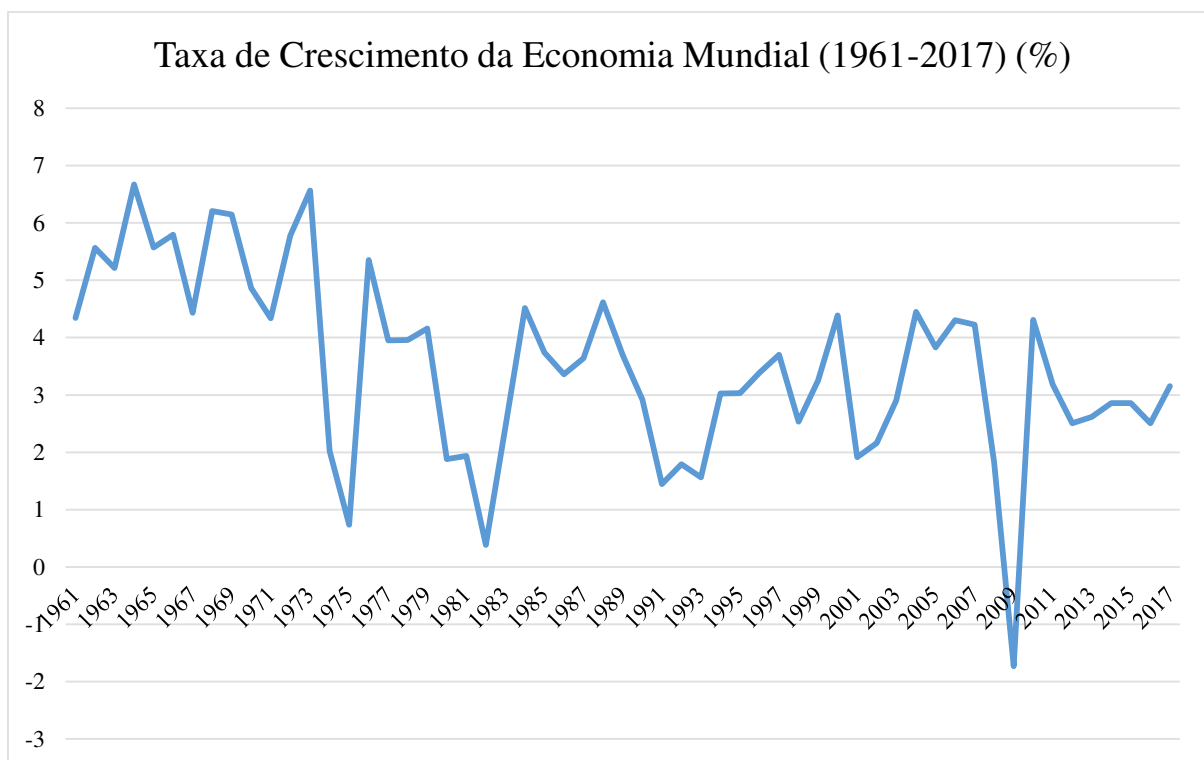
²⁴ “O aumento do preço do trabalho, que decorre da acumulação do capital, significa apenas que, na realidade, o tamanho e o peso dos grilhões de ouro que o trabalhador forjou para si mesmo permitem torna-las menos constringentes.” (MARX, 2013, p. 695).

- 3) hipertrofia da esfera financeira;
 - 4) maior concentração de capitais;
 - 5) crise do Welfare State (“Estado de bem-estar social”) em virtude da crise fiscal;
 - 6) privatizações, flexibilização dos processos produtivos e dos mercados e desregulamentação.
- Se misturam nessas características “formas de manifestação da crise, respostas do capital a essa crise, assim como elementos explicativos de seu aparecimento” (CARCANHOLO, 2010, p.2).

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muito a flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972. (HARVEY, 2012, p. 135).

O fim do regime monetário de Bretton Woods em 1971/1973, significando o fim dos regimes de câmbio fixo e da convertibilidade do dólar em ouro; e o primeiro choque do petróleo de 1973, onde o preço do barril de petróleo bruto passou de US\$ 3,5 para US\$ 11,65 em quatro meses, são duas formas específicas de manifestação da crise e do esgotamento do padrão de reprodução. São muitas vezes confundidas como causas, mas a realidade é que já desde o final da década de 60 ocorre uma desaceleração das taxas de crescimento nas principais economias do mundo. É no biênio 1974-75 que decorre uma grande queda da taxa de crescimento do produto mundial.

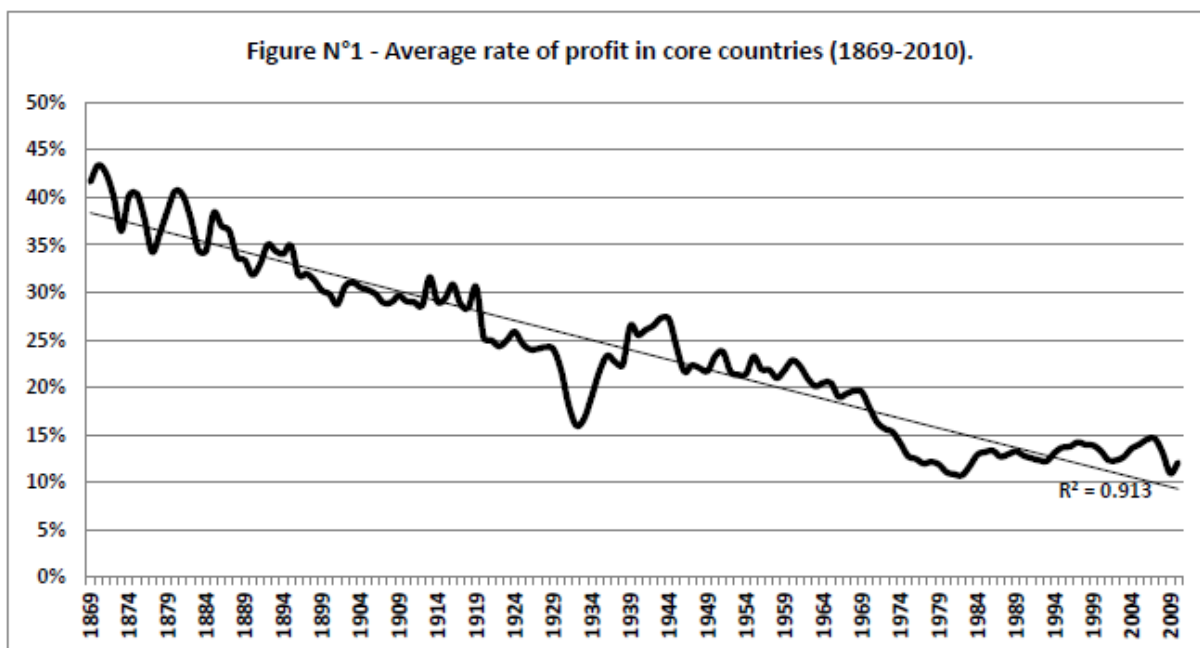
Gráfico 1: Taxa de crescimento da economia mundial (%)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Nos Estados Unidos, principal economia capitalista, os anos de 1974 e 1975 representaram taxas negativas de crescimento do PIB, -0,51% e -0,19% respectivamente. O mesmo ocorre no Reino Unido, com taxas de -2,46% e -1,47% para o período. O PIB per capita em ambos os países só volta a crescer em 1976. Mesmo com a recuperação das taxas de crescimento após 1975 (até uma nova crise ocorrer na década de 80), as taxas de desemprego permanecem elevadas, o que pode ser considerado uma característica do novo padrão de reprodução.

Gráfico 2: Taxa média de lucro em países centrais selecionados²⁵



Fonte: Elaborado por MAITO (2014).

A expansão fordista teve como consequência o acirramento da competição internacional, que resultou na divergência entre o que se produzia e as possibilidades de consumo. A partir do final da década de 60 as taxas de lucros caem, como podemos ver no gráfico acima. Com esta queda a crise se manifesta, o padrão de reprodução se esgota e um novo começa a se estabelecer. A reversão dessa queda é revertida, pelo menos parcialmente, somente na década de 80, quando ocorre a consolidação do novo padrão de reprodução. Podemos assim, interpretar a década de 70 como um período de transição, já que é na década seguinte que as principais transformações se consolidam e os níveis de acumulação são retomados.

Alguns autores defendem que no período se iniciou uma crise estrutural do capital²⁶, que continua e se aprofunda até a atualidade. Não compartilhamos dessa visão, pois a teoria marxista das crises (apresentada no capítulo anterior) defende a ideia de crises cíclicas e periódicas, não de uma crise permanente de longa duração. Na realidade, desde a década de 70 ocorreram sete crises cíclicas (CAPUTO, 2009, p. 3). Concluir que o novo padrão de reprodução do capital tem características regressivas e destrutivas para os trabalhadores e para o planeta, não nos permite caracterizar o período como o de uma crise permanente.

²⁵ Países centrais selecionados pelo autor: Alemanha, Estados Unidos, Japão, Reino Unido e Suécia.

²⁶ Ver por exemplo Meszáros (2011) e Antunes (2009).

3.3 TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA E A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Buscando a recuperação dos níveis de acumulação o capital realiza uma reestruturação do processo produtivo²⁷.

[...] a resposta capitalista a essa crise procurou enfrenta-la tão somente na sua superfície, na sua dimensão *fenomênica*, isto é, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Tratava-se, então, para as forças da Ordem, de reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio taylorismo e fordismo, procurando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45, utilizando-se, como veremos, de *novos* e *velhos* mecanismos de acumulação (ANTUNES, 2009, p. 38).

O padrão de reprodução anterior dava claros sinais de esgotamento e buscou-se alternativas que apresentassem maior dinamismo ao processo produtivo. Uma das principais características desse novo padrão de reprodução é a flexibilização, em contraposição à rigidez do padrão anterior. As economias de escala, a produção em massa e os grandes estoques foram substituídas por uma produção muito mais diversificada, em pequenos lotes, com um ritmo de inovação superior. As economias de escopo substituíram as economias de escala. As novas tecnologias produtivas (automação e microeletrônica) e as novas formas organizacionais (como o sistema de gerenciamento de estoques “just-in-time”, que reduziu drasticamente a quantidade de insumos necessários para a manutenção da produção) permitiram uma redução do tempo de giro e uma aceleração do ritmo de inovação do produto (HARVEY, 2012, p. 148).

Diante da necessidade e da possibilidade de se diminuir o tempo de rotação do capital, a saída foi a intensificação da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias (MÉSZÁROS, 2011), ou seja, a redução do tempo de giro no consumo pela redução do tempo de vida útil das mercadorias (HARVEY, 2012, p. 148). Isso faz com que desperdício e destrutividade sejam características desse padrão de reprodução, tornando a questão ecológica uma das pautas do dia.²⁸

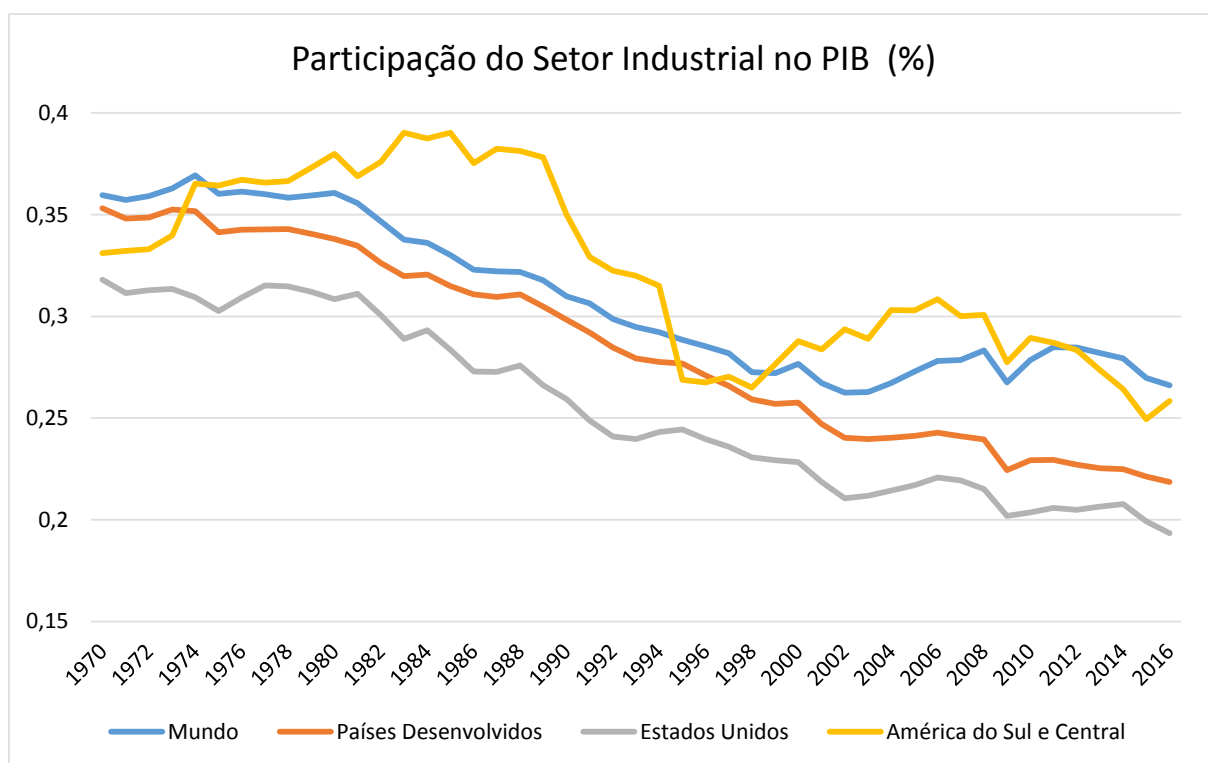
²⁷ “Com o tempo, porém, também o velho capital chega ao momento em que se renova da cabeça aos pés, troca de pele e renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para por em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas.” (MARX, 2013, p. 704).

²⁸ “O Deus que falhou”, na imagem da onipotência tecnológica, é agora recomposto e novamente apresentado sob o disfarce do “interesse ecológico” universal. Há dez anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Agora, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada e exagerada de forma unilateral para que as pessoas – impressionadas o bastante como o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos. Africanos, asiáticos e latino-americanos (sobretudo estes últimos) não devem se multiplicar como lhes aprouver -, dado que o

Extensas foram as transformações na estrutura produtiva provenientes da automação, da robótica e da microeletrônica. Essas inovações significaram uma revolução técnico científica, o que algumas abordagens caracterizam como um novo paradigma tecnológico ou mesmo uma Revolução Industrial/Tecnológica. Embora a invenção do transistor date o ano de 1948, e progressivamente a microeletrônica passe a ser utilizada industrialmente, é a partir da década de 70 em que se consolida um complexo microeletrônico. Se estabelece a era da informática e das telecomunicações.

Se no padrão fordista os complexos metal-mecânico-químico eram os responsáveis pela dinâmica de acumulação, no novo padrão eles foram deslocados do topo da matriz industrial, apesar de permanecerem importantes. O eixo dinâmico da acumulação²⁹ deixou de ser o setor automobilístico e passou a ser o complexo microeletrônico (AREND, 2009, p. 196).

Gráfico 3: Participação do Setor Industrial no PIB (%)



Fonte: UNCTADSTAT. Elaboração própria.

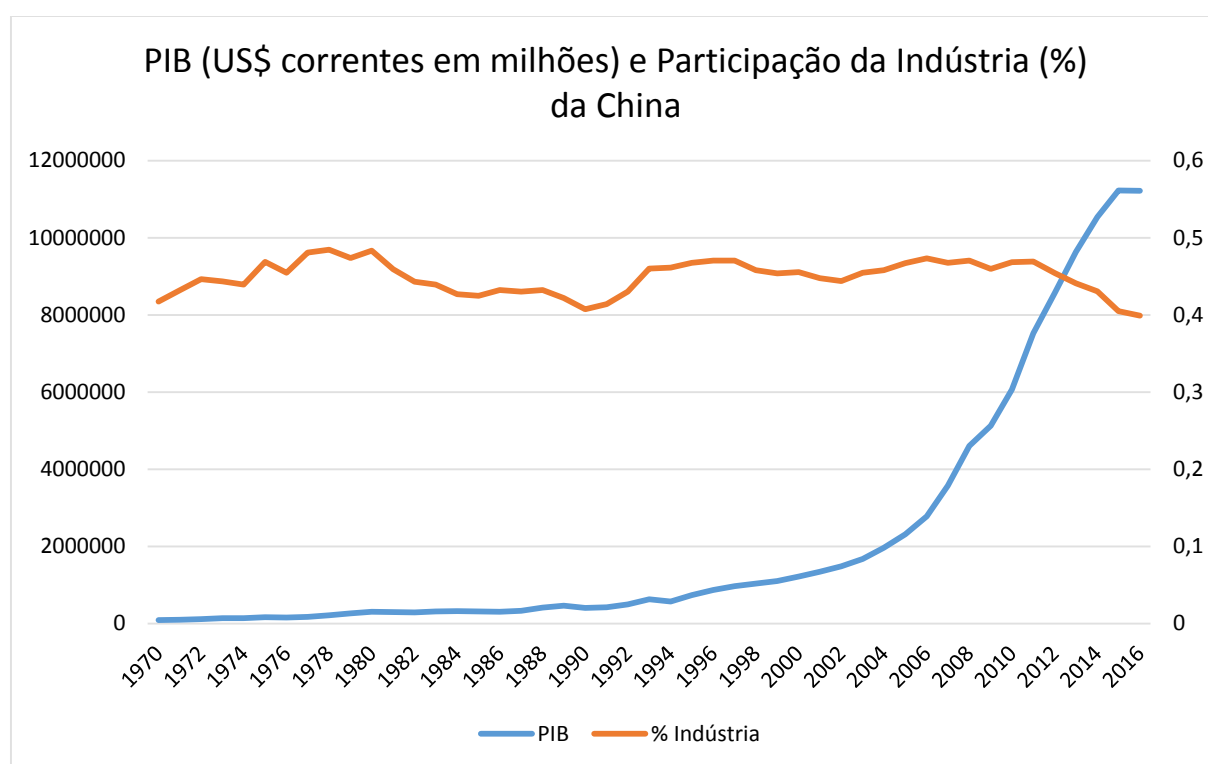
Ao mesmo tempo em que a indústria perde participação relativa na produção dos países centrais (assim como no mundo como um todo), cresce a participação dos setores de alta

desequilíbrio demográfico poderia resultar em “tensões ecológicas intoleráveis”. Em termos claros, poderia até pôr em perigo a relação social de forças predominante.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 51).

²⁹ “Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. (MARX, 2011, p. 59).

tecnologia (complexo eletrônico e biotecnologia) na produção industrial. Grande parte dos produtos eletrônicos finais e seus componentes passaram a ser produzidos nos países asiáticos, China especialmente, enquanto para a América Latina se reservou o papel de “celeiro” do mundo, responsável por produzir alimentos, matérias-primas e energia. Se estabelece assim uma nova divisão internacional do trabalho. O Gráfico 4 mostra a participação da indústria na economia chinesa, que embora tenha permanecido relativamente estável, teve na realidade um grande crescimento em números absolutos, visto as altas taxas de crescimento do país no período.

Gráfico 4: PIB (US\$) e Participação da Indústria (%) da China



Fonte: UNCTADSTAT. Elaboração própria.

Essa transferência da produção industrial para o leste asiático e algumas outras regiões se deu pelos baixos salários e outros benefícios cedidos pelos países receptores. A produção deslocada foi a de partes menos complexas das atividades manufatureiras. Se formaram redes de subcontratação vinculadas às corporações transnacionais, que podem ser de três tipos:

A subcontratação primária que ocorre pelo uso de serviços diretos dos compradores finais, como a distribuição de produtos, enquanto a subcontratação secundária implica alguma montagem de equipamento ou produto, com baixa agregação de valor. Na subcontratação terciária há vínculos semipermanentes na obtenção de materiais e uniformização do processo produtivo. (POCHMANN, 1997, p. 12).

Um grande exemplo de subcontratação é o da Foxconn, empresa taiwanesa e a maior fabricante de componentes eletrônicos do mundo. Sua lista de produtos é extensa, perpassa produtos como o Iphone (um grande símbolo do capitalismo contemporâneo), videogames, smartphones de diversas marcas, notebooks e variados componentes eletrônicos de diversas empresas, como Microsoft, Intel, Dell, Sony, Apple, Motorola, Toshiba, entre outras.

Ao contrário dos investimentos realizados no padrão fordista ou mesmo anteriormente, onde as filiais das transnacionais buscavam internalizar plantas industriais que tinham relação com a matriz, a nova estratégia dominante foi a de evitar investimentos de longa duração, abrindo e fechando plantas produtivas sempre que houver oportunidade de maior lucratividade em outras regiões (ibid., p.12).

Nesses termos, a nova Divisão Internacional do Trabalho parece referir-se mais à polarização entre a produção de manufatura, em parte nos países periféricos, e a produção de bens industriais de informação e comunicação sofisticados e de serviços de apoio à produção no centro do capitalismo. Nas economias semiperiféricas, a especialização em torno das atividades da indústria de transformação resulta, cada vez mais, proveniente da migração da produção de menor valor agregado e baixo coeficiente tecnológico do centro capitalista, que requer a utilização de mão-de-obra mais barata possível e qualificada não elevada, além do uso extensivo de matéria -prima e de energia, em grande parte sustentada em atividades insalubres e poluidoras do ambiente, não mais aceitas nos países ricos. (POCHMANN, 1997, p. 15).

No centro se concentram as atividades de pesquisa e desenvolvimento, concepção de produto, elaboração e comando, que requerem força de trabalho mais qualificada. Reúnem conseqüentemente a maior parte da força de trabalho qualificada, enquanto na periferia a maior parte da força de trabalho é formada por trabalhadores considerados não-qualificados. “Em 1997, por exemplo, a cada 10 ocupação não-qualificadas do mundo, 8 eram de responsabilidade dos países de menor renda, enquanto a cada 10 postos de trabalho qualificados apenas 3 pertenciam aos países periféricos.” (ibid., p. 17).

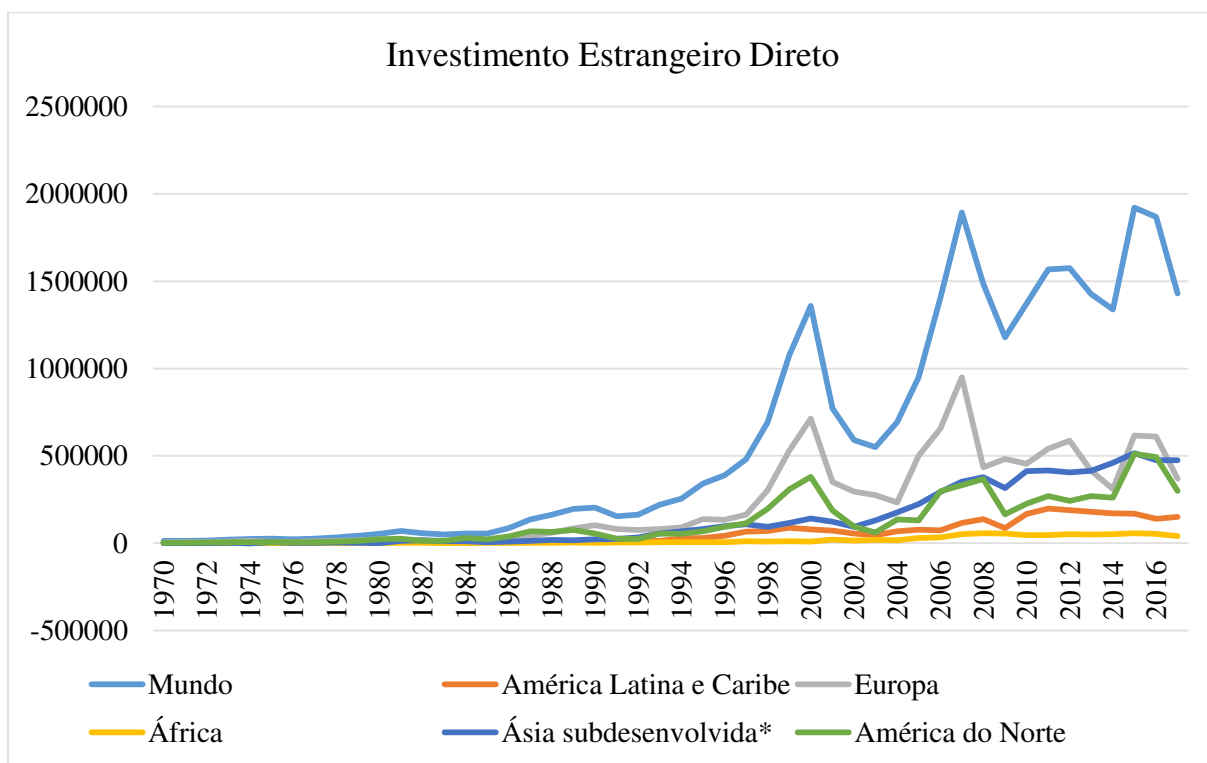
O Investimento Estrangeiro Direto aumentou significativamente em praticamente todas as partes do mundo, embora permanecendo extremamente concentrado nos Estados Unidos, União Europeia e Japão. É por isto que muitos autores chamam este período de mundialização, ou de forma ideológica, globalização. Embora o comércio exterior tenha crescido, é o capital que mais teve sua mobilidade aumentada.

Essa fase descendente evidencia o fim de uma modalidade de reprodução do capital no centro, na semiperiferia e na periferia, assim como o fim da DIT que acompanhou tal reprodução no sistema mundial capitalista e das correlações de força que acompanharam esses processos, com a abertura de

um período de significativas perdas de posições do trabalho com relação ao capital.

Na mundialização, por sua vez, apresenta-se um período de trânsito no qual o capital, com base em novos avanços tecnológicos, busca as condições para a conformação de novas modalidades de reprodução e de recuperação da taxa média de lucro, propiciando reestruturações que liquidam ou readéquam as formas organizativas da reprodução do capital, tanto nas esferas da circulação como na produção, exigindo novas formas de relocalização produtiva, de mobilidade do capital, de exploração da força de trabalho e de reorganização do mercado mundial, aproveitando a expansão deste com a desintegração da ex-União Soviética e a incorporação ativa da China, assim como os significativos avanços em matéria de transporte e comunicações. (OSÓRIO, 2012a, p. 84).

Gráfico 5: Investimento Estrangeiro Direto (US\$ correntes em milhões)



Fonte: UNCTADSTAT. Elaboração própria.

A reestruturação da produção, com suas novas técnicas e formas organizacionais de produção resultaram em falências, concentração e centralização³⁰ de capitais. Cresceram as fusões e aquisições (com participação do IED) e o resultado foi o aumento da monopolização, com a formação de megacorporações transnacionais.

³⁰ "Se aqui o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens. Trata-se da centralização propriamente dita, que se distingue da acumulação e da concentração. (MARX, 2013, p. 702).

A acumulação vem acompanhada pela concentração de capital, pois cresce o volume mínimo de capital individual para conduzir um negócio em condições normais, fazendo com que os capitais maiores derrotem os menores. Ao mesmo tempo novos capitais se formam e antigos capitais são cindidos, de maneira que a acumulação se apresenta, “por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, ela aparece, por outro lado, como repulsão mútua entre muitos capitais individuais” (MARX, 2013, p. 701). É isto que explica que ao mesmo tempo em que se elava o grau de concentração, a produção também se horizontaliza (em contraste com o padrão fordista, verticalizado), se transferindo grande parte dela para empresas subcontratadas, terceirizadas.

O novo padrão também apresentou taxas de crescimento inferiores em relação ao padrão anterior, especialmente na Europa, como mostra a tabela abaixo. Se entre 1950 e 1970 o PIB per capita cresceu a uma média de 2,8% ao ano, as duas décadas seguintes apresentaram um crescimento significativamente inferior, 1,3%.

Quadro 1: Taxa de crescimento anual médio por continente

Taxa de crescimento anual médio	Produção mundial por habitante	Europa	América	África	Ásia
0-1700	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1700-2012	0,8%	1,0%	1,1%	0,5%	0,7%
1700-1820	0,1%	0,1%	0,4%	0,0%	0,0%
1820-1913	0,9%	1,0%	1,5%	0,4%	0,2%
1913-2012	1,6%	1,9%	1,5%	1,1%	2,0%
1913-1950	0,9%	0,9%	1,4%	0,9%	0,2%
1950-1970	2,8%	3,8%	1,9%	2,1%	3,5%
1970-1990	1,3%	1,9%	1,6%	0,3%	2,1%
1990-2012	2,1%	1,9%	1,5%	1,4%	3,8%
1950-1980	2,5%	3,4%	2,0%	1,8%	3,2%
1980-2012	1,7%	1,8%	1,3%	0,8%	3,1%

Fonte: Pikketi (2014).

3.4 CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DA CLASSE TRABALHADORA

Os últimos anos do padrão fordista foram marcados pela forte ação dos trabalhadores, que protagonizaram uma onda de greves e mobilizações. Para que a flexibilização se efetivasse era necessário que esse movimento fosse derrotado, os níveis salários rebaixados e o mercado

de trabalho passasse por uma radical reestruturação, que de fato ocorreu³¹. Pela necessidade de recompor as taxas de lucro, o mercado de trabalho passou a contar com relações de trabalho mais “flexíveis”³², ou seja, com um grau superior de exploração, em condições mais precarizadas. Tal transformação só foi possível pelo aumento da taxa de desemprego (mantida estruturalmente em um nível relativamente alto), pelo enfraquecimento do movimento sindical e pelo deslocamento geográfico da produção para regiões com salários inferiores. Foi o fim do “pacto keynesiano” realizado entre capital e trabalho, em detrimento deste último e o início do desmantelamento do Estado-de-bem-estar-social.

A acumulação flexível, como vou chama-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). (HARVEY, 2012, p. 140).

O que Antunes (2009) chama de toyotismo, que substituiu o regime taylorista/fordista, é uma forma de organização do trabalho que surge no Japão pós-45 e se difere do regime anterior por ser uma produção muito vinculada a demanda, em contraste com a produção em série e de massa anteriormente praticada; fundamenta-se no trabalho operário em equipe, onde o operário realiza variadas funções, operando simultaneamente várias máquinas; busca-se o melhor aproveitamento do tempo de produção; os estoques são reduzidos em comparação com

³¹ “Se a quantidade de trabalho não pago fornecida pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista cresce com rapidez suficiente de modo a permitir sua transformação em capital com apenas um acréscimo extraordinário de trabalho pago, o salário aumenta e, mantendo-se constante as demais circunstâncias, o trabalho não pago diminuiu proporcionalmente. Mas tão logo essa redução atinja o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é mais oferecido na quantidade normal, ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação desacelera e o movimento ascensional do salário recebe um contragolpe. O aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior. Na realidade, portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada. (MARX, 2013, p. 697).

³² “Em todas essas transições históricas efetivas o trabalho assalariado aparece como dissolução, como destruição de relações em que o trabalho era fixado em todos os aspectos, em seu rendimento, seu conteúdo, sua localização, sua extensão etc. *Portanto, como negação da fixidez do trabalho e de sua remuneração.* (MARX, 2011, p. 34).

o fordismo; a produção é horizontalizada e grande parte da produção é terceirizada para outras empresas (ibid., p. 56).

Esse processo de reorganização do trabalho tem três objetivos: prolongamento da jornada de trabalho, incremento da produtividade do trabalho e intensificação do trabalho, ou seja, o aumento da taxa de mais-valor. Essa nova maneira de organizar o processo de produção faz com que o trabalho se intensifique, aumentando a exploração do trabalhador por meio de mais-valor relativo. A meta é diminuir o tempo livre do trabalhador durante a jornada de trabalho e fazer com que ele dedique todo seu tempo, até o último segundo, a produção (ibid., p. 58). O operário realiza mais funções, opera mais máquinas e em um ritmo superior.

Em virtude do esgotamento do padrão de reprodução o resto do mundo importa o toyotismo, mesclando “elementos presentes no Japão com práticas existentes nos novos países receptores, decorrendo daí um processo diferenciado, particularizado e mesmo singularizado de adaptação desse receituário” (ibid., p. 59). Se inaugura um novo patamar de intensificação do trabalho e das condições de exploração da força de trabalho.

São características desse novo mundo do trabalho o trabalho em meio período, mais precarizado, em condições mais deterioradas, com elevação do número de terceirizados e do número de horas-extras realizadas, além da retirada de direitos trabalhistas conquistados ao longo das décadas.

Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (partnership), ou mesmo em um “sindicalismo de empresa (ANTUNES, 2009, p. 55).

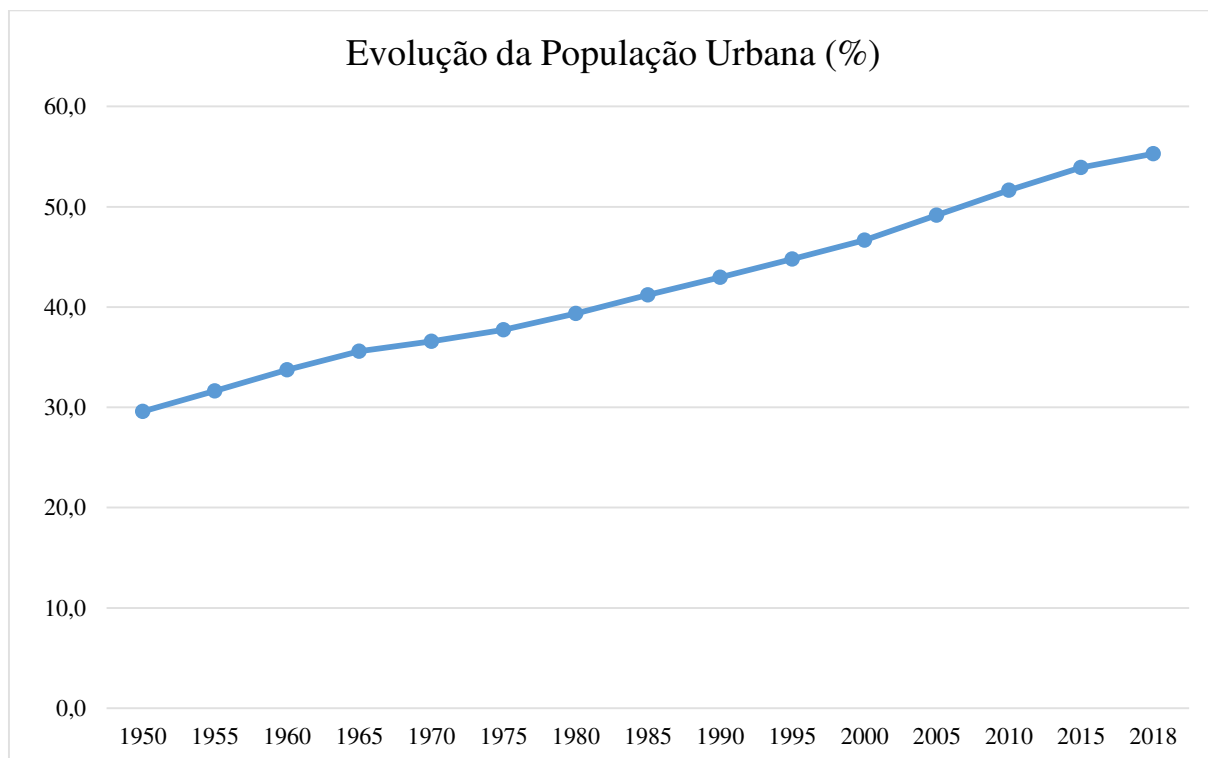
O desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que eleva o capital total, diminui relativamente o capital variável, que determina a demanda de trabalho, ainda que em termos absolutos o capital variável cresça, mas em proporção cada vez menor. O resultado é uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, uma superpopulação relativa. Esta população trabalhadora excedente, conforme as flutuações do ciclo, constitui o exército industrial de reserva, uma alavanca da acumulação capitalista e uma das condições de sua existência. Grosso modo o movimento dos salários é determinado pela expansão e contração do exército industrial de reserva. É isto que explica as elevadas taxas de desemprego que se estabelecem, desemprego este conhecido como estrutural, que atinge

especialmente dois setores, a juventude e os trabalhadores considerados “velhos” pelo capital, que uma vez demitidos observam grande dificuldade de reinserção no mercado de trabalho.

Nos períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores; nos períodos de superprodução e paroxismo, ele barra suas pretensões. A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. Ela reduz o campo de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de exploração e a mania de dominação próprias do capital. (MARX, 2013, p. 714).

Uma fonte de superpopulação relativa é o campo, pois com o avanço das forças produtivas na agricultura decresce a demanda de população trabalhadora rural, cujo parte se encontra continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano (ibid., p. 717). É isto que explica a grande diminuição do número de trabalhadores no campo, visto o grande incremento da produtividade no campo, resultando no crescimento da urbanização. Em 1970 36,59% da população mundial vivia em áreas urbanas, hoje esse número é 55,28% e a estimativa da ONU é que chegue a 68,35% em 2050.

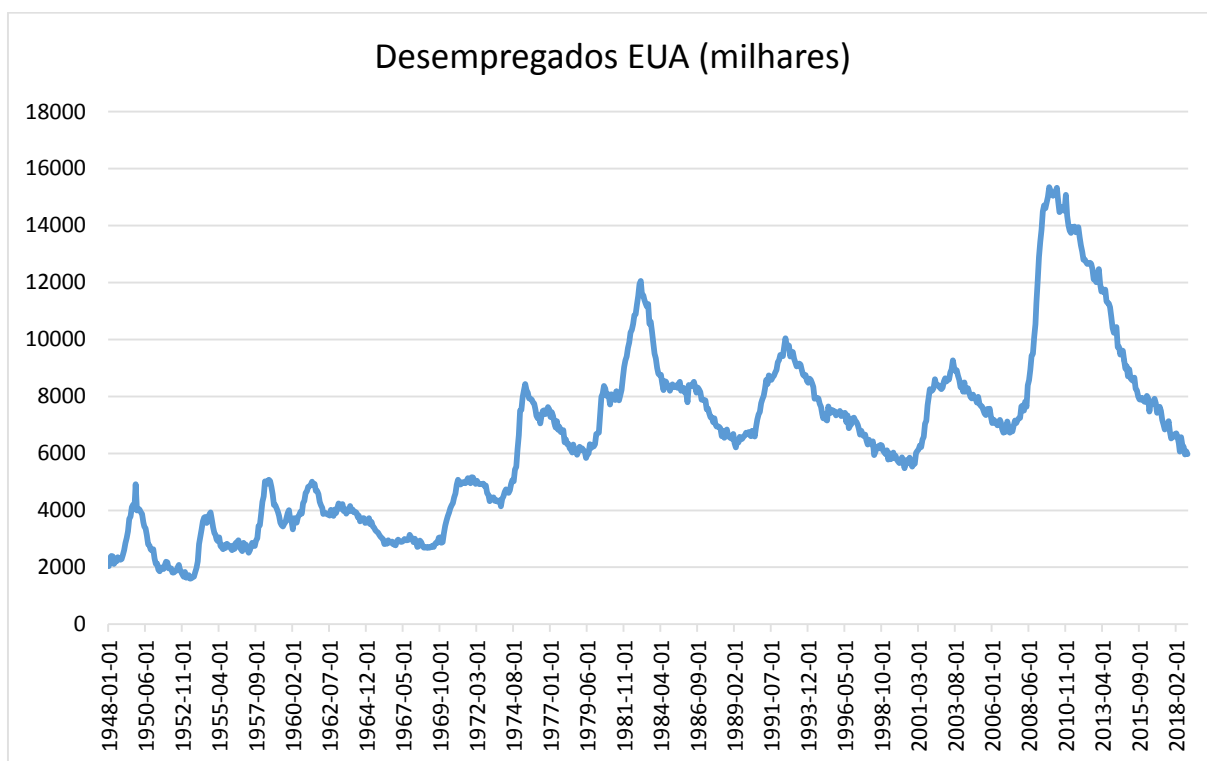
Gráfico 6: Evolução da população urbana (%)



Fonte: ONU. Elaboração própria.

Conforme podemos verificar no Gráfico 7, cresce o número de desempregados nos Estados Unidos a partir da década de 70, nunca mais retornando aos patamares anteriores. Mesmo na fase ascendente do ciclo econômico se mantêm um contingente elevado de trabalhadores que compõem o exército industrial de reserva, cumprindo a função de pressionar permanentemente os trabalhadores empregados, ameaçando seus empregos, e impedir o crescimento de seus salários e reivindicações.

Gráfico 7: Desempregados EUA (milhares)



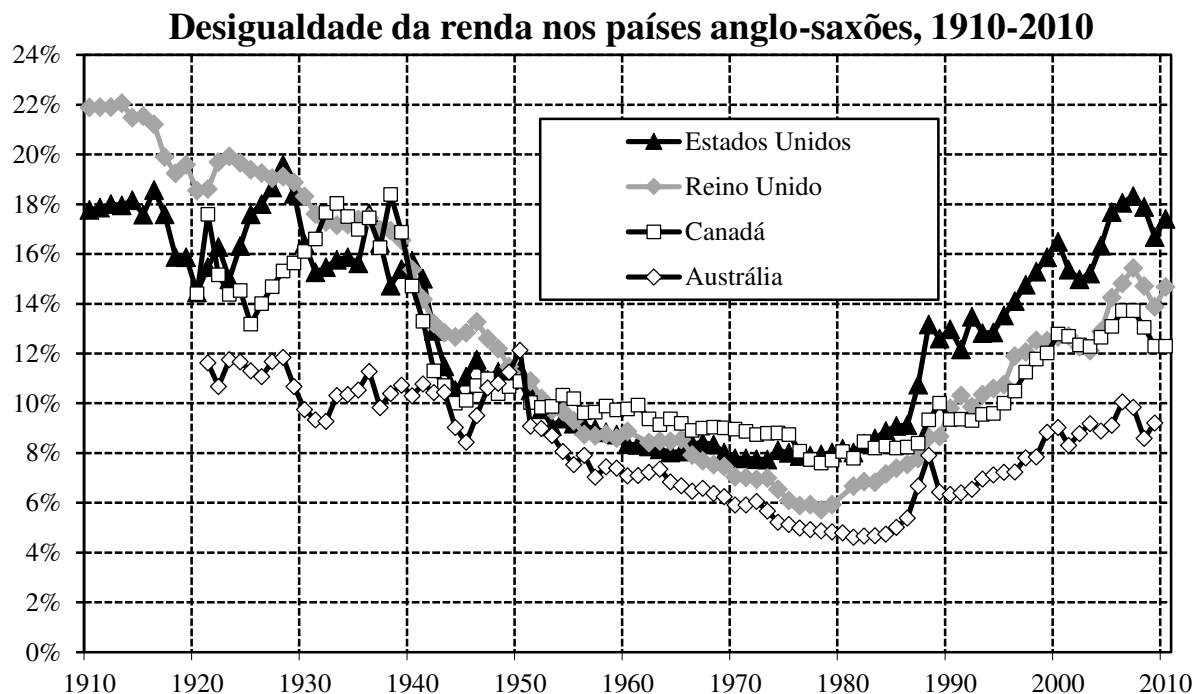
Fonte: FRED. Elaboração própria.

A consequência da redução dos salários reais é o aumento da desigualdade social em praticamente todas as partes do mundo. O novo padrão de reprodução do capital que se estabelece a partir da década de 70 acentua uma das tendências do capitalismo que é a concentração da riqueza em um número cada vez menor de pessoas. A medida em que avança a acumulação do capital, a situação do trabalhador tende a piorar. “Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.” (ibid., p. 721).

Piketty (2014) traz importantes dados sobre a desigualdade e a produção, destacando o aumento dela nesse novo padrão de reprodução. O Gráfico 6 mostra a desigualdade de renda

nos países anglo-saxões, que tem sua tendência de queda revertida nas décadas de 70 e 80 e vem crescendo desde lá, com destaque para os Estados Unidos.

Gráfico 8: Desigualdade renda nos países anglo-saxões – participação 1% mais ricos

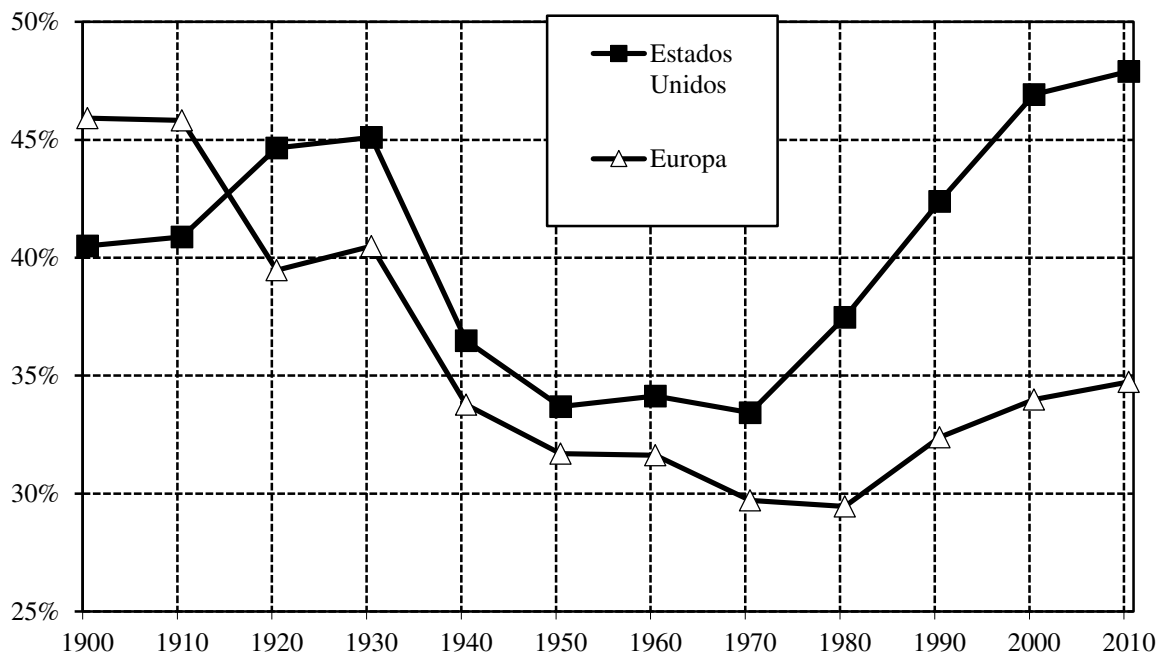


Fonte: Piketty (2014).

Na totalidade dos países europeus cresceu a desigualdade de renda, embora de maneira mais tardia (a partir da de 1980), mas em níveis inferiores aos existentes nos Estados Unidos. Entre os países do centro capitalista, a principal economia do mundo é a mais desigual. Uma das causas é a redução dos impostos pagos pelos extratos mais altos de renda, especialmente durante o governo de Ronald Reagan (1981-1988).

Gráfico 9: A desigualdade da renda: Europa versus Estados Unidos – participação 10% mais ricos.

A desigualdade da renda: Europa versus Estados Unidos,
1900-2010

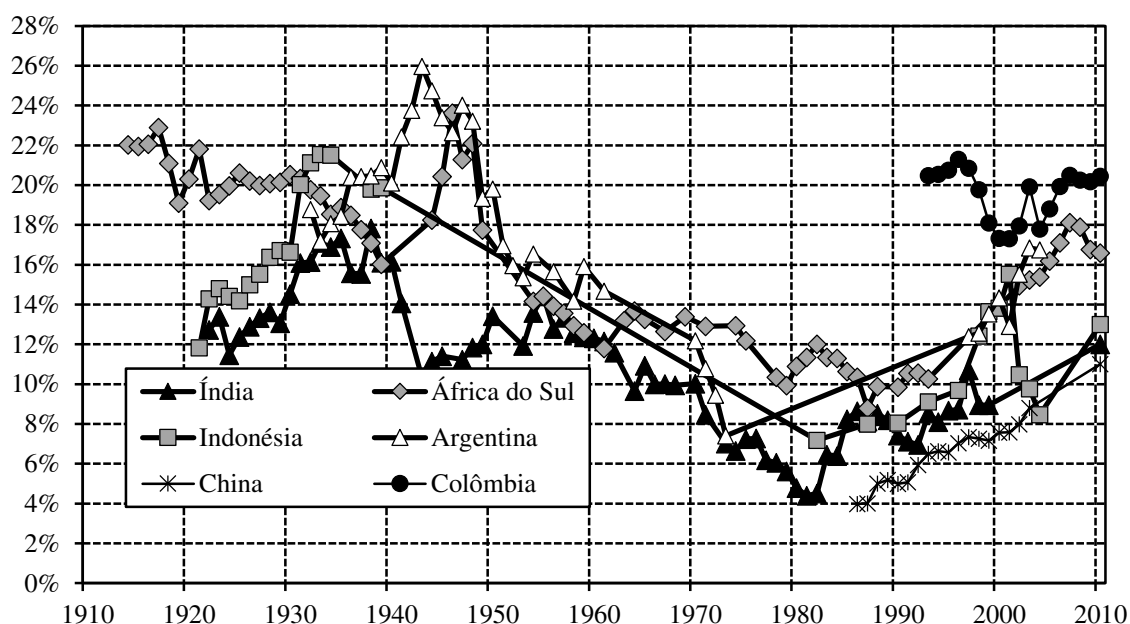


Fonte: Piketty (2014).

Embora neste capítulo estejamos focando nos países centrais, esse fenômeno de aumento da concentração de renda não é uma exclusividade desses países. A periferia capitalista sofre da mesma mazela, em condições ainda mais extremas de concentração, tendo aqui consequências, em virtude do subdesenvolvimento, mais graves para a vida da classe trabalhadora e do povo pobre. O gráfico abaixo mostra a mesma tendência existente no centro para alguns países considerados pela ideologia dominante como “emergentes”.

Gráfico 10: Desigualdade da renda nos países “emergentes”

A desigualdade da renda nos países emergentes, 1910-2010



Fonte: Piketty (2014).

Outra tendência é a expansão significativa dos assalariados médios e de serviços, especialmente nos países centrais, mas não restrito a eles. O Quadro 2, referente a população empregada por setor em alguns países centrais selecionados, deixa claro a expansão do setor de serviços, que passa a empregar a maior parte da classe trabalhadora. A flexibilização não se restringe a produção industrial, mas também atinge os trabalhadores do setor de serviços. Como exemplo podemos citar a precarização sofrida pelos trabalhadores do setor bancário.

Se acrescentarmos a imbricação crescente entre mundo produtivo e setor de serviços, bem como a crescente subordinação desse último ao primeiro, o *assalariamento* dos trabalhadores do setor de serviços aproxima-se cada vez mais da lógica e da racionalidade do mundo produtivo, gerando uma *interpenetração recíproca* entre eles, entre trabalho *produtivo* e *improdutivo* (ANTUNES, 2009, p. 111).

Quadro 2: Ocupação da população empregada por setor da economia - países centrais selecionados (%)

Porcentagem da população empregada em:												
	Agricultura				Indústria				Serviços			
	1960	1973	1981	2012	1960	1973	1981	2012	1960	1973	1981	2012
Austrália	10,3	7,4	6,5	2,9	39,9	35,5	30,6	20,75	49,8	57,1	62,8	76,34
Canadá	13,3	6,5	5,5	2,14	33,2	30,6	28,3	20	53,5	62,8	66,2	77,84
França	22,4	11,4	8,6	-	37,8	39,7	35,2	-	39,8	48,9	56,2	-
Itália	32,8	18,3	18,3	3,79	36,9	39,2	37,5	26,89	30,2	42,5	49,2	69,3
Japão	30,2	13,4	13,4	3,82	28,5	37,2	35,3	25,93	41,3	49,3	54,7	70,23
Espanha	42,3	24,3	24,3	4,23	32	36,7	35,2	20,78	25,7	39	46,6	74,97
Suécia	13,1	7,1	7,1	2,06	42	36,8	31,3	19,56	45	56	63,1	78,37
Reino Unido	4,1	2,9	2,9	1,21	48,8	42,6	36,3	19,28	47	54,5	60,9	79,5
EUA	8,3	4,2	4,2	1,43	33,6	33,2	30,1	17,30	58,1	62,6	66,4	81,25
Média	17,68	9,55	9,08	2,87	33,27	33,15	29,98	21,88	39,04	47,27	52,61	75,22

Fonte: OCDE. Elaboração própria.

3.5 MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA

A principal característica da chamada mundialização do capital (considerada aqui um atributo do novo padrão de reprodução, enquanto algumas interpretações praticamente se restringem a este elemento) é o grande crescimento das transações financeiras. É no setor financeiro onde o capital tem maior mobilidade, envolvendo os montantes mais elevados.

Antes de avançarmos é preciso limpar o terreno em relação a esse debate, contaminado por noções como “financeirização”, “finanças” e “capital financeiro”. A categoria que nos parece mais adequada para entender esse processo é a do **capital fictício**. Isso não significa negar a categoria importante na tradição do marxismo revolucionário, a do capital financeiro. A categoria que nos referimos é a desenvolvida por Hilferding e Lenin (a noção corriqueira de capital financeiro é outra, vulgar), entendida como a fusão do capital bancário com o capital industrial. Esta fusão é uma das características principais do imperialismo, a fase monopolista do capital³³, a qual para nós ainda não superamos, mantendo-se assim a atualidade da categoria,

³³ As características dessa fase são: “1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo

que se encontra em outro nível de abstração. Lenin apontava as tendências do capitalismo mundial, que foram confirmadas pela história.

O capital fictício é um desenvolvimento dialético do capital portador de juros, sendo este uma das formas autônomas do capital industrial (assim como o capital produtivo e o capital comercial)³⁴. O capital portador de juros é “uma primeira etapa na sua autonomização da apropriação do valor frente à sua produção” (CARCANHOLO, 2010, p.5). Vamos fazer o mesmo exercício que Carcanholo (2010): imagine um capital monetário de R\$ 100, emprestado a uma taxa de juros de 10% a um capitalista, que utiliza tal capital produtivamente e ao final do processo paga 110 do empréstimo e mantém para si R\$ 10 (logo uma taxa de mais-valor de 20%). Apesar de o capital portador de juros apropriar-se um mais-valor sem produzi-lo (R\$ 10), ele não é parasitário, já que contribui para a produção por parte do capital produtivo.

Como já dissemos o capital fictício é o desenvolvimento do capital portador de juros. Imaginamos a mesma situação de um indivíduo que receba uma remuneração de R\$ 10, supostamente proprietário de \$ 100 em títulos, só que neste caso esse capital não existe, ainda. Baseado em um capital inexistente (ou quase isso) o indivíduo obtém sua remuneração; este é o capital fictício, a autonomização da apropriação sobre a produção do valor, o capital aparece como autômato que se valoriza por si mesmo. Dizer que o capital fictício não existe não é exatamente correto, o “capital fictício tem movimento próprio. Assim, ele é real de certa maneira e, ao mesmo tempo, não é” (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 296). Um exemplo típico de capital fictício são os títulos da dívida pública e as ações. Não é à toa que as dívidas públicas dos países explodiram no período. Esses títulos correspondem, até certo ponto, a um capital real, seu valor tem uma correspondência na economia real³⁵. Uma ação por exemplo está vinculada a materialidade, a questão é que ela se descola do valor real que representa.

Assim, podemos dizer que pelo menos uma parte do capital fictício corresponde à magnitude de capital real. O problema está em que seu valor cresce ou diminui por razões independentes, de maneira que parcela dele pode ter existência puramente ilusória do ponto de vista da totalidade. Além disso,

pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.” (LENIN, 1983).

³⁴ “Assim, o capital industrial, entendido como síntese global e abstrata da circulação de três formas autônomas de capital (o capital a juros, o capital produtivo e o capital comercial), é o mesmo conceito de capital, mas em um nível mais concreto de análise.” (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 292).

³⁵ “Nem todo acréscimo de capital-dinheiro que se pode emprestar representa acumulação real de capital ou ampliação do processo de reprodução. Isto se revela com maior clareza na fase do ciclo industrial que vem logo depois de passada a crise, quando capitais de empréstimo se amontoam ociosos”. (MARX, 2017)

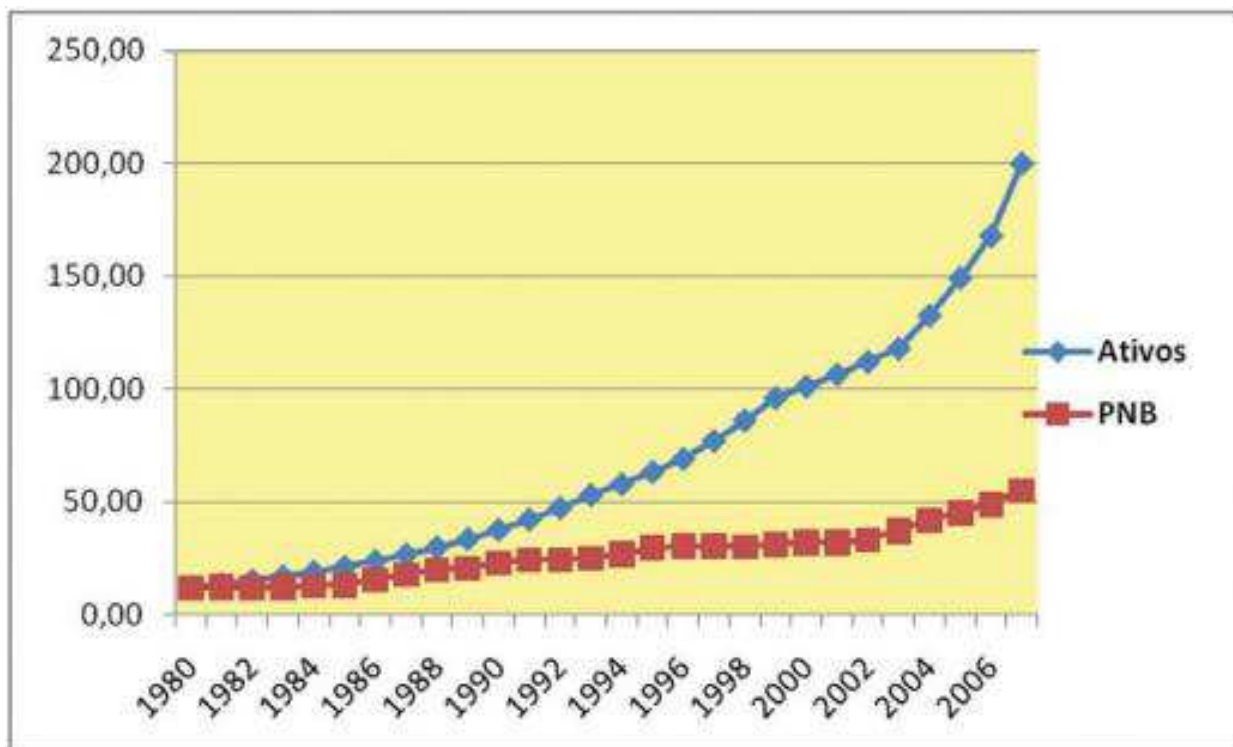
pode aparecer duplicado, triplicado, etc, e surge ao lado do capital real como outro capital que se soma a este. Nessa medida, é também, típica e inteiramente, capital fictício. (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 297).

Mesmo assim o capital fictício tem uma funcionalidade na reprodução do capital, reduzindo o tempo a rotação do capital e portanto aumentando a taxa de lucro por um período. Essa independência da esfera financeiro em relação a esfera produtiva funciona como uma contratendência à queda da taxa de lucro. Como toda contratendência, o capital fictício também intensifica as contradições do sistema capitalista. A queda é adiada, mas o buraco se aprofunda.

Por um lado, a funcionalidade do capital fictício permite o prolongamento da fase ascendente do ciclo, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital global e elevação da taxa de lucro. Por outro lado, quando sua lógica individual de apropriação se expande, a fase descendente (crise) do ciclo também é aprofundada. A disfunção do capital fictício amplia as potencialidades da crise. A dialética do capital fictício, com sua (dis)função, complexifica/amplia a tendência cíclica do processo de acumulação de capital. O último ciclo de acumulação do capitalismo a partir dos anos 70 do século passado pode ser entendido a partir dessa dialética do capital fictício (CARCANHOLO, 2010, p. 6).

Dois principais acontecimentos permitiram o crescimento do capital fictício a partir da década de 70: o fim do regime de Bretton Woods, entrando em voga o câmbio flutuante, ausente de qualquer paridade; e o processo de liberalização e desregulamentação do sistema financeiro internacional, iniciado pelos Estados Unidos e Inglaterra a partir de 1979 e seguido pelos demais países. O resultado foi um descolamento ainda maior da produção real dos ativos financeiros, e uma hipertrofia da esfera financeira. Esse deslocamento do capital para as finanças foi uma “consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada” (ANTUNES, 2009, p. 32). Uma explicação complementar é a que isso ocorre porque há um desenvolvimento assimétrico da produtividade das esferas financeira e produtiva, associado a revolução da tecnologia da informação e da telecomunicação e a desregulamentação dos mercados financeiro e de trabalho (RAPOSO, 2018, p. 62). É esta diferença de produtividade que ajuda a explicar o maior crescimento da esfera produtiva.

Gráfico 11: Riqueza fictícia (estoque mundial de ativos financeiros) e renda mundial (PNB) US\$ trilhões



Fonte: Paulani (2009).

O capital fictício assume assim predominância sobre o capital industrial, o que pode ser descrito como um padrão de reprodução com predominância financeira. Personificado no “mercado”, é o setor financeiro que determina os rumos da economia.

Ao término de uma evolução de vinte anos, são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado (CHESNAIS, 2015, p. 2).

Esta predominância não quer dizer que o setor financeiro se autodetermina, na verdade ele é interdependente do setor produtivo, já que este capital que se valoriza na esfera financeira de forma fictícia teve sua origem justamente no setor produtivo, o qual também está presente na esfera financeira e dela depende para valorizar seu capital e elevar suas taxas de lucro.

3.6 O PAPEL DO ESTADO E A POLÍTICA ECONÔMICA

O novo padrão de reprodução do capital vem acompanhado por uma mudança do papel desempenhado pelo Estado. O Estado de Bem-Estar Social no centro e o Estado

desenvolvimentista na periferia dão lugar ao Estado neoliberal. É o período conhecido na literatura como neoliberalismo.

Muitos estudiosos ao estudar o período dão ênfase a responsabilidade da teoria neoliberal nessa transformação, teoria essa que tem como principal representante Milton Friedman e é dominante na academia, com suas diversas variantes. Mas não foi o pensamento neoliberal e sua ascensão responsáveis por esta transformação, mas justamente o contrário, foram as necessidades de reprodução do capital que as gestaram. O Estado neoliberal é uma necessidade do novo padrão, que necessitava de uma menor participação do Estado na economia para a retomada dos níveis de acumulação. Cada tipo de ação do Estado, de política econômica, está associado as necessidades específicas do padrão vigente, para “ajudar o capital para que seu transito pelo ciclo seja mais fluído e favorável a suas necessidades” (OSÓRIO, 2012a, p. 72).

O neoliberalismo não pode ser resumido apenas a um conjunto de políticas econômicas, isto leva ao erro de se acreditar que no atual padrão de reprodução outro conjunto de políticas econômicas não liberais são possíveis. Não é à toa que estando no governo partidos de esquerda ou de direita, trabalhistas ou conservadores, democratas ou republicanos, petistas ou tucanos, a política econômica adotada é **essencialmente** a mesma. Isso não significa dizer que as práticas de todos os governos burgueses são exatamente iguais, existe uma margem possível de manobra, mas que é extremamente limitada a parâmetros ditados pelas necessidades de reprodução do capital.

Mas cabe fazer a pergunta: o que define que em determinado momento predomine e se aplique uma corrente de política econômica ou outra? A resposta se encontra na economia e na política. Na economia política porque distintos padrões de reprodução do capital requerem políticas econômicas diferentes; e na política pelo fato de que as exigências dos setores do capital que se convertem em eixos de determinado padrão tendem a buscar as maiores cotas de poder estatal para, dessa forma, lograr a aplicação das políticas econômicas que melhor se ajustem a suas necessidades de reprodução. (OSÓRIO, 2012a, p. 72).

As características principais desse Estado neoliberal, sintetizados no famoso Consenso de Washington, são a busca pela livre mobilidade de capitais, o livre comércio, a redução dos gastos públicos (gastos sociais principalmente), a privatização das estatais, a disciplina fiscal, a mercantilização extrema de todos os setores (inclusive saúde e educação), juros e câmbio de mercado e a desregulamentação das relações de trabalho. Estado mínimo em direitos, mas máximo em repressão, é o capitalismo em sua forma mais cru.

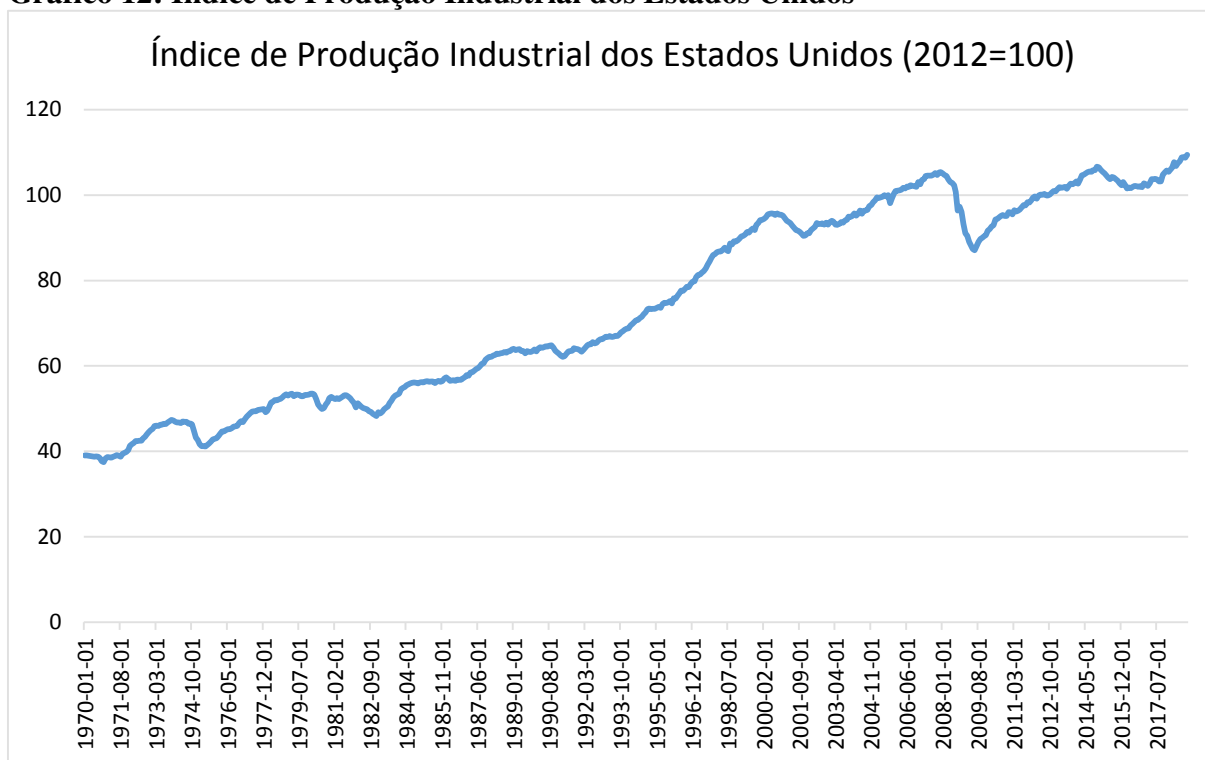
3.7 A CRISE DE 2008 E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A passagem para o século XX foi de um cenário otimista para a economia mundial e a acumulação de capital, que apresentava alta liquidez internacional, baixas taxas de juros internacionais e elevado crescimento do produto mundial. Este cenário de euforia foi abandonado com a eclosão da crise de 2008, a mais grave desde a de 1929. Esta seção se dedica a interpretação da crise de 2008, com enfoque na economia dos EUA, e das consequências e alterações no padrão de reprodução do capital.

A desregulamentação financeira promovida a partir dos anos 80 cobrou seu preço com a implosão da crise de 2008, que se expressou inicialmente na esfera financeira, mais especificamente no setor imobiliário. A grande expansão do setor imobiliário, muito além das capacidades reais da economia, se deu pela ampliação do crédito hipotecário, uma forma de capital fictício. Ao contrário da interpretação dominante, não interpretamos a crise como uma crise financeira, mas sim como uma crise cíclica de superprodução que se expressou no setor financeiro, mas que logo se evidenciou no setor produtivo.

O período entre a crise de 2001, centrada nas empresas de alta tecnologia (conhecidas como empresas *pontocom*), e a crise de 2008, foi marcado por um ritmo elevado de acumulação de capital. Como explicamos no capítulo anterior, as crises são inerentes e necessárias para o funcionamento do modo de produção capitalista; são elas que de forma violenta e normalmente abrupta resolvem parcialmente as contradições do modo de produção capitalista e restauram a unidade entre os polos de produção e consumo. A crise de 2008 foi a reversão do ciclo econômico e resultado da superprodução de capital, que após implodir no setor financeiro, provocou uma queda da produção industrial e nos níveis de acumulação.

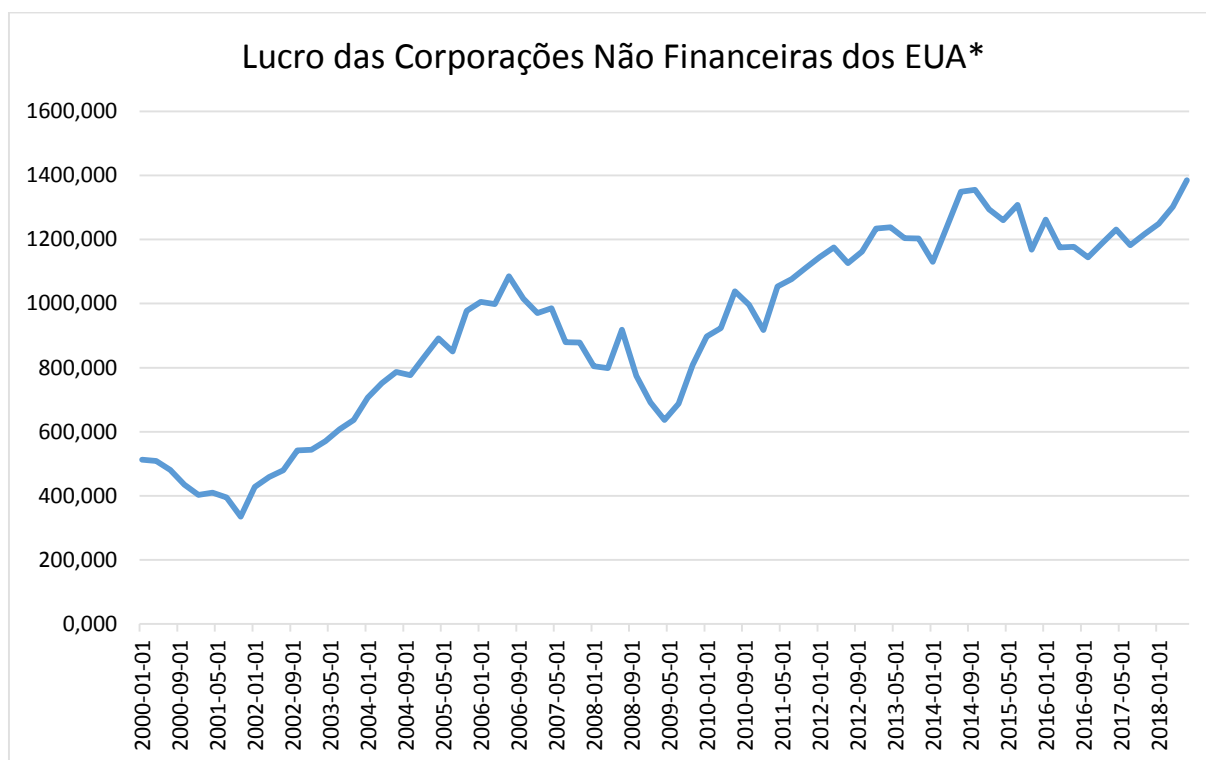
Gráfico 12: Índice de Produção Industrial dos Estados Unidos



Fonte: FRED. Elaboração própria.

Já no final do ano de 2007 a produção industrial passa por uma estagnação, e tem uma grande queda entre o começo de 2008 e junho de 2009, onde o indicador (tendo 2012 como base) passou de aproximadamente 105% para 87%, uma queda considerável. O elevado ritmo de acumulação anterior a crise resultou na diminuição da taxa de desemprego e na elevação dos salários, que por sua vez pressionaram as taxas de lucro para baixo, passando essa a cair partir do terceiro trimestre de 2006. A crise já se manifestava, a quebra do mercado imobiliário foi apenas a implosão do processo cíclico e característico da reprodução do capital.

Gráfico 13: Lucro das Corporações Não Financeiras dos EUA (US\$ bilhões)

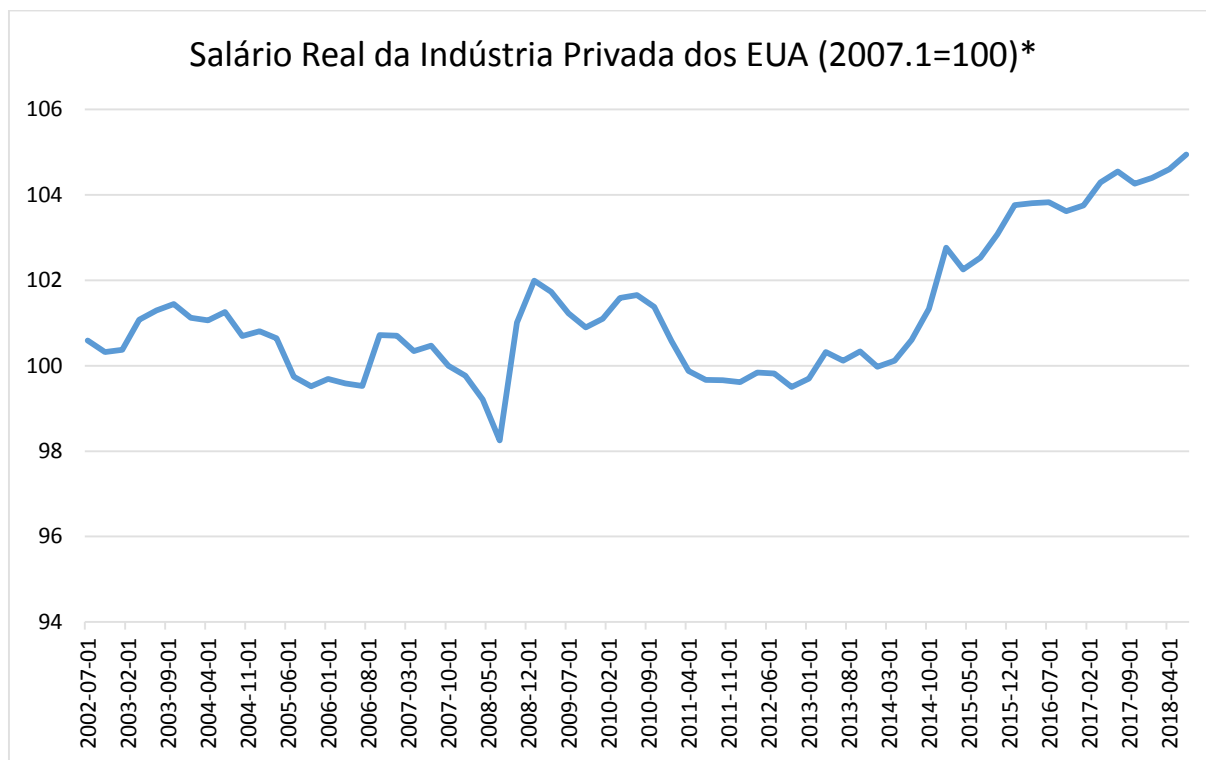


* Corporate profits with inventory valuation and capital consumption adjustments: Domestic industries: Nonfinancial, Billions of Dollars, Quarterly, Seasonally Adjusted Annual Rate

Fonte: FRED. Elaboração própria.

A resposta do capital a crise econômica – além das amplamente discutidas políticas “anticíclicas” e intervencionistas do governo estadunidense e de seu banco central (FED), como a redução das taxas de juros e o resgate de grandes empresas e bancos – foi a elevação da exploração da força do trabalho, através da elevação do desemprego e da redução dos salários reais, e a transferência do ônus da crise para os demais países (SOUZA, 2017, p. 51). A partir destes mecanismos a economia estadunidense se recupera da crise com relativa rapidez, pelo menos da perspectiva do capital, os trabalhadores estadunidenses sentem até hoje seu impacto, mas é só em 2014 que a produção industrial ultrapassa o pico anterior à crise.

Gráfico 14: Salário Real da Indústria Privada dos EUA



* Employment Cost Index: Wages and Salaries: Private Industry Workers. Consumer Price Index for All Urban Consumers. All Items, Index Q4 2007=100, Quarterly, Seasonally Adjusted.

Fonte: FRED. Elaboração própria.

Entre a crise da década de 70 e a atualidade esta é a sétima crise cíclica que atravessa o capitalismo mundial. Por que então dedicamos uma seção a esta crise e praticamente ignoramos os outros ciclos econômicos? Isso se deve pela profundidade da crise econômica e de seus amplos impactos econômicos, políticos e sociais em todo o globo. Além da intensidade da crise em si, que relembra a crise de 29, as consequências da crise são grandes e graves. Após esta crise praticamente todas as tendências do padrão de reprodução do capital que apontamos aqui se intensificam: se reduzem as taxas de crescimento, se elevam os níveis de desemprego e se amplia a ofensiva burguesa contra os direitos trabalhistas e sociais remanescentes dos trabalhadores, mesmo os mais básicos.

Duas hipóteses alternativas se colocam: 1) o padrão de reprodução do capital ainda é, em linhas gerais, o mesmo, apenas se intensificaram suas tendências após um curto ciclo ascendente; 2) a partir da crise de 2008 se iniciou um novo padrão de reprodução do capital. Este trabalho é fundamentado na primeira alternativa, acreditamos que até o momento as alterações são principalmente quantitativas e não suficientes qualitativas para dizermos que algo novo emergiu. Somente o desenrolar histórico poderá dizer qual hipótese é a verdadeira.

Caso a segunda hipótese se comprove pela realidade, o período entre 2008 e a atualidade seria provavelmente um período de transição entre dois padrões de reprodução do capital, cujo novo ainda se desenha e luta para se consolidar. Ainda em 2009 Caputo já apontava possibilidade parecida:

Esta crisis es mucho más profunda que las seis crisis anteriores a partir de las crisis de 1974-1975. La desvalorización del capital financiero y del capital real se profundizará. Este último, agravado por la competencia y obsolescencia tecnológica. Esta crisis, es la crisis de la globalización actual y del neoliberalismo como su base teórica.

Dependiendo de las decisiones y acciones políticas de los gobiernos y de las movilizaciones de los trabajadores y de los movimientos sociales, la ruptura del proceso de globalización actual puede dar paso a una nueva forma de globalización de la economía mundial, basada em bloques regionales, em los que participen diferentes países con diferentes modalidades capitalistas y no capitalistas de organización de la producción social.

Es la crisis también de las instituciones financieras internacionales, como el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, cuya responsabilidad, teórica y práctica, ha quedado como nunca en evidencia en la actual crisis. (CAPUTO, 2009, p. 16).

O que nos parece mais apontar neste caminho é o governo Trump, que aplica atualmente um projeto mais protecionista e questiona as instituições internacionais que dão sustentação ao capitalismo mundial. Por enquanto Trump ainda está isolado entre os países centrais, mas tendo por trás de si o poderio da principal economia mundial pode ter sucesso em seu projeto.

Embora a ofensiva burguesa seja grande, o capital tem encontrado dificuldade em consolidar seus planos, pois encontra pela frente uma classe trabalhadora, embora desorganizada, com grande disposição para lutar. A luta de classes se encontra atualmente em um novo patamar, que faz queimar as ruas tanto nos países centrais quanto nos países periféricos. Diversos exemplos poderiam ser dados, como as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, a Primavera Árabe, e o mais recente movimento dos “coletes amarelos” na França, são apenas alguns deles e mostram o potencial de luta da classe trabalhadora.

Iremos retornar a esse tema no capítulo posterior, quando discutiremos a crise de 2008 e suas consequências nos países latino-americanos. Lá poderemos aprofundar a discussão e abordar suas consequências de forma mais concreta.

CAPÍTULO 4: AMÉRICA LATINA: PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Este capítulo se dedica ao estudo das especificidades do ciclo do capital na economia dependente e do padrão exportador de especialização produtiva que se estabelece após a década de 80 na região.

4.1 O CICLO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE

O modo como o capital se reproduz na América Latina, como seu ciclo ocorre, é carregada de especificidades, resultantes da situação periférica, subdesenvolvida e dependente a que está submetida. A dependência é “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000, p. 109). Esta sessão está destinada a análise das particularidades da reprodução do capital na economia latino-americana.

4.1.1 Primeira Fase da Circulação (D-M)

A primeira fase da circulação do capital é a fase onde ocorre a transformação do capital monetário em capital produtivo. A variável chave a ser analisada nessa fase é o investimento. Quem, o quanto e em o que se investe são as questões que devem ser respondidas.

O investimento público realizado pelo Estado tem historicamente maior importância na economia dependente do que nos países centrais, tanto aquele financiado através de impostos diretos e indiretos, que correspondem a uma parte do mais-valor gerado pelo setor privado, transferido ao Estado; quanto aquele mais-valor diretamente apropriado pelo Estado enquanto atua como capitalista através de suas empresas estatais. O Estado ocupa o papel que o capital privado não pode ou não tem interesse em ocupar (principalmente por questões de riscos, lucratividade e elevada necessidade de capital), oferecendo bens e serviços para tornar o investimento privado mais rentável (infraestrutura e transporte por exemplo).

Outro tipo de capital que cumpre papel diferenciado na economia dependente é o capital estrangeiro. No novo padrão de reprodução do capital o investimento indireto toma o lugar do investimento direto, predominante até então. Destacar a função do investimento estrangeiro no ciclo do capital da economia dependente não significa dizer que ele cumpre um papel

complementar ao investimento interno e contribui para o desenvolvimento da economia, pelo contrário, são as transferências de mais-valor ao exterior que resultam, entre outras questões, no caráter subdesenvolvido da América Latina.

Sendo evidente que o capital estrangeiro se integra *ao* e determina o ciclo do capital da economia dependente e, por conseguinte, seu processo de desenvolvimento capitalista, não se deve perder de vista que ele representa uma restituição de capital em relação ao que drenou anteriormente da economia dependente; restituição que é, além do mais, parcial (MARINI, 2012, p. 25).

Na primeira fase de circulação do capital na economia dependente atua então um fator externo a ela, que se encontra totalmente fora de seu controle, o capital estrangeiro. O capital estrangeiro constitui agente direto do ciclo do capital na economia dependente, podendo então se “afirmar que o ciclo econômico da economia dependente, as distintas fases de expansão e recessão que esta atravessa, encontra-se diretamente articulado com o exterior e é suscetível em ampla medida a ser influenciado pelo Estado.” (ibid., p. 26).

Assim como acontece com o capital interno, parte do capital estrangeiro investido sai imediatamente do país para a aquisição de meios de produção (máquinas e equipamentos) adquiridos no exterior. Isto não é uma exclusividade da economia dependente, nenhum país vive isolado, o “que caracteriza a economia dependente é a forma aguda que essa característica adquire e o fato de que ela responde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital” (ibid., p. 27).

A industrialização dos países dependentes não se deu da mesma forma que a dos países centrais. Por ser uma industrialização tardia, realizada no século XX, se desenvolveu na periferia o Departamento II, produtor de meios de consumo, mas não se constituiu um Departamento I dinâmico, produtor de meio de produção, que fosse capaz de internalizar sua produção e suprir a demanda interna de bens de capital. A indústria manufatureira dos países dependentes se apoia na produção dos bens de capitais dos países centrais (ibid., p. 27). Isso resulta na dependência externa tanto material quanto tecnológica, além de ser mais um fator de transferência de mais-valor ao exterior.

Por consequência, essa indústria manufatureira é dependente não só em termos materiais, no que se refere aos equipamentos e maquinaria enquanto meios materiais de produção, mas tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também o conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente, fabricá-los. Isso incide, por sua vez, na relação financeira com o exterior, dando lugar aos pagamentos na modalidade de royalties ou assistência técnica, que constituem outros tantos fatores de transferência de mais-valia, de descapitalização. (MARINI, 2012, p. 28)

Sendo assim, essa primeira fase da circulação do ciclo do capital na economia dependente se encontra parcialmente centrada no exterior, dependendo tanto de capital-dinheiro estrangeiro quanto de meios de produção produzidos no exterior; resultando em um ciclo do capital duplamente articulado e duplamente dependente com relação ao exterior (ibid., p. 28).

4.1.2 Fase do Capital Produtivo (...P...)

A fase do capital produtivo é onde ocorre o processo de valorização do capital, a criação de um mais-valor. O processo de produção é condicionado pela maneira que ocorre a primeira fase de circulação, especialmente em relação ao nível tecnológico existente e aos meios de produção adquiridos no exterior.

Uma das consequências do desnível tecnológico existente entre centro e periferia é que ele se reflete internamente, pois os meios de produção provenientes do exterior implicam a utilização de uma tecnologia mais sofisticada do que a existente no país dependente, ou até de uma tecnologia inexistente neste. As empresas que tem mais acesso a essas tecnologias mais avançadas são justamente as empresas estrangeiras ou de associação entre capital interno e estrangeiro.

A consequência mais imediata é que as empresas estrangeiras, que podem adquirir meios de produção e métodos mais sofisticados, podem reduzir seus custos de produção em relação as empresas de capital interno que atuam no mesmo ramo e produzem em condições tecnológicas médias. Se a empresa estrangeira vender seus produtos ao nível de preço das condições tecnológicas médias, se beneficiará sistematicamente de um mais-valor extraordinário, concentrando grande parte do mais-valor produzido no ramo. Mesmo se o capital interno posteriormente iguale o nível tecnológico da empresa estrangeira, essa última terá um montante maior de capital, que lhe dá condições de introduzir outro avanço tecnológico e reestabelecer seu lucro extraordinário, resultando numa enorme concentração de capitais (ibid., p. 29).

Isso significa que, a partir das condições geradas na primeira fase da circulação, a concentração do capital se acentua, por circunstâncias próprias à esfera da produção em si. As empresas que operam em condições privilegiadas e obtêm sistematicamente uma mais-valia extraordinária concentram porções cada vez maiores de mais-valia produzida e, por conseguinte, do capital que é investido na economia dependente, por meio do que adquirem uma posição de dominância indiscutível. (MARINI, 2012, p.29).

Segundo Marini (ibid., p. 30), a evidência empírica comprova que o capital estrangeiro vende sua produção ao nível de preço das condições tecnológicas médias. Porém, se a escolha

fosse fixar o preço a um nível inferior, de acordo com o nível de seu próprio custo de produção, as empresas que operam com nível médio passariam a sofrer perdas e faliriam, resultando na absorção das pequenas empresas pelas maiores e conseqüentemente numa centralização bruta de capital. Os dois processos levam a monopolização precoce que é observado nas economias dependentes.

Uma das reações das empresas pequenas e médias que operam em condições médias de produção, ou mesmo abaixo, é que para recompor suas taxas de lucro elevam a taxa de mais-valia. Os mecanismos utilizados são, descartando o aumento da produtividade, o aumento da intensidade do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e o rebaixamento forçado do salário do trabalhador sem o barateamento real da sua força de trabalho. Em todas essas situações o resultante é a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, a superexploração da força de trabalho (ibid., p. 30). A superexploração da força de trabalho é uma característica estrutural da economia dependente e subdesenvolvida.

O mecanismo da superexploração utilizado pelos menores capitais acaba por favorecer também os capitais monopolistas, pois ocorre uma redução da remuneração média da força de trabalho, reduzindo-se também os custos dessas empresas, já que também lançam mão da superexploração da força de trabalho. Além disso, como a superexploração reduz o custo de produção, todas as matérias-primas e demais insumos industriais também tem seus preços deprimidos, estabelecendo-se “assim um círculo vicioso no qual a estrutura de preços tende a ser deprimida, pelo fato de que se deprime artificialmente o preço do trabalho, o salário” (ibid., p. 30).

Nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. A superexploração do trabalho em que se funda o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo corte radical entre as tendências inerentes do sistema – e, portanto, entre os interesses das classes por ele beneficiadas – e as necessidades mais básicas das grandes massas, que se manifestam em suas reivindicações por trabalho e consumo. (MARINI, 2013, p. 63).

Para que a superexploração possa se efetivar, é necessário que a classe trabalhadora tenha dificuldades em reivindicar aumentos salariais e o pagamento integral da sua força de trabalho. A repressão permanente exercida pelos Estados latino-americanos, seja na democracia burguesa restringida ou em ditaduras militares (com diferenças qualitativas), é uma das formas encontradas de se reprimir as reivindicações dos trabalhadores. No entanto, o mecanismo principal utilizado pelo capital para este fim é a criação de um exército industrial de reserva

(EIR), que pressiona permanentemente o mercado de trabalho e ameaça o emprego dos trabalhadores, fazendo com que eles aceitem o arrocho salarial, já que os desempregados aceitariam a remuneração inferior em troca de trabalho. O exército industrial de reserva é um mecanismo de competição entre os próprios trabalhadores e tende a crescer quando se introduzem novas técnicas de produção, que poupam trabalho. “Este pode existir sob a forma aberta, do desemprego, ou disfarçada, de subemprego; mas, em qualquer caso, é um exército industrial de reserva que faz minguar a capacidade reivindicativa da classe operária e propicia a superexploração dos trabalhadores” (MARINI, 2012, p.31).

Relacionar o EIR com a superexploração significa mostrar sua ação no sentido de exacerbar as formas ou os mecanismos de extração de mais-valia antes apontados. Sua atuação mais geral é a de fortalecer a ocorrência da superexploração do trabalho e, sendo assim, provoca impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e de queda salarial. Logo, implica elevação da taxa de mais valia (m/v) e conseqüentemente elevação da taxa de lucro (l') (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 100).

A última característica que Marini (2012) destaca a respeito dessa fase é que a subordinação ao exterior leva a que setores produtivos e técnicas de produção sejam impostos frequentemente de fora, mas em função da dinâmica interna. A decisão de investimento é alheia à economia interna, o que pode resultar na produção de artigos que na economia dependente, ao contrário da economia central, são suntuários, não respondendo as necessidades de consumo das massas consumidoras. A consequência é a progressiva separação da estrutura de produção das necessidades reais de consumo.

4.1.3 Segunda Fase da Circulação (M'-D')

Esta é a fase onde o capital se realiza, onde a mercadoria valorizada é vendida no mercado e volta a assumir a forma de dinheiro, para que o ciclo do capital possa ser reiniciado. Condicionada pelas fases anteriores³⁶, a segunda fase da circulação na economia dependente encontra limitadores. A superexploração da força de trabalho, ao se refletir em níveis salariais inferiores ao valor da força de trabalho, tem como consequência a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores. Esta é uma das restrições encontradas na periferia para a realização do capital-mercadoria.

Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como relações determinadas desses

³⁶ “[...] não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores.” (MARX, 2011, p. 47)

diferentes momentos entre si. A produção, por sua vez, certamente também é determinada, em sua forma unilateral, pelos outros momentos. (MARX, 2011, p. 53).

O mesmo ocorre com o mais-valor apropriado pelos capitalistas, seja o destinado ao seu consumo individual ou o mais-valor responsável pela acumulação, reconvertido em capital. Parte desse mais-valor é extraído da economia dependente para as economias centrais, através dos já mencionados diversos mecanismos de transferência de valor ao exterior, constituindo este outro mecanismo de restrição do mercado interno.

A superexploração da força de trabalho, ao elevar a taxa de mais-valor, aumenta a parte não acumulada (consumo dos capitalistas) em detrimento da destinada ao capital variável (força de trabalho). Esta é a razão para a elevada concentração de renda das economias dependentes.

A concentração de renda, por sua vez, impacta o desenvolvimento da estrutura de produção. Se o consumo dos capitalistas e dos extratos mais elevados é o setor mais dinâmico do mercado, a estrutura de produção tende a se orientar para esse setor. Os bens santuários ganham maior importância na produção e deixa-se de lado a produção de bens de consumo para a massa de consumidores. “A segunda fase da circulação contribui para orientar a produção no sentido de que se separe ainda mais das necessidades de consumo das massas” (MARINI, 2012). Para atender a necessidade de realização das mercadorias, a tendência é a de deslocamento de parte da circulação das mercadorias para o mercado mundial, além de orientar a estrutura produtiva para a exportação.

Resumindo, poderíamos dizer que o ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades. Entre elas, o papel que joga o capital estrangeiro na primeira fase da circulação, tanto sob a forma dinheiro como sob a de mercadoria, assim como o fato de que a produção determina transferências de mais-valia (que se farão visíveis na segunda fase da circulação), fixa a mais-valia extraordinária e se desenvolve sobre a base da superexploração do trabalho. Esses fatos levam à concentração do capital e à monopolização precoce, ao mesmo tempo que divorciam a estrutura de produção das necessidades de consumo das massas. A distorção na distribuição da renda que daí se origina dinamiza, na segunda fase da circulação, o setor do mercado capaz de sustentar o desenvolvimento dos ramos de produção suntuária, forçando o agravamento dessa distorção à medida que tais ramos aumentam sua produção e demandam mais mercado. Os limites com que se choca essa segunda fase da circulação, tanto pela transferência de mais-valia ao exterior como pela deformação da estrutura da renda interna, empurram-na em direção ao exterior, levando-a a buscar a realização de partes das mercadorias no mercado mundial, com o que se fecha o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior. (MARINI, 2012, p. 35).

4.2 O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

O novo padrão de reprodução do capital que se impôs na economia mundial a partir da década de 70 impactou profundamente, como não poderia ser diferente, a economia latino-americana, alterando a forma com que a dependência se expressa na região. Para Jaime Osório (2012) essas transformações representaram um novo padrão exportador de especialização produtiva.

O novo padrão de reprodução de capital na América Latina não é simplesmente uma transposição mecânica e automática dos fenômenos mundiais, pois o desenvolvimento se dá de maneira desigual e combinada. Desigual pois cada região, cada país, tem suas particularidades, produto de seu desenvolvimento histórico próprio; é a cristalização de um processo universal de maneira particular, “expressão específica da natureza contraditória do progresso social e da dialética do desenvolvimento humano” (NOVACK, 1988). Essa desigualdade tem limitações, pois toda região está submetida a totalidade da economia mundial, a parte não existe de forma independente do todo, a particularidade é expressão específica de um conjunto de características comuns. O desenvolvimento é também a combinação dessas particularidades, que resultam em uma totalidade que não é somente a soma das partes, mas em algo superior. A união desses dois processos opostos, desigualdade e combinação, é que ditam a dialética do desenvolvimento.

A maior parte das transformações correspondentes ao novo padrão de reprodução do capital na América Latina ocorrem de maneira tardia em relação à economia mundial. Enquanto a década 70 foi um período de transição, é a partir da década de 80, com ápice na década de 90, que essas mudanças se estabelecem nas economias dependentes. Importante destacar que elas não são um raio em céu azul, mas são a reprodução da própria dependência e de seus mecanismos.

[...] o que temos na América Latina são novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população (OSÓRIO, 2012b, p. 104).

Osório (2012) historiciza os padrões de reprodução do capital na América Latina e seus eixos de reprodução (Tabela 4), cada qual com sua lógica interna, mas que fazem parte de um movimento mais geral do sistema capitalista mundial. A categoria do padrão busca estabelecer traços gerais e comuns, mas nunca negando a existência de particularidades nacionais.

Quadro 3: Padrões de reprodução do capital na América Latina

Padrão de Reprodução Dominante	Período que Abrange
a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do século XX
b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
c) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente

Fonte: OSÓRIO, 2012b, p. 78.

4.2.1 A Condição Exportadora e o Padrão de Especialização Produtiva

As economias da América Latina nasceram voltadas ao mercado mundial, para atender suas necessidades de circulação. Ao não depender do mercado interno para realização das mercadorias, a tendência que se impõe é a exploração ao máximo da força de trabalho, sem tornar necessária sua reposição. A superexploração da força de trabalho é a base com a qual se desenvolveram as economias dependentes latino-americanas.

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 2000).

A condição exportadora foi a característica central do padrão agromineiro exportador, que esteve vigente na América Latina até a segunda década do século XX. A partir da década de 30 a região passa por um processo de industrialização através da substituição de importações. O eixo da reprodução se descola para a indústria, estabelecendo-se um padrão industrial.

A industrialização periférica se dá sobre bases distintas da que ocorreu nas economias centrais. A superexploração da força de trabalho, ao comprimir a capacidade de consumo dos trabalhadores e limitar o mercado interno, resulta na separação radical entre a alta esfera e a baixa esfera da circulação no interior da economia, em níveis muito mais elevados do que a existente nas economias centrais.

A compressão permanente que exercia a economia exportadora sobre o consumo individual do trabalhador não permitiu mais do que a criação de uma indústria débil, que só se ampliava quando fatores externos (como as crises comerciais, conjunturalmente, e a limitação dos excedentes da balança comercial, pelas razões já assinaladas) fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação. É a maior incidência

desses fatores, como vimos, o que acelera o crescimento industrial, a partir de certo momento, e provoca a mudança qualitativa do capitalismo dependente. A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados (MARINI, 2000).

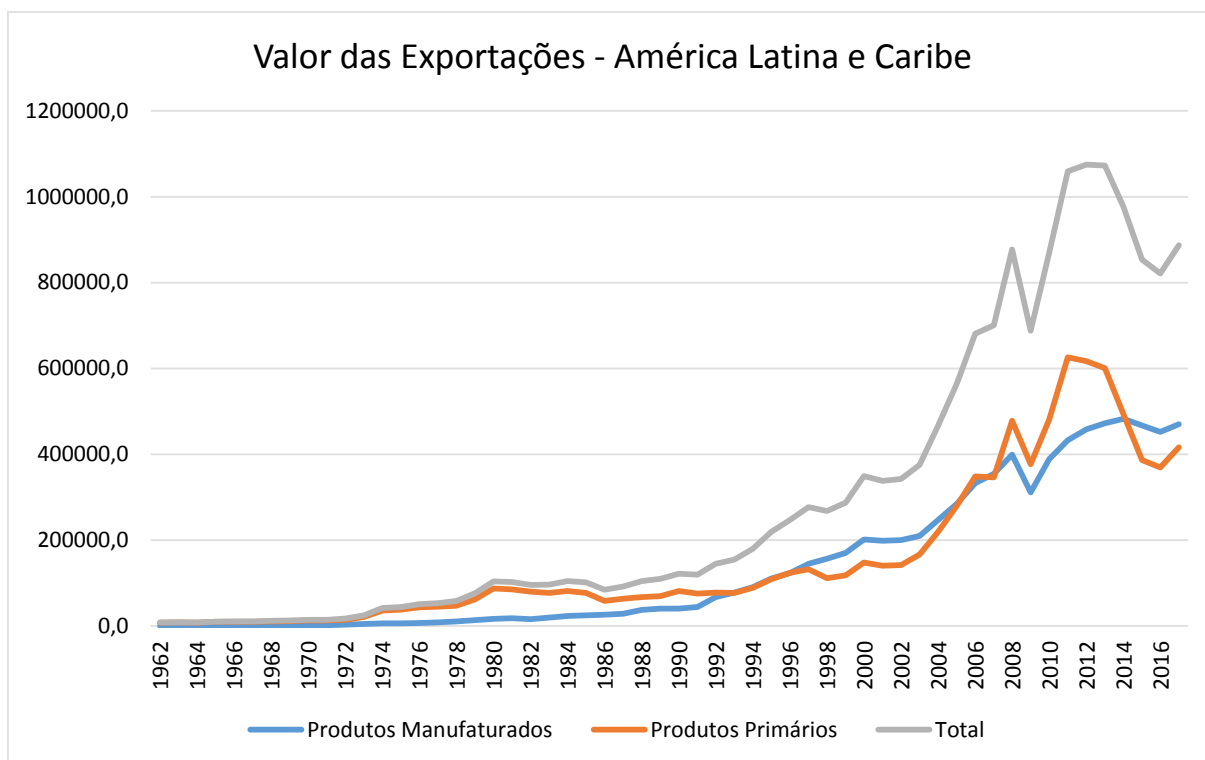
Se estabeleceu uma nova divisão internacional do trabalho. A industrialização significou a transferência das etapas inferiores da produção industrial para a periferia, reservando para o centro as etapas mais avançadas. Isso se realizou pela possibilidade de maior lucratividade baseada na superexploração do trabalho e pelo grande desenvolvimento do setor de bens de capital das economias centrais, que ao necessitarem de mercados, tiveram interesse na industrialização da América Latina; além de ser um destino para as máquinas e equipamentos tornados rapidamente absolutos pela redução drástica do prazo de reposição do capital (MARINI, 2000).

As transformações da economia mundial que ocorrem a partir da década de 70 e as dificuldades encontradas para a realização das mercadorias internamente, que obrigaram a expansão para o exterior, significaram o fim do projeto de industrialização vigente nas economias latino-americanas desde a década de 30, resultando no que se conhece na literatura como desindustrialização. Parcelas importantes das indústrias foram destruídas e as que permaneceram, principalmente nas economias de maior complexidade (Brasil e México), perderam autonomia e foram subordinadas as cadeias produtivas mundiais das empresas transnacionais, submetidas ao projeto exportador que se impôs na região.

Em muitos sentidos o padrão de reprodução se reaproxima do antigo padrão agromineiro exportador, mas com algumas diferenças substanciais, principalmente em relação ao maior grau médio de elaboração dos bens exportados. É um retrocesso histórico, fazendo com que alguns autores caracterizem como uma reversão colonial ou recolonização do continente (GODEIRO; SOARES, 2016).

A qualificação do novo padrão como “exportador de especialização produtiva” permite diferenciá-lo do padrão agromineiro exportador que a região conheceu no século XIX e no início do século XX porque os novos bens de exportação exigem, em muitos casos, algum grau de elaboração que ele não requeria nem conheceu; e também porque integra a maquiela e a produção de partes industriais diversas (OSÓRIO, 2012b, p. 111).

Gráfico 15: Valor das exportações – América Latina e Caribe



Fonte: CEPALSTAT. Elaboração própria.

O valor das exportações deu um salto no período, tornando o mercado externo o principal mercado dos setores mais dinâmicos da economia, tanto em relação aos bens considerados manufaturados quanto em relação aos bens primários. Além disso, cresceu consideravelmente a participação das exportações no PIB.

Quadro 4: Coeficiente das exportações de bens e serviços – América Latina (PIB preços constantes)

1980	10,3
1985	12,9
1990	15,3
1995	15,2
2000	19,9
2004	21,9
2005	22,6
2006	22,9
2007	23

Fonte: CEPAL, Anuário estadístico de América Latina y el Caribe 1999 e 2008. Retirado de Osório (2012b).

No período as exportações cresceram no mundo todo, com a China e outros países asiáticos a frente desse processo (pelo importante deslocamento da produção industrial para

esses países). Na América Latina esse indicador cresce acima da média mundial, conforme verificamos na tabela abaixo.

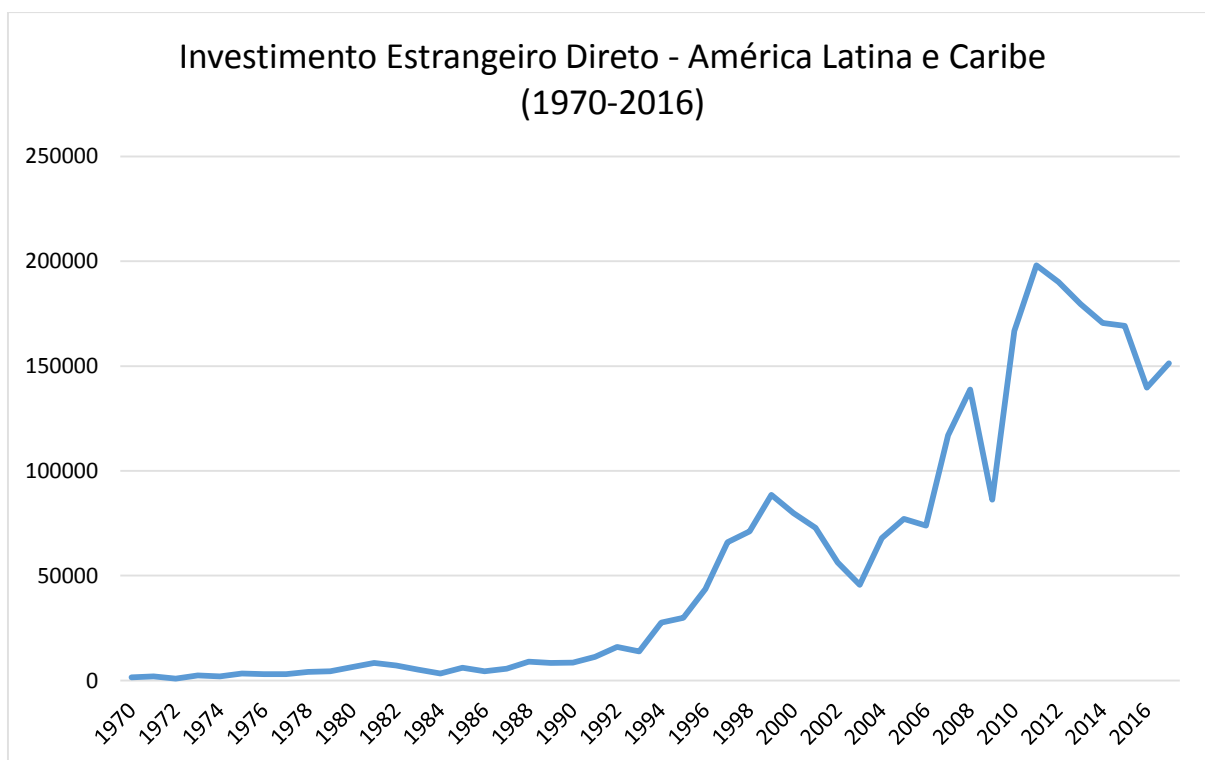
Quadro 5: Percentual do crescimento das exportações de bens e serviços 1994-2006

Mundo	7,1
Países desenvolvidos	5,9
América Latina	7,4
China	18,2

Fonte: Banco Mundial. Retirado de Osório (2012b).

A década de 90 representou uma elevação massiva dos níveis de investimento estrangeiro direto (IED), que apesar de permanecer concentrado nos países centrais, cresceu também em algumas regiões periféricas. Entre os países subdesenvolvidos é a Ásia, especialmente a China, o principal destino desses capitais, seguido pela América Latina, que apesar de continuar tendo uma participação relativa pequena, teve um grande crescimento em termos absolutos.

Gráfico 16: Investimento Estrangeiro Direto (IED) – América Latina e Caribe



Fonte: UNCTADSTAT. Elaboração própria.

O IED, enquanto fenômeno, formação material, é a manifestação visível de uma transferência de capital que parte dos países centrais e da qual apenas uma pequena parte se dirige aos países dependentes. Mas a atividade deste fenômeno, desta formação material, dá-se com o encobrimento da essência por parte da aparência: transfere-se um capital que fora previamente

acumulado, e o utiliza-se para uma acumulação ulterior, a qual é então enviada aos países centrais, estes manipuladores principais, mas não imediatos, do processo de drenagem de recursos, sob a forma de remessas de lucros. O IED é o fenômeno: um de seus momentos, a aparência, indica que estes investimentos são agentes do crescimento econômico nos países dependentes, visto distribuir tecnologia, ampliar laços comerciais, modernizar economias, aumentar competitividade de empresas até então fora da lógica “concorrencial” do mercado mundial; outro momento seu, a essência, revela que o capital aportado é parte de uma acumulação anterior utilizado para outra acumulação, posterior. Neste ciclo, os países centrais drenam sistematicamente recursos financeiros e naturais, os enviando aos países centrais como remessas de lucro. (MAGALHÃES, 2009, p. 90)

As políticas neoliberais foram um dos principais fatores responsáveis pelo aumento do IED no período, mais especificamente a venda das empresas estatais para o capital estrangeiro. Influenciadas pela ideologia neoliberal dominante, (consequência das necessidades de reprodução do capital, não a causa de sua ascensão), os governos da região privatizaram dezenas de empresas públicas e abriram seus mercados para a concorrência externa. As crises do período e a abertura de mercado quebraram diversas empresas e resultaram numa reestruturação da estrutura produtiva, onde o capital se concentrou e se centralizou ainda mais.

O grande capital interno tem preeminência na agroindústria, no comércio, na indústria alimentícia e nas telecomunicações, com certa expressão na mineração, eletrônica e energia elétrica. O Estado perdeu influência em grande parte dos setores, mas ainda é dominante na área de mineração, petróleo, gás e energia elétrica. As transnacionais dominam os setores de automobilística, autopeças, eletrônica, ao mesmo tempo que tem presença significativa em todos os outros setores da economia (exceto petróleo e gás). O setor bancário-financeiro se encontra altamente concentrado pelo capital estrangeiro (OSÓRIO, 2012b, p. 111). No Brasil por exemplo, em 2016 os cinco maiores bancos controlavam 82% dos ativos financeiros.

Outro fator que contribuiu para a elevação do IED foram os investimentos para estabelecer segmentos das novas cadeias produtivas globais, em geral pouco enraizados, principalmente responsáveis por montagem, maquila, embalagem e rotulagem, que facilitam a mobilidade do capital (ibid., p. 109). A burguesia interna se associou ainda mais com a burguesia externa, vendendo partes significativas de seus negócios.

Dizer que um padrão é de especialização produtiva significa que ele tende a se apoiar em alguns eixos de produção, variando o setor conforme o desenvolvimento histórico e as vantagens naturais e comparativas de cada país. Seja a especialização em bens agrícolas, mineiros, industriais ou de serviços, “articula-se a nova reprodução do capital, propiciando um

tipo de especialização em atividades como as mencionadas, que tendem a concentrar os avanços tecnológicos que atingem a região” (ibid., p. 111).

A América Latina permanece abastecendo o mercado mundial de matérias-primas e alimentos. Entre os principais produtos de exportação se encontram bens em que a região apresenta vantagens naturais, como petróleo, minérios e bens agrícolas (principalmente soja), além da montagem de automóveis e de eletrônicos, com baixa incorporação tecnológica (ibid., p. 113).

A especialização produtiva exportadora encontra-se associada a uma espécie de reedição, sob novas condições, de novos enclaves, à medida que um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do *design*, sendo os salários impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local (OSÓRIO, 2012b, p. 113).

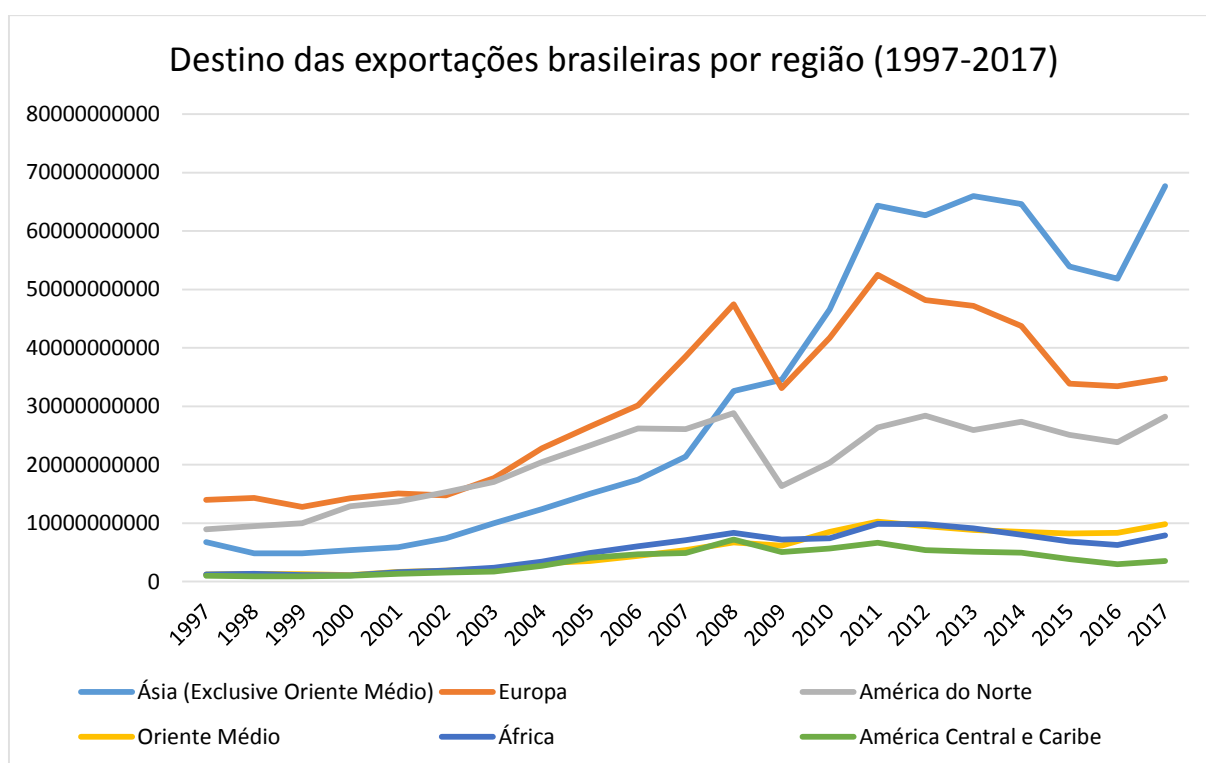
Os eixos em que as economias se especializam constituem como segmentos das grandes cadeias produtivas globais, dirigidos pelo capital transnacional, transferindo ainda mais o locus decisório para o exterior. O novo padrão de reprodução enterrou o imaginário de um desenvolvimento capitalista nacional autônomo.

Os valores de uso exportados variam de país a país. Na Argentina os bens agrícolas e agroindustriais possuem um peso significativo, como tortas e farinhas de sementes oleaginosas e outros resíduos de óleos vegetais (16,4%), milho sem moer (6,9%), óleo de soja (6,6%), soja (4,9) e trigo (4,2%); assim como veículos para passageiros (2,7%). O Chile tem uma grande dependência na exportação de itens minerais e concentrados de cobre (25,4%) e cobre refinado (25%), seguido por peixe (7,1%). Na Colômbia o destaque fica com o petróleo cru (30,4%) e carvão (18,9%), acompanhado por café (7,2%), flores (3,9%) e bananas e plátano (2,6%). No México se destacam bens eletrônicos e automotivos, sendo liderado por veículos para passageiros (10,3%), partes para veículos (6,6%) caminhões (5,8%), máquinas de estatística (5,8%), petróleo cru (4,9%) e televisores (3,3%). Já o Brasil tinha uma pauta exportadora mais equilibrada, combinando bens primários com industriais diversos, mas a crise retirou importância de bens como aeronaves (3% em 2008) e autopeças (2% em 2008). Hoje esses dois produtos não estão na lista dos dez principais produtos exportados, sendo ela composta por soja (12%), mineral de ferro (8,9%), petróleo cru (7,7%), açúcar (4,2%), veículos para passageiros

(3,1%), aves (3,1%), celulose (2,8%), carne de gado (2,4%), tortas e farinhas de sementes oleaginosas e outros resíduos de óleos vegetais (2,3%) e milho sem moer (2,2%).³⁷

Os Estados Unidos são o principal destino das exportações da América Latina, seguido pelo mercado inter-regional, União Europeia, Ásia e Pacífica e China, esta em ascensão como destino. O Brasil é o que tem maior autonomia em relação aos Estados Unidos³⁸, sendo a Ásia o principal destino de seus produtos, seguido pela Europa. O mercado inter-regional tem importância para a região.

Gráfico 17: Destino das exportações brasileiras por região

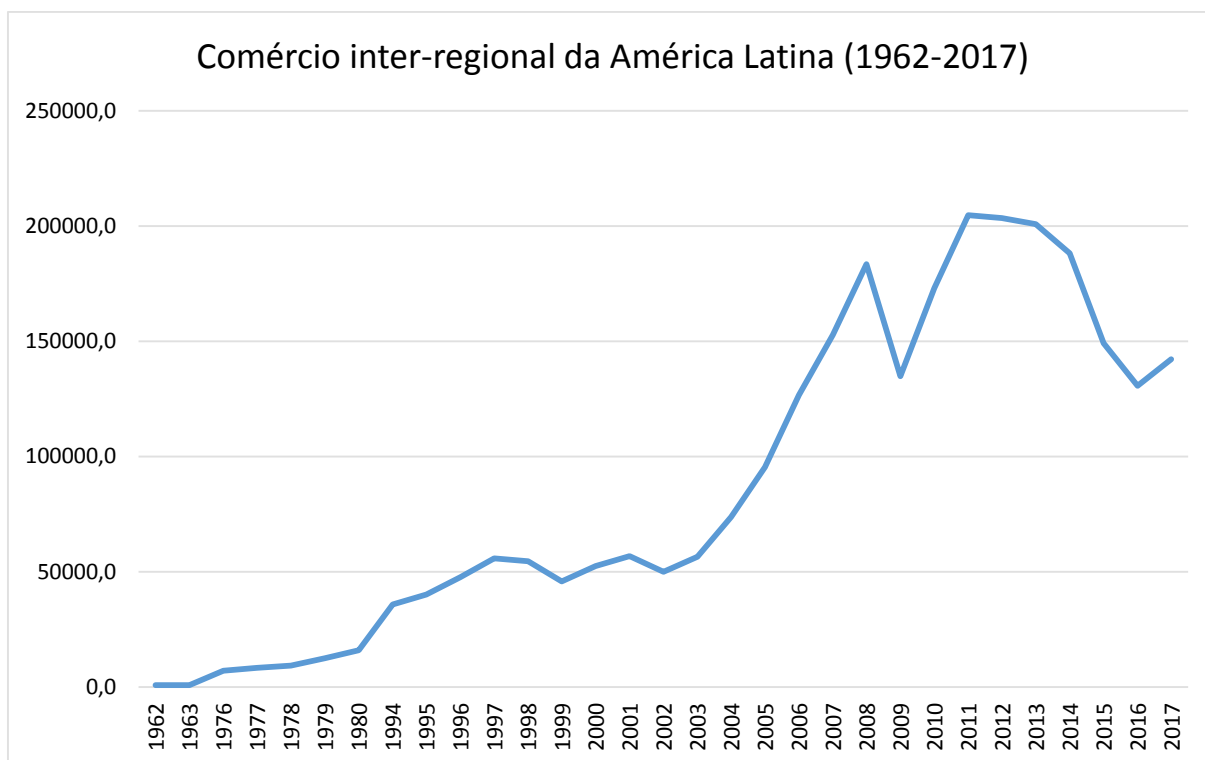


Fonte: MDIC. Elaboração própria.

³⁷ Fonte: CEPAL, dados referentes ao ano de 2017.

³⁸ "O fato de o Brasil destinar aos Estados Unidos apenas uma parte pequena de suas exportações não muda em absolutamente nada a posição do país na adversa divisão internacional do trabalho. De fato, o Brasil exporta produtos agrícolas e minerais para muitos países do mundo sem que supere o subdesenvolvimento e a dependência; ao contrário, se pode afirmar que esta é uma das razões pelas quais seguimos no atoleiro do subdesenvolvimento" (OURIQUES, 2010).

Gráfico 18: Comércio inter-regional da América Latina

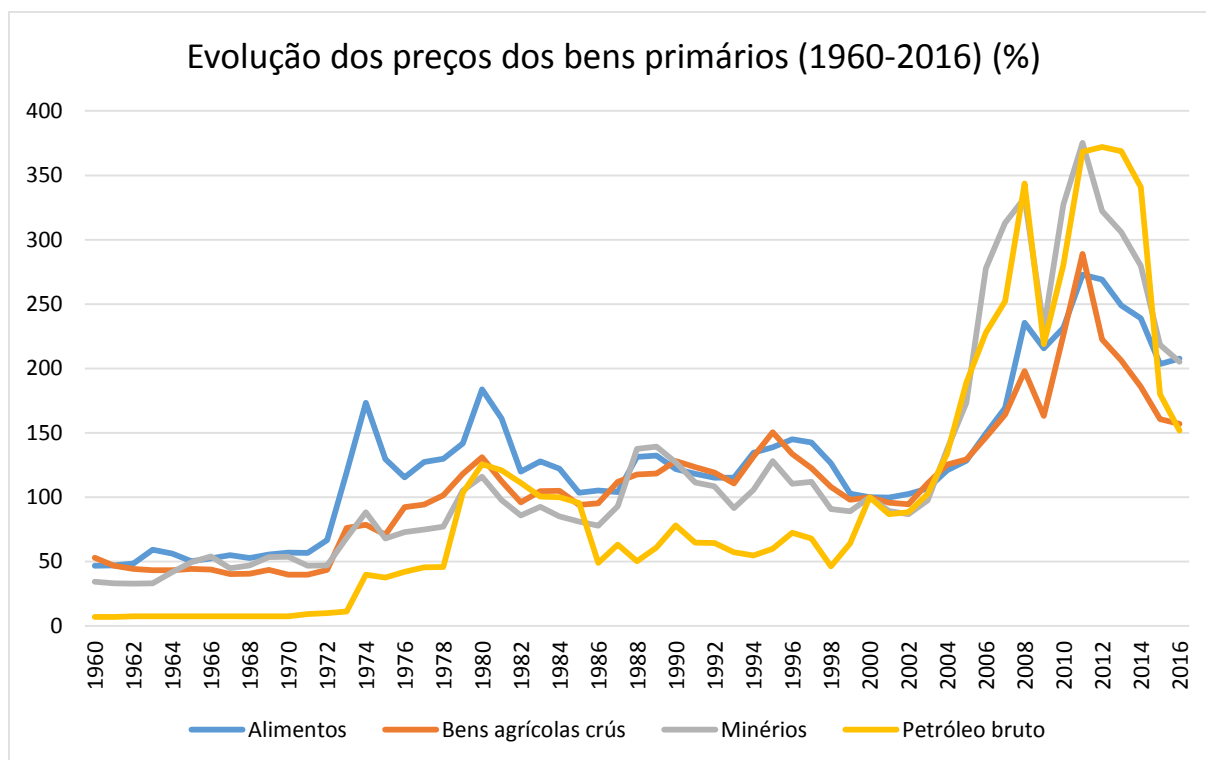


Fonte: CEPALSTAT. Elaboração própria.

Os anos 2000 foram marcados pelo aumento dos preços dos bens primários produzidos na região e de seus volumes exportados, conhecido como “boom das commodities”. Depois de duas décadas de baixo crescimento, as economias latino-americanas passaram por um período de crescimento elevado relativo, marcado pela ascensão de diversos governos progressistas. Um dos motivos responsáveis por esse fenômeno foi a expansão de mercados como os da China, que permitiram que esses governos progressistas surfassem na onda curta ascendente e implementassem políticas sociais. Este fenômeno não se restringiu aos países subdesenvolvidos latino-americanos, afetou o conjunto dos países subdesenvolvidos do planeta, configurando como o período de maior expansão da renda per capita da história mundial desses países.

“Isso possibilitou a implementação de políticas sociais em alguns casos, de maneira a mitigar a pobreza e a miséria, inclusive com alguns aumentos do salário mínimo; porém, ao custo de propiciar, por outro lado, uma concentração de riqueza e desigualdade social nunca antes conhecida na região, indicando que o que se concentra é superior ao que “jorra” para a população com menores recursos quando tais políticas existem” (OSÓRIO, 2012b, p. 120).

Gráfico 19: Evolução dos preços dos bens primários (%)



Fonte: UNCTADSTAT. Elaboração própria.

4.3 CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DA CLASSE TRABALHADORA

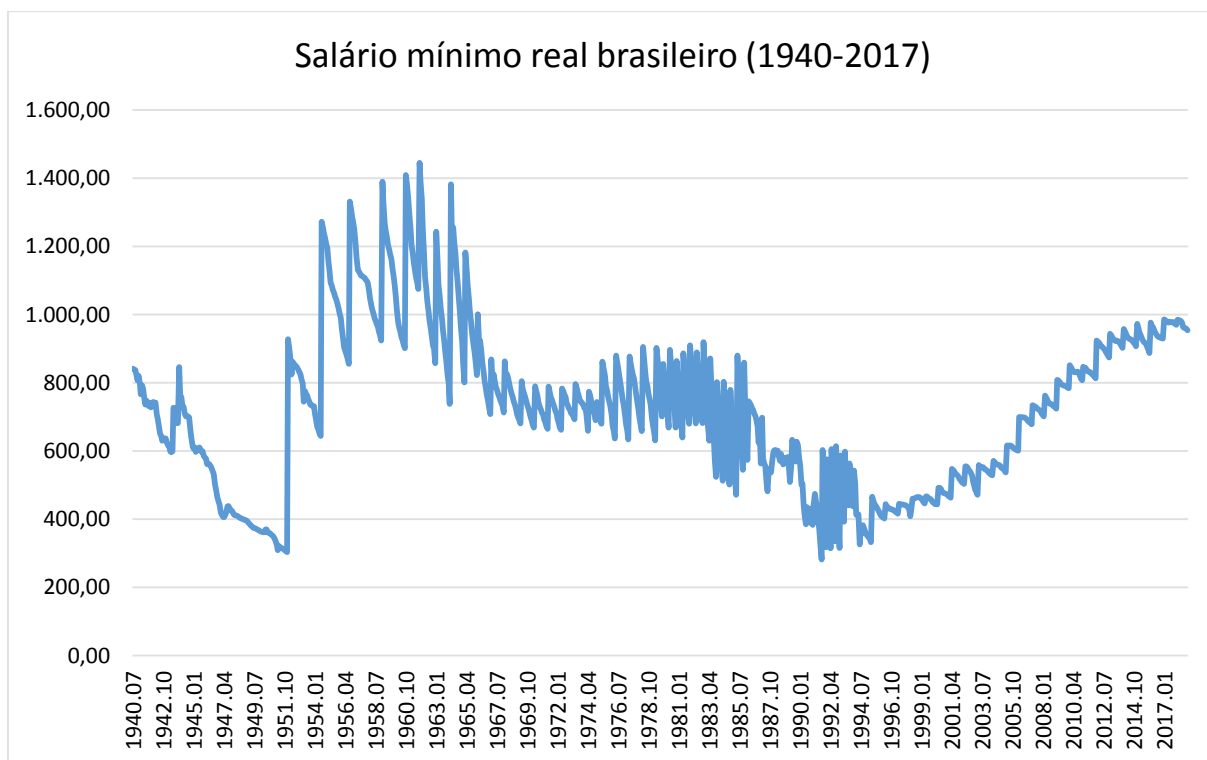
As características gerais das condições de vida e trabalho apresentadas no capítulo anterior são também válidas para as economias latino-americanas, com as especificidades próprias das economias dependentes e subdesenvolvidas. As condições de trabalho se precarizam, cresce o número de terceirizados, os salários perdem poder aquisitivo e se eleva o desemprego estrutural, assim como o subemprego. Mesmo as políticas sociais e o crescimento do produto nacional não conseguem evitar, apenas amenizar, essa tendência geral do novo padrão de reprodução do capital a nível mundial.

Segundo Osório (2012b) dois motivos explicam essa aparente contradição. Primeiro se deve ao fato de que para o padrão exportador de especialização produtiva que aqui se estabelece o mercado interno não constitui um elemento de maior relevância, já que grande parte da produção, especialmente de seus polos mais dinâmicos, é destinada aos mercados externos. É a característica já apontada no estudo do ciclo do capital nas economias dependentes de afastamento da estrutura produtiva das necessidades de consumo da classe trabalhadora. Em segundo lugar, a depreciação dos salários e a necessidade de redução de qualquer tipo de custo

de produção é o que da capacidade para a produção interna concorrer nos mercados externos e realizar suas mercadorias.

A deterioração dos salários e das condições laborais em geral aponta, dessa forma, para o centro da dinâmica e da reprodução do novo padrão exportador. Assim como na metade do século XIX e no início do XX, o grande capital que opera na região está mais preocupado com o nível de vida da população dos mercados para onde exporta e com o poder de consumo dos trabalhadores que lá se encontram do que com os da população assalariada local. Para esses capitais os trabalhadores interessam mais como produtores do que como consumidores. (OSÓRIO, 2012b, p. 124).

Gráfico 20: Salário mínimo real brasileiro



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Pegemos o exemplo brasileiro, em linhas gerais representativo para o restante do subcontinente. A ditadura militar-empresarial brasileira, ao reprimir os sindicatos e a capacidade reivindicatória da classe trabalhadora, promoveu um arrocho salarial permanente, expresso acima pelo salário mínimo praticado no período. Esta situação começa a se inverter principalmente após o boom das commodities e ascensão dos governos petistas, o que configura um abrandamento da superexploração da força de trabalho (COSTA, 2013). Porém, as condições salariais não chegam nem a retornar aos níveis pré-golpe militar de 1964, mostrando o quão bem a ditadura realizou seu trabalho para o capital. A crise que se estabelece na região em 2014 reverte a situação para sua tendência histórica, deixando claro o caráter passageiro e

ideológico da possibilidade de melhoria de vida da classe trabalhadora no sistema capitalista, é a lei geral da acumulação capitalista.

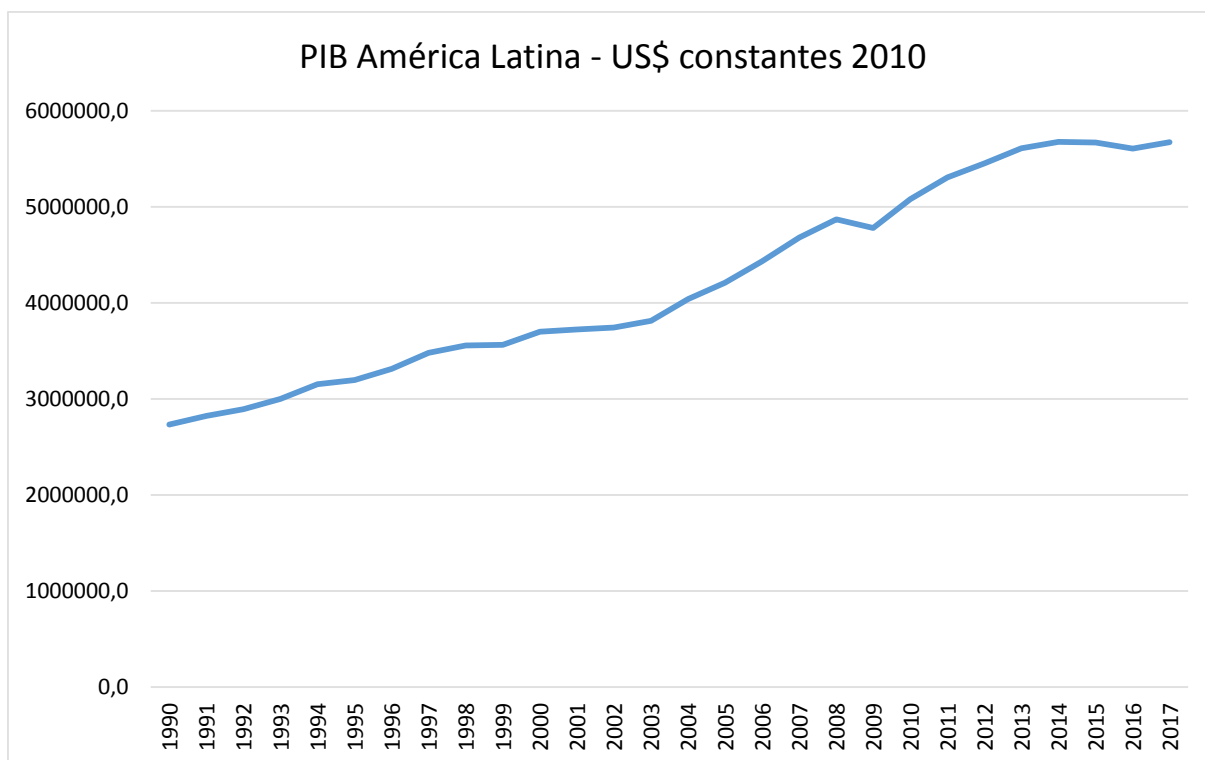
Embora na primeira década do século XXI tanto a pobreza quanto a indigência tenham tendido a diminuir, isso aconteceu em meio a um quadro em que, apesar dos avanços – alguns deles discutíveis devido aos critérios estabelecidos para definir linhas de pobreza –, mais de um terço da população do continente encontrava-se na pobreza, conforme dados de 2007. Isso após mais de três décadas de avanço e dinamismo das exportações não apenas em termos de volume de bens, mas de seu valor, em razão dos elevados preços alcançados pelos bens que o capital vende na região. Temos, assim, uma pobreza relativa que aumentou na região. (OSÓRIO, 2012b, p. 130).

Assim como no resto do mundo a desigualdade social também aumentou na América Latina, se conformando como a região mais desigual do planeta.

4.4 A CRISE LATINO-AMERICANA

A crise de 2008 que teve como epicentro a economia dos Estados Unidos rapidamente se propagou para o restante do planeta, incluindo a América Latina. Em 2009 ocorre uma queda no PIB, mas que se recupera nos anos posteriores. Um dos impactos da crise foi a redução das exportações e das importações da região, que passado o impacto inicial voltaram a crescer. O que se modificou foi que as importações passaram a crescer a taxas superiores ao das exportações, o que gerou um déficit na balança comercial a partir de 2009 e que se acentua cada vez mais. O caráter trágico do subdesenvolvimento se exemplifica aqui, pois mesmo o padrão exportador aqui vigente apresenta uma balança comercial deficitária.

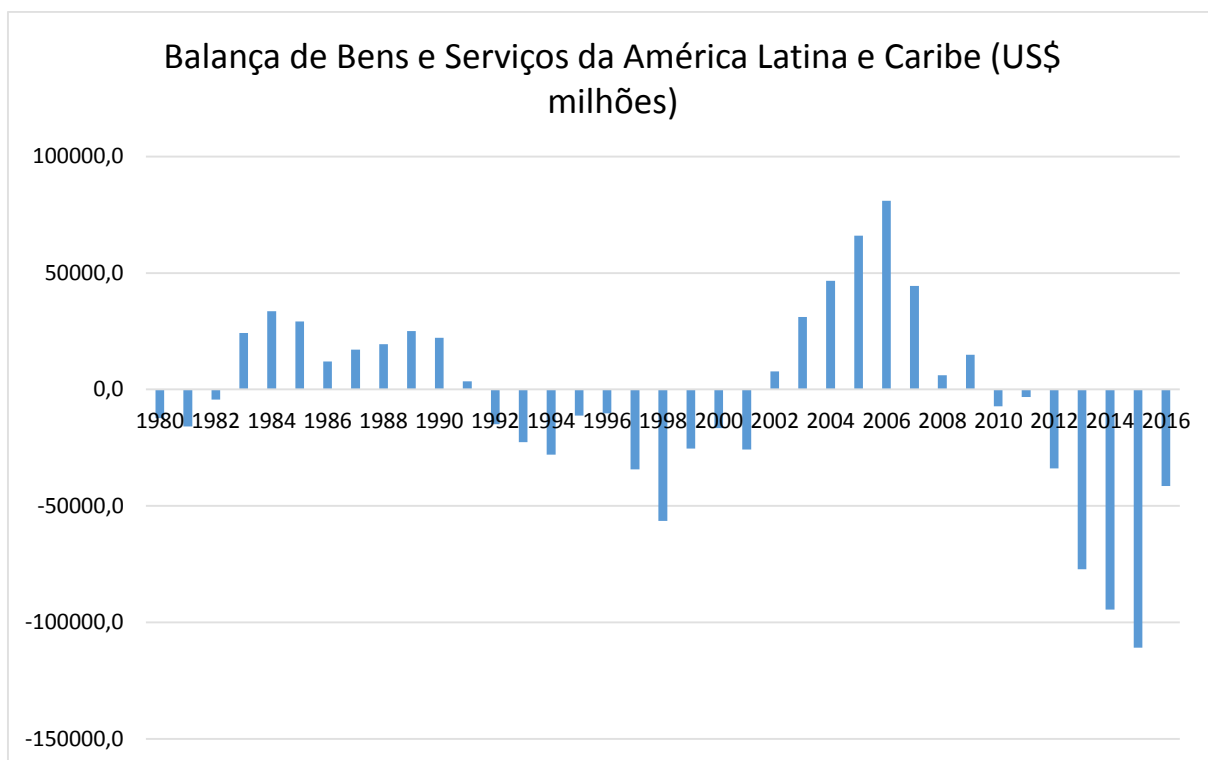
Gráfico 21: PIB América Latina - US\$ constantes 2010



Fonte: CEPALSTAT. Elaboração própria.

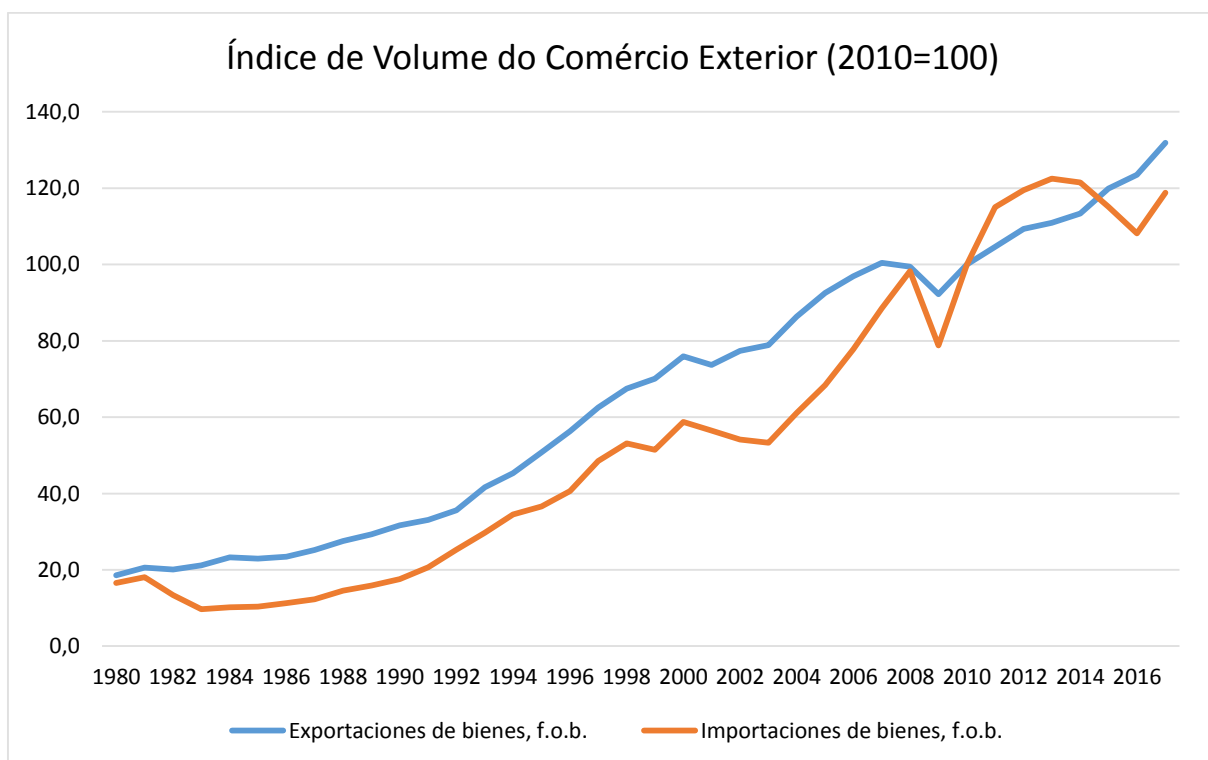
O preço dos bens primários exportados pela América Latina, cuja elevação foi responsável pelo crescimento anterior, passam a cair e chegam a patamares próximos aos praticados no final do século passado. Para compensar essa queda dos preços a saída foi o aumento da quantidade exportada.

Gráfico 22: Balança de Bens e Serviços da América Latina (US\$ milhões)



Fonte: CEPALSTAT. Elaboração própria.

Gráfico 23: Índice de Volume do Comércio Exterior (2010=100)



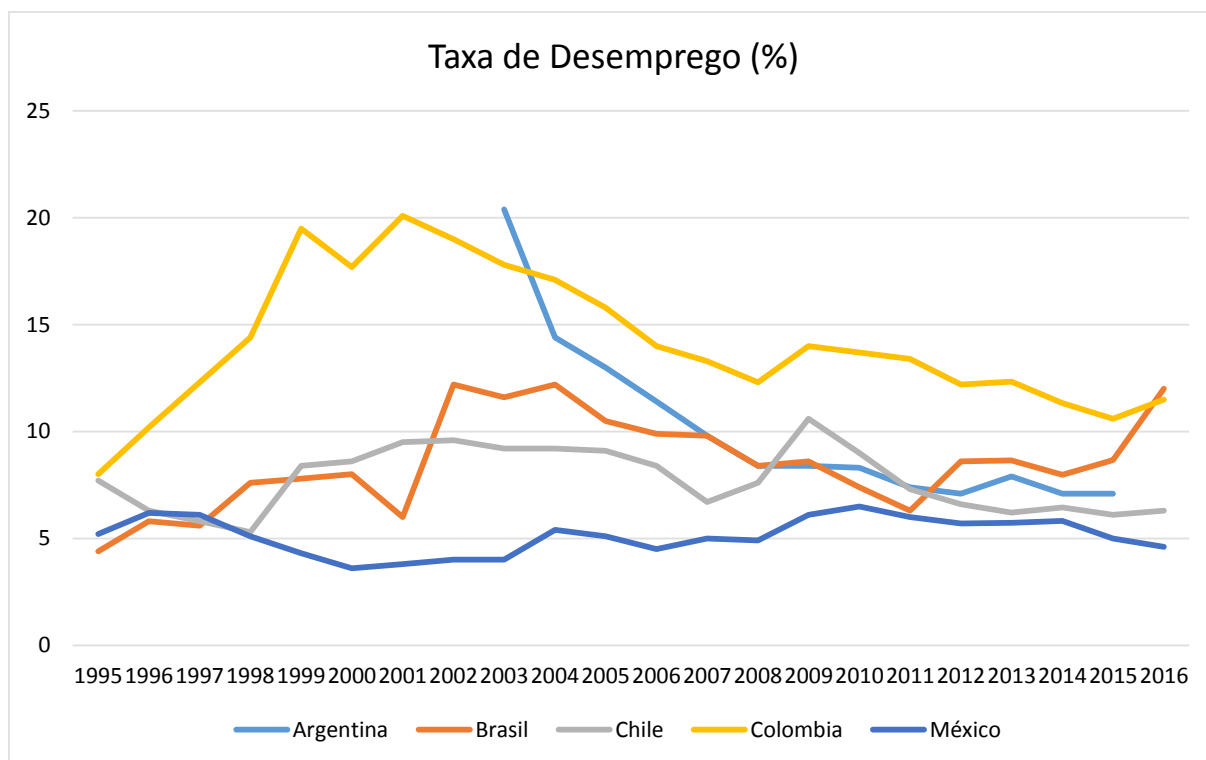
Fonte: CEPALSTAT. Elaboração própria.

Passado o impacto inicial a economia da região consegue recuperar as taxas de crescimento do produto; isto até 2014, onde se instaura na região uma crise econômica que persiste até a atualidade. O Brasil se constitui como o principal vetor dessa crise e dado sua grande importância e relação econômica com o restante dos países, propaga a crise com intensidade.

A queda na taxa de lucro resultante da redução do preço das mercadorias exportadas acarretou em uma diminuição dos investimentos na América Latina, levando a paralisação de novos projetos principalmente em setores como o de minerais, metais e energia. O decréscimo do investimento consiste no principal elemento que levou a uma desaceleração do PIB na região a partir do primeiro trimestre do ano de 2014. (SOUZA, 2017, p. 66).

Com a instauração da crise, se elevam as taxas de desemprego no continente e se reduzem os salários. O país onde o desemprego mais se eleva, potencializado por uma crise política e social, é o Brasil. Dado as necessidades do capital de manutenção do pagamento da dívida pública, importante mecanismo de extração de valor das economias dependentes para as economias centrais, sendo o superávit primário um dos “axiomas” da ortodoxia econômica, se realiza no continente um ajuste fiscal, que retroalimenta a crise. O consumo privado se reduz no continente, deprimindo o mercado interno que tinha ganho maior importância (embora ainda limitado) e eleva a importância das exportações para o crescimento do produto. A consequência é o fortalecimento do padrão exportador de especialização produtiva.

Gráfico 24: Taxa de Desemprego (%)



Fonte: CEPALSTAT. Elaboração própria.

Os avanços sociais promovidos pelos governos progressistas latino-americanos, permitidos pela conjuntura internacional, com a crise e os ajustes fiscais promovidos, seja por esses próprios governos, seja pelo retorno da direita tradicional (Temer e Macri por exemplo), foram em grande medida revertidos, mostrando que tais governos não realizaram nenhuma transformação estrutural. Essa crise que atinge a região é um reflexo direto da crise de 2008 e da conjuntura que se estabeleceu após ela, sendo em grande medida a transferência da crise dos países centrais para os países periféricos. Para se retomar os níveis de acumulação no centro, se intensificam os mecanismos de transferência de valor e a superexploração na periferia.

Existe na região uma ofensiva burguesa e imperialista, que desnacionaliza ainda mais a economia e fortalece o padrão exportador de especialização produtiva. Os direitos sociais e trabalhistas também são alvos da burguesia, pois esta é a saída burguesa tradicional para a superação da crise e a retomada dos níveis de acumulação. A gravidade da crise é que explica a intensidade da ofensiva.

Peguemos o Brasil como exemplo. O governo de Dilma Roussef (PT), apesar de ter sido eleito com uma retórica contrária ao ajuste fiscal, aplica a agenda do capital e realiza um grande ajuste fiscal, que só faz intensificar a crise. Se estabelece uma crise econômica, política e social, cuja saída encontrada pela classe dominante para aprofundar o ajuste foi uma manobra

reacionária, o impeachment da presidenta. O governo Temer (PMDB) assume com o compromisso de continuar aplicando o ajuste fiscal e aprofundá-lo, além de desmontar o Estado brasileiro em prol do imperialismo. Além das privatizações das estatais e dos cortes orçamentários, são duas as grandes reformas presentes na agenda do capital: reforma trabalhista e reforma previdenciária. A reforma trabalhista, aprovada em 2017, promoveu um grande desmonte dos direitos trabalhistas presentes na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e pode ser resumida em uma palavra bastante utilizada nesse trabalho: flexibilização. Se modificaram regras relacionadas as férias, a jornada de trabalho (legalizando o trabalho intermitente, por período e aumentando a jornada diária), se diminuiu o poder sindical e de negociação (acordado sobre o legislado), permitiu-se a terceirização das atividades-fim, diminuiu-se o poder da Justiça do Trabalho, entre diversas outras modificações que representam a retirada de direitos trabalhistas até então formalmente garantidos.

A eleição de Jair Bolsonaro (PSL), consequência da crise econômica, política e social, se deu com um programa ainda mais reacionário. Para além das questões morais, que são extremamente conservadoras e reacionárias, o programa econômico e político do governo de Bolsonaro representa uma ofensiva da burguesia ainda maior, pois promete privatizar dezenas de estatais, remover mais direitos trabalhistas (como a proposta da carteira de trabalho verde e amarela, com ainda menos direitos), se aproximar do imperialismo estadunidense e intensificar a repressão contra os movimentos sociais e sindicais e do povo pobre em geral. O futuro que se aproxima é sombrio, mas o fundamental é que a classe trabalhadora não está derrotada, seja aqui ou no mundo, como demonstrou a greve geral de abril de 2017 e como vem demonstrando a classe trabalhadora em todo o mundo.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender as transformações do capitalismo contemporâneo através da utilização da categoria do padrão de reprodução do capital. Partindo do estudo da reprodução e do ciclo do capital (D-M-D') se analisou o novo padrão de reprodução do capital que se impõe na economia mundial a partir da década de 70.

O modo de produção capitalista passou por grandes alterações, a produção se flexibilizou, novas tecnologias produtivas e novas formas organizacionais passaram a ser utilizadas; com a microeletrônica se realizou uma revolução técnico científica, que passou a ser o eixo da acumulação. Se redesenhou uma nova divisão internacional do trabalho, marcado pelo deslocamento da produção industrial para o leste asiático, pelo menos de suas etapas inferiores, enquanto as superiores permaneceram nos países centrais. A América Latina passou por um processo de desindustrialização e iniciou uma etapa ainda mais subordinada aos mercados externos.

Foram grandes os impactos no mercado de trabalho, que passaram a contar com relações de trabalho mais precárias, predominando a terceirização, o emprego parcial, a extensão da jornada de trabalho, o aumento da sua intensidade, a redução salarial e a retirada de direitos sociais e trabalhistas. A desigualdade social deu um salto.

A mobilidade de capitais se ampliou, cresceu o IED, aumentou o descolamento da produção real com os ativos financeiros através da explosão do capital fictício, tornando este último predominante em relação ao capital industrial. As dívidas públicas dos países cresceram. O papel do estado foi redefinido, se estabelecendo o Estado neoliberal.

Um novo padrão de reprodução do capital também se estabelece na América Latina, cujos marcos gerais são os mesmos da economia mundial, mas com as especificidades do ciclo do capital nas economias dependentes. É um padrão exportador de especialização produtiva, que significou o fim do projeto de industrialização vigente, tornando a produção interna ainda mais voltada para a realização no mercado mundial. Cada país se especializou em um eixo de produção, principalmente de bens primários. As condições de vida e trabalho também se deterioraram, compensadas parcialmente e momentaneamente pelo ciclo ascendente da primeira década do século XX.

A crise de 2008 e a crise que se instaura na América Latina a partir de 2014 põem fim ao curto período de crescimento e melhoria das condições de vida, se revertendo para as tendências regressivas do atual padrão de reprodução do capital, que se intensificam. O número de desempregados em todo o mundo dá um salto, o produto cresce a taxas ainda menores, há uma ofensiva burguesa pela retirada dos direitos sociais e trabalhistas remanescentes, mesmo os mais básicos.

Este trabalho é também parte de um programa de pesquisa, ainda em florescimento, que busca articular ainda mais as contribuições de Marx com as formulações da Teoria Marxista da Dependência, reinterpretando o desenvolvimento capitalista das economias latino-americanas e buscando historizar e interpretar o funcionamento dos diferentes padrões de reprodução do capital que aqui se estabelecem. Esse estudo permite concluir que a única forma possível de superação da dependência e do subdesenvolvimento é através da própria superação do sistema capitalista.

O cenário que se estabelece na economia mundial é de aprofundamento das principais características regressivas do atual padrão de reprodução do capital, vide a necessidade da classe dominante de atacar os direitos dos trabalhadores para recompor suas taxas de acumulação. A ofensiva burguesa que tem se estabelecido no mundo tem encontrado dificuldade para concretizar seus planos, dado a capacidade de mobilização da classe trabalhadora, que embora se encontra desorganizada e sem um projeto societário próprio, não está derrotada e luta para pelo menos manter seu padrão de vida. Os próximos anos serão determinantes para o futuro da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M.; CARCANHOLO, M. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de Reprodução do Capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 87-102.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

AREND, Marcelo. **50 anos de Industrialização do Brasil (1955-2005)** : uma análise evolucionária. Tese de Doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Causa e Formas de Manifestação da Crise**: uma interpretação do debate marxista. Dissertação de Mestrado, UFF, Rio de Janeiro, 1996.

CARCANHOLO, Marcelo. **Crise Econômica Atual e seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora**. Aurora, Marília, v.6, n.1, 2010.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. Ensaio FEE, Rio de Janeiro, v.20, n. 1, p. 284-304, 1999.

CHESNAIS, François (Org.). **A Finança Mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François (org.). **A Mundialização Financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, François. **Mundialização**: capital financeiro no comando. Revista Outubro, São Paulo, v.5, n2, 2015

CAPUTO, Orlando. **La crisis actual de la economía mundial**. Una nueva interpretación teórica e histórica. Cidade do México, XIII Seminario Internacional: Los Partidos y una Nueva Sociedad, 2009.

COUTINHO, Luciano. **A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: As Grandes Tendências de Mudança**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 1, n. 1, p. 69-87, ago. 1992.

COSTA, Arland. **A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil (2003-2013)**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC, Florianópolis, 2013.

DIETERICH, Heinz. **Novo Guia para a Pesquisa Científica**. Blumenau: Editora da FURB, 1999.

FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERREIRA, C.; LUCE, M. Introdução. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 9-20.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODEIRO, Nazareno; SOARES, João Ricardo. **Neodesenvolvimentismo ou neocolonialismo: o mito do Brasil imperialista**. São Paulo: Sundermann, 2016.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

KLAGSBRUNN, V. H. **Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira**. Crítica Marxista, Campinas, n. 27, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **O Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América Latina**: elementos para uma análise totalizante. Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC, Florianópolis, 2009.

MAITO, Esteban Ezequiel. **The historical transience of capital**: The downward trend in the rate of profit since XIX century. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de Reprodução do Capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NOVACK, George. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade**, 1998.

OURIQUES, Nildo. **De renúncias e tradições** - a propósito de Maria da Conceição Tavares. Correio da Cidadania, Aruarama (RJ), 25 nov. 2010. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=5235&pop=1&page=0&Itemid=9>. Acesso em: 1 nov. 2018.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva - estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 103-133.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.

PAULANI, L. **A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil**. Estudos Avançados, 23(66), 25-39.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Márcio. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. Campinas, São Paulo: IE/Unicamp, 1997.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e Perspectivas Novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

POCHMANN, Márcio (Org.). **Reestruturação Produtiva**: Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

RAPOSO, Bruna Ferraz. **Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado**. Dissertação de Mestrado, UFU, Uberlândia, 2018.

SOUZA, Cinthia de Souza. **Os Impactos da Crise de 2008 no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC, Florianópolis, 2017.